

ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI

Edital 51/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
51/2026	180158-ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI	THIAGO HENRIQUE BERNUZZI	15/06/2026 10:21 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	283/2026	057.00062007/2026-99

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR HUGO DE ALMEIDA

subscritor de edital



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 10:21:25.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 8 -EDITAL. compilado.pdf (3.41 MB)

PREGÃO ELETRÔNICO

PR-158/0032/26

CONTRATANTE (UASG)

180158 – Comando de Policiamento do Interior Três

OBJETO

Contratação serviço de reparo, manutenção e produção de itens de identidade e comunicação visual do 15ºBPM/I E 43º BPM/I

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 285.445,08 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia *30/06/2026 às 08h* (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço, por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS
UASG – 180158

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **158/0032/26**

Processo Administrativo nº **057.00062007/2026-99 - 20260427454**

Torna-se público que o **Comando de Policiamento do interior Três**, por meio da **Divisão Administrativa – Seção de Despesa, Orçamento e Custo**, sediado **Avenida Calheiro Paschoal Innechi, nº 1538 – Jardim Independência – Ribeirão Preto/SP – CEP 14.076-010**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **SERVIÇO DE REPARO, MANUTENÇÃO E PRODUÇÃO DE ITENS DE IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL DO 15ºBPM/I E 43º BPM/I.**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para o item 01, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. *Para o item 02, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço total de cada item**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte *e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10)* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)*.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais) para o item 01 e de R\$ 2.442,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais) para o item 02.**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.**
- 6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**
- 6.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.**

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* <https://www.doe.sp.gov.br/e-negocios-publicos>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte meio:** cpi3uge@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no sítio eletrônico na Internet** <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **e no sítio eletrônico** <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. **ANEXO I - Termos de Referência;**

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudos Técnico Preliminar;

14.16.2. **ANEXO II –Minuta de Termo de Contrato;**

14.16.3. **ANEXO III – RESOLUÇÃO SSP-05/2026;**

14.16.4. **ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**

14.16.5. **ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);**

14.16.6. **ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;**

14.16.7. **ANEXO VII – Planilha orçamentária;**

Ribeirão Preto , 15 de junho de 2026.

VITOR HUGO DE ALMEIDA

SUBSCRITOR DO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI

Serviço de produção de Identidade Visual para o 15º BPM/I 84/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
84/2026	180158-ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI CLAYTON MENDES FERREIRA	03/06/2026 15:47 (v 0.3)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	283/2026	SEI - 057.00062007/2026-99

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAYTON MENDES FERREIRA

Aux. P/4



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 15:47:40.

TERMO DE REFERÊNCIA – 084/2026
15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR – CPI-3
Processo Administrativo nº 057.00062007/2026-99

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de produção e instalação de identificação visual na sede do 15º BPM/I, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	COMPRAS. GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	Instalação / manutenção - placa de identificação	104353	21334	Unidade	Unidade	R\$ 41.217,28

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min horas às 17h00min.

4.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.1. Realizar o agendamento prévio na Seção de Materiais do 15º BPM/I, através dos telefones 16-3939-9241 e 9242, ou pelo e-mail 15bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br; para as visitas no local e esclarecimentos de eventuais dúvidas.

4.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.6. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Os serviços, dimensões e condições de execução estão descritos na planilha orçamentária Anexo-I deste termo de referência, além do prescrito nos manuais técnicos e Normas regulamentadoras de Segurança e boas práticas na construção civil;

5.1.4. Os critérios de execução, serviços e materiais estão descritos por meio dos respectivos códigos de agrupamento nas tabelas de composição de custos e insumos do Boletim Referencial de Custos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano CDHU, Versão 200;

5.1.5. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.6. As etapas de execução e cronologia da realização dos serviços e pagamentos estão descritos no cronograma físico/financeiro, Anexo –II do presente Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Rua Alfredo Tosi, nº 1200 – Núcleo Agrícola Alpha - Franca/SP;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: sempre que possível de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre às 07h00min e 17h00min.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Todos os materiais, ferramental e equipamentos para a execução do objeto contrato, além do EPI utilizado pelo pessoal empregado na atividade, visando o cumprimento das Normas regulamentadoras da Segurança no Trabalho.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 06 (seis) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante todo o período da execução dos serviços e também pelo período de garantia, visando a correção de eventuais inconformidades e face da execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).
- 6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).
- 6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).
- 6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.19.1. Realização de medições e aferições diárias na execução dos serviços e andamento da obra;

Gestor do Contrato

- 6.20. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção:

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado;

7.1.2. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.3. tenha deixado de executar, as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.4. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada mínima exigida;

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do

objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreita por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.21.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.22.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o art. 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

8.22.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.22.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.22.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Qualificação Técnico-Profissional

8.23. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes;

8.23.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.23.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado;

8.23.3. Deve o licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado na subdivisão anterior;

8.23.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 41.217,28 (quarenta e um mil duzentos e dezessete reais e vinte e oito centavos) conforme custos unitários apostos [na tabela acima OU em Anexo do Edital]. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 180158;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 06181181949930000;
- IV) Elemento de Despesa: 33903979;
- V) Plano Interno: 014.017.0310;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Anexos:

- 11.1. Anexo I, Planilha Orçamentária;
- 11.2. Anexo I.I, Modelo da Nova Identificação Visual.

Franca, 03 de junho de 2026.



Documento assinado digitalmente
CLAYTON MENDES FERREIRA
Data: 09/06/2026 09:47:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLAYTON MENDES FERREIRA

Cb PM Auxiliar de Logística do 15º BPM/I

ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI

Estudo Técnico Preliminar 64/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: SEI-057.00062007/2026-99

2. Descrição da necessidade

2.1. A instalação de identificação visual por meio de totem na sede do 15º BPM/I faz-se necessária visando proporcionar melhor visibilidade, localização e identificação da Unidade pela população, visitantes, autoridades e demais órgãos públicos.

2.2. A ausência de uma sinalização adequada dificulta o reconhecimento imediato da sede do batalhão, especialmente por cidadãos que buscam atendimento, apoio policial ou participação em atividades institucionais. Dessa forma, a implantação do totem contribuirá para facilitar o acesso ao local, promovendo maior orientação ao público externo.

2.3. Além disso, a identificação visual padronizada fortalece a imagem institucional da Polícia Militar, transmitindo organização, credibilidade e presença do Estado, valorizando as instalações do batalhão e reforçando o sentimento de segurança da comunidade.

2.4. Ressalta-se ainda que o totem poderá servir como instrumento de comunicação institucional, destacando o nome da Unidade, símbolos oficiais e demais informações pertinentes, contribuindo para a modernização da estrutura visual do 15º BPM/I.

2.5. Diante do exposto, justifica-se a necessidade da instalação do totem de identificação visual na sede do 15º BPM/I, em razão dos benefícios relacionados à acessibilidade, orientação ao público, valorização institucional e fortalecimento da imagem da Polícia Militar perante a sociedade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
15º BPM/I	Aux. P/4 - Cb PM 123261-4 CLAYTON MENDES FERREIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. As técnicas e materiais adotados deverão ser os usuais e de acordo com as Normas de segurança e orientadoras de serviços da construção civil, de forma a atender as normas técnicas oficiais e os textos legais em vigor, visando à melhor razão custo/benefício, além de evitar materiais e técnicas especiais, que dificultem sua aquisição e/ou contratação.

4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas;

4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Por se tratar de contratação de obra ou serviço de construção civil, utilizou-se a metodologia estabelecida pelo Artigo 23, § 3º, da Lei 14.133/21.

5.1.1. O levantamento de custo estimado foi realizado por meio de sistema de custos adotados pela administração estadual:

5.1.2. Boletim Referencial de Custos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU - Tabela de Serviços versão nº 200 - Vigência: a partir de NOV/25, sem desoneração.

5.1.2. Para o levantamento dos custos referentes aos serviços de produção de peças de identificação visual foram realizados através de cotação de preços no mercado local, junto a empresas especializadas em tais serviços.

5.2. FUNDAMENTAÇÃO

5.2.1. Artigo 23, § 3º, da Lei 14.133/21:

Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da união, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. **Levantamento e Avaliação:** Inicialmente, foi realizado um levantamento detalhado das condições atuais da edificação, identificando as áreas que necessitam de reparos, atualizações ou melhorias. Sendo constatadas necessidades intervenções na parte interna e externa, com montagem dos materiais necessários para instalação do Totem, escavação do solo, confecção e instalação de bloco de fundação, concreto, pintura, iluminação, revestimentos, estruturas, atualização do padrão visual e instalação de peças padronizadas pela PMESP, entre outras.

6.2. **Planejamento e Projeto:** Com base no levantamento e na avaliação, foi desenvolvido um plano de reforma que inclui o escopo dos trabalhos, as etapas do processo, o cronograma de execução, o orçamento estimado e os recursos necessários. Onde um projeto detalhado foi elaborado para guiar as intervenções e garantir a qualidade e a eficiência dos resultados.

6.3. **Execução das Obras:** As obras devem ser realizadas conforme o planejamento e o projeto estabelecidos, envolvendo atividades como demolição, remoção de materiais, regularização de paredes e solo, ferragens, e adequação da parte elétrica, entre outros. A execução será conduzida por profissionais qualificados e seguindo padrões de segurança e qualidade, obedecendo todas as normas técnicas.

6.4. **Controle de Qualidade e Segurança:** Durante todo o processo de reforma, serão realizados controles de qualidade a fim de garantir que os materiais e os serviços atendam aos padrões estabelecidos. Além disso, medidas de segurança serão adotadas para proteger os trabalhadores, os ocupantes e o patrimônio durante as obras, conforme prescrito nas normas técnicas vigentes.

6.5. **Monitoramento e Acompanhamento:** A execução dos serviços será monitorada regularmente por fiscal nomeado preferencialmente (engenheiro ou arquiteto) para garantir o cumprimento do cronograma e a resolução de eventuais problemas ou imprevistos. Esse acompanhamento contínuo visa garantir que a reforma esteja alinhada com as expectativas e necessidades da contratante.

6.6. **Entrega e Recebimento:** Após a conclusão das obras, será realizada uma vistoria final para verificar se todos os itens do escopo foram executados conforme o planejado e se os padrões de qualidade foram atendidos. Após a aprovação, será feito o recebimento formal da obra.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As medidas e quantidades de serviços a serem contratados estão descritos na planilha orçamentária e no cronograma físico/financeiro, anexos, deste Estudo, além de inseridos no termo de Referência

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 41.217,28

8.1. Planilha orçamentária, anexa, elaborada com base no *BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS DA CDHU - TABELA DE SERVIÇOS - VERSÃO 200- NOV/25*;

8.2. Orçamento no mercado local junto a empresas especializadas no ramo de publicidade, para contratação de elementos de identidade visual.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A execução dos serviços deverá ser realizada no máximo em 60 (sessenta) dias corridos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Manutenção preventiva/corretiva, está prevista no Plano Anual de Contratações 2026, por meio da DFD 195/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. **Melhoria da Qualidade de Vida:** A instalação do totem de identificação visual proporcionará melhor orientação e localização da sede do 15º BPM/I, facilitando o acesso da população, visitantes e policiais militares às dependências da Unidade. A adequada identificação visual contribui para um ambiente institucional mais organizado, promovendo sensação de segurança, acolhimento e valorização do efetivo policial.

12.2. **Redução de Custos com Manutenção:** A contratação de estrutura moderna e adequada permitirá maior durabilidade dos materiais empregados, reduzindo gastos frequentes com reparos, pinturas improvisadas e substituições de sinalizações deterioradas. Além disso, a utilização de materiais resistentes às ações climáticas contribui para menor necessidade de manutenção corretiva.

12.3. **Conformidade com Normas e Regulamentos:** A implantação do totem possibilitará adequação aos padrões de identidade visual institucional da Polícia Militar, bem como às normas municipais e técnicas aplicáveis à comunicação visual e sinalização de prédios públicos, garantindo padronização, legalidade e melhor apresentação institucional.

12.4. **Melhoria da Estética e Funcionalidade:** A identificação visual proporcionará modernização da fachada da Unidade, valorizando o patrimônio público e melhorando a aparência externa da sede do batalhão. O totem também facilitará a identificação rápida da Unidade por cidadãos, viaturas de apoio, autoridades e demais órgãos públicos, aumentando a funcionalidade da sinalização institucional.

12.5. **Satisfação dos Policiais:** A melhoria da identificação visual fortalece a imagem institucional do 15º BPM/I perante a sociedade, transmitindo organização, profissionalismo e presença do Estado. Para os policiais militares, representa valorização do ambiente de trabalho; para a população, proporciona maior facilidade de localização e melhor percepção da estrutura policial disponível à comunidade.

12.6. Em suma, os benefícios alcançados após uma reforma predial podem possuir diversos e abrangentes fatores positivos que contribuem para a valorização do imóvel, para a melhoria da qualidade de vida da população, dos usuários, da valorização institucional, além do cumprimento de exigências e leis.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Deverá ser empregado somente pessoal **habilitado e qualificado** para a execução dos serviços pretendidos, os quais deverão transcorrer dentro das normas de segurança do trabalho e demais Normas Técnicas.

13.2. Os serviços deverão ser executados com o atendimento de todas as normas e técnicas vigentes e as necessidades da Unidade Policial Militar onde se realizará o empreendimento.

13.3. Será nomeado pelo Dirigente da UGE contratante, policial militar que será responsável pela gestão do contrato. Este poderá solicitar apoio de profissional habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto) para as atividades técnicas de fiscalização e acompanhamento dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Durante a reforma, é comum a geração de entulhos, como restos de concreto, madeira, papelão, metal, entre outros. Se não forem gerenciados adequadamente, esses resíduos podem causar poluição do solo, da água e do ar.

14.2. A reforma pode implicar o consumo de recursos naturais, como madeira, água e energia. O uso excessivo desses recursos pode contribuir para a degradação ambiental e a escassez de recursos naturais, motivo pelo qual deverão ser corretamente geridas as formas de uso desses recursos.

14.3. A utilização de equipamentos e veículos durante a obra pode resultar na emissão de poluentes atmosféricos, como dióxido de carbono (CO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x) e material particulado. Essas emissões podem contribuir para a poluição do ar e para as mudanças climáticas.

14.4. A utilização de produtos químicos, como tintas, solventes e adesivos, pode resultar na liberação de substâncias tóxicas no meio ambiente, representando riscos para a saúde humana e ambiental.

14.5. O uso inadequado de materiais de construção e vazamentos de produtos químicos podem resultar na contaminação do solo e da água subterrânea, prejudicando assim a qualidade dos recursos hídricos e representando riscos para a saúde humana e ambiental.

14.6. Para minimizar os impactos ambientais de uma reforma, é importante adotar práticas sustentáveis, como a redução do desperdício, o uso de materiais ecológicos, a reciclagem de resíduos, o uso eficiente de energia e água, a proteção da vegetação nativa e a mitigação da poluição sonora e atmosférica. Além disso, é essencial cumprir todas as regulamentações ambientais locais e procurar orientação de profissionais especializados em sustentabilidade na construção civil.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação para instalação de identificação visual (totem) na sede do 15º BPM/I mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, considerando a necessidade e os benefícios institucionais proporcionados pela melhoria da comunicação visual.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAYTON MENDES FERREIRA
Data: 03/06/2026 15:55:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLAYTON MENDES FERREIRA

Aux. P/4



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 08:33:40.

ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI

TR - Termo de Referência 77/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
77/2026	180158-ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI	RICARDO SANTOS FERREIRA	08/06/2026 08:24 (v 0.14)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação	283/2026	SEI Nº057.0062007/2026-99

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

CPI-3 / 43ºBPM/I

(Processo Administrativo - SEI Nº057.00062007/2026-99)

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, produção e instalação de sistema de comunicação visual do 43ºBPM/I e unidades subordinadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	COMPRAS	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção do layout de fachada e produção e instalação de sistema de comunicação visual	2020	40126	Unidade	Unidade	R\$244.227,80	R\$244.227,80

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato e emissão da nota de empenho, na forma do artigo [105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESC. DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.1.6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

4.1.8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021 e das justificativas técnicas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar, ficam admitidas, nesta contratação, as seguintes marcas, modelos, características e padrões, indispensáveis para garantir a padronização visual, a compatibilidade técnica e a continuidade do sistema de comunicação visual institucional do 43º BPM /I:

Marcas e modelos indicados como referência técnica:

- ACM: ALUCOBOND®, LARSON®(Grupo Alucoil), REYNOBOND® (Arconic/Alcoa), ALPOLIC® (Mitsubishi Chemical), ALCOPLA®, TEGRAL / TECBOR, ALUBOND USA®, ALPOLIC® (Mitsubishi Chemical);
- Películas e adesivos: 3M™, Avery Dennison®;Oracal / Orafol®, Arlon®, Hexis®, Poli-Tape®, Ritrama®;
- Estruturas metálicas: aço Gerdau, aço CSN, aço Arcelormital;
- Tinta automotiva PU para aplicação nas estruturas metálicas; SherwinWilliams (Linha Automotiva / Ultra 7000 / PU Premium), PPG / Duxone (Deltron, Delfleet, Duxone PU), Sikkens / AkzoNobel (Linha Autocoat BT / Sikkens Autowave / Autoclear), Dupont / Axalta (Imron, Cromax), Wanda (AkzoNobel), Lazzuril (SherwinWilliams / Lazzuril PU);
- Fixadores estruturais: Hilti, Fischer, Ancora, TecnoTast, Ciser;
- Argamassas e adesivos: Quartzolit, Sika, Portokoll (Votorantim / Saint-Gobain), Baunit (linha premium europeia), Ceramfix;
- Tintas acrílicas premium: SherwinWilliams, Coral (AkzoNobel) – linha premium, Suvinil (linha premium), Novacor (SherwinWilliams / Sherwin Industrial), Lukscolor (Linha Premium) ou equivalente técnico;
- Sistema de iluminação: refletores LED 100 W IP68 (marcas consolidadas no mercado), relé foto eletrônico Magirus RFE10;
- Cabeamento elétrico: cabo PP 2,5 mm²: SIL Cabos, Cobrecom, Condu spar;
- Disjuntores: Steck (Linha SNL, SDX, SHB), Siemens, Tramontina, Schneider Electric (Linha Acti9, iC60, Easy9),
- Siemens (Linha 5SY, 5SL, Sentron), ABB (Linha S200, Tmax T, Emax), Legrand (Linha DX³, TR3, PIAL/Legrand), WEG (Linha WEG MDW / Disjuntores de proteção modular);
- Demais insumos correlatos necessários à execução do sistema de comunicação visual não relacionados anteriormente.

Esses materiais apresentam desempenho comprovado em aplicações externas, incluindo:

- alta durabilidade e resistência às intempéries;
- fidelidade cromática ao padrão institucional da PMESP;
- compatibilidade plena com materiais já instalados nas unidades do 43º BPM/I;
- ampla oferta de reposição e assistência técnica no país;
- conformidade às normas ABNT e requisitos de segurança;
- desempenho superior em comunicação visual e instalações metálicas;
- confiabilidade reconhecida por especialistas e por órgãos públicos.

Fundamentação Legal

A adoção das marcas acima está amparada pelo art. 41 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a indicar marcas ou modelos quando tecnicamente justificado, nas seguintes hipóteses:

- Alínea a: necessidade de padronização do objeto;
- Alínea b: necessidade de manter compatibilidade com padrões e plataformas já utilizados pela Administração;
- Alínea d: quando a descrição técnica do objeto exige a indicação de marca/modelo como referência para assegurar clareza e precisão;

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a utilização dessas marcas é essencial para manter:

- Unidade estética institucional;
- Desempenho adequado dos elementos instalados;
- Segurança estrutural e elétrica;
- Durabilidade e confiabilidade dos sistemas;
- Compatibilidade técnica entre componentes novos e existentes;
- Preservação da identidade visual da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Diretriz do Termo de Referência

A indicação das marcas acima não impede a oferta de equivalentes técnicos, desde que plenamente compatíveis com:

- o padrão PMESP;
- o desempenho mínimo requerido;
- as características dimensionais, estruturais e visuais;
- e as justificativas técnicas apresentadas no ETP.

A comprovação da equivalência deverá ocorrer por meio de apresentação do material fisicamente em embalagem

devidamente lacrada, fechada etc., juntamente com a documentação técnica, catálogos, relatórios de desempenho e certificações do fabricante, conforme critérios do edital.

Após o encerramento de todas as etapas da licitação e a apresentação da empresa como vencedora do certame, Caso a empresa opte em apresentar outro produto que atenda 100% a especificação técnica conforme previsto no subitem 4.2, Indicação de marcas e modelos, e antes de iniciar a aplicação do produto, a empresa **deverá imprescindivelmente** acionar o Gestor/Fiscal do contrato para verificar a conformidade material onde será relacionado ou comparado diretamente com as características dos fabricantes das marcas mencionadas acima, desde já fica acertado que qualquer divergência em relação a especificação técnica o produto será rejeitado automaticamente pela administração.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min horas às 17h00min.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.1. Realizar o agendamento prévio na Seção de Finanças e Logística do 43º BPM/I, através dos telefones (16) 3946-336 ou (16) 3946-0349, ou pelo e-mail 43bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br; para as visitas no local e esclarecimentos de eventuais dúvidas.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Planejamento e Coordenação

5.1.4. Estabelecer um cronograma detalhado de manutenção e instalação dos sistemas de comunicação visual, com datas e horários específicos para cada unidade.

5.1.5. Coordenar com a administração para garantir que os serviços sejam realizados de forma que minimizem ou que não tenha nenhuma interrupção das atividades administrativas.

5.1.6. Comunicação:

5.1.7. Informar com antecedência o Gestor/Fiscal do contrato sobre as datas e horários da realização dos serviços.

5.1.8. Manter um canal de comunicação aberto entre a equipe de manutenção e a administração na figura do Gestor/Fiscal do contrato, para tratar de eventuais emergências ou alterações no cronograma.

5.1.9. ETAPA 1 - REMOÇÕES, DEMOLIÇÕES, DESMONTAGENS, LIXAMENTOS E PREPARAÇÃO INICIAL

(A execução deverá estar em conformidade técnica, normas ABNT, NRS vigentes)

Este sistema contempla todas as ações preliminares essenciais para permitir que os sistemas novos sejam instalados com desempenho, durabilidade e segurança.

Inclui a intervenção sobre postos, totens, fachadas, pisos, calçadas, gradis, portões, rufos, placas, faixas, sinalizações antigas, bem como a preparação física das superfícies.

OBJETIVOS DO SISTEMA

Garantir a remoção integral de materiais existentes que comprometam a aderência, estabilidade ou alinhamento dos sistemas novos;

Corrigir patologias antes da aplicação de revestimentos, pinturas ou fixações;

Criar condições de base para perfeita execução dos sistemas seguintes (ACM, pintura, sinalização, fachada, postes, totens).

NORMAS APLICÁVEIS

Todas as ações devem seguir estritamente as normas:

- NR18 (Condições e meio ambiente na construção civil);
- NR35 (Trabalho em altura);
- NR10 (Segurança elétrica);
- NR21 (Trabalho a céu aberto);
- ABNT NBR 13245 – Execução de revestimentos de paredes e tetos;
- ABNT NBR 15575 – Desempenho;
- ABNT NBR 7200 – Execução de revestimentos argamassados;
- ABNT NBR 9575 / 9574 – Impermeabilização (quando aplicável);
- ABNT NBR 9452 – Pintura e preparação de superfícies.

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO

Isolamento e segurança do local

Antes de qualquer intervenção:

- instalar barreiras de proteção, cones, fita zebra e placas de advertência;
- garantir área livre de circulação indevida;
- bloquear circuitos elétricos próximos às áreas de intervenção;
- executar APR antes do início do dia conforme PGR;
- utilizar EPIs obrigatórios: luvas, óculos, protetor auricular, botas, máscara PFF2, capacete e cinturão (NR35).

REMOÇÃO DE ELEMENTOS EXISTENTES

Placas, faixas, películas e sinalizações antigas

- Remover totalmente placas metálicas, PVC, ACM ou adesivos existentes;
- Retirar fixações antigas (buchas, parafusos, rebites, suportes);
- Preencher os vazios resultantes com argamassa AC3 após a fase de lixamento.

Grafismos, letreiros e elementos visuais antigos

Aquecimento controlado dos adesivos para evitar delaminação do substrato;

Raspar com espátulas de aço, evitando danos estruturais.

REMOÇÃO DE PINTURA ANTIGA E TEXTURA (TODAS AS ÁREAS EXTERNAS)

Processo obrigatório:

Lixamento mecânico pesado com lixadeira orbital ou angular:

- remoção integral até o reboco;
- eliminar todas as películas com baixa aderência, tinta descascada e manchas;

Remoção de textura projetada existente, inclusive:

- textura acrílica;
- textura rolada;
- textura arenosa.

Após lixamento, realizar lavagem sob pressão para retirada total de pó residual.

Obs: Não realizar a pintura no mesmo dia após a lavagem.

LIXAMENTO DE ELEMENTOS ESPECÍFICOS

Calçada frontal — 367,00 m²

Lixamento industrial com equipamento de placas diamantadas;

Remoção total de:

- tintas;
- marcas de pneu;
- sujeiras incrustadas;
- desníveis superficiais;
- materiais pulverulentos;

Varrição mecânica + aplicação de solução desengraxante, posterior limpeza com jato de água em alta pressão.

Piso de ardósia da varanda frontal

- Lixamento com uso de maquinário elétrico e disco apropriado para pedra;
- Remoção de resíduos antigos e nivelamento visual da superfície.

Rufos — 30 metros

- Lixamento manual ou mecanizado de toda a extensão;
- Remoção de corrosão, tinta antiga, oxidação e descascamentos;
- Finalização com lixa 120 para permitir ancoragem do esmalte sintético.

Gradil e portões — 85,00 m²

Decapagem mecânica com disco flap, ou poderá ser aceito lixa manual tendo em vista a peculiaridade do gradil;

Remoção total de:

- Ferrugem;
- escamas de tinta;
- corrosão;

- pontos soltos;
- Tratamento de soldas antigas expostas.

DESMONTAGENS CONTROLADAS

Totem institucional

- Desmontagem dos painéis antigos;
- Remoção elétrica segura;
- Isolamento dos cabos existentes;
- Inspeção da estrutura que será reaproveitada.

Free-Book — Somente na Sede do Batalhão

- Retirada da cobertura de policarbonato;
- Retirada da estrutura que suporta a cobertura em policarbonado (Com aproveitamento)
- Retirada da placa de inauguração antiga;
- Remoção e descarte ambientalmente correto.

LIMPEZA TÉCNICA E PREPARAÇÃO FINAL DAS SUPERFÍCIES

Limpeza geral pós-lixamento

- Remoção de pó com soprador e escova industrial;
- Aplicação de lavagem química leve quando necessário.

Preparação para argamassa AC3

- Umidificação controlada das áreas de reboco exposto;
- Remoção de partículas soltas;
- Verificação de fissuras estruturais (caso existam, registrar para tratativa).

Preparação para aplicação de fundo preparador

A superfície deve estar:

- totalmente limpa;
- sem pó;
- sem gordura;
- seca;
- com aderência superficial mínima de 0,4 MPa (critério para reboco existente — NBR 7200).

TOLERÂNCIAS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA FASE DE REMOÇÃO

- A etapa é considerada aceita somente quando:

Tinta antiga removida integralmente

- Sem manchas, descascados ou transições abruptas.

Textura totalmente removida

- Nenhuma área residual com textura existente.

Calçada e ardósia com superfície uniforme

- Sem pontos com tinta velha ou material pulverulento.

Gradil e portões sem ferrugem

- Lixamento completo, sem pontos ativos.

Rufos totalmente desbastados

- Sem oxidação visível.

Base estrutural do totem e FreeBook disponível e limpa

- Sem resíduos, ferrugem grossa ou sujeira.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

A fase é rejeitada quando houver:

- áreas sem lixamento adequado;
- permanência de textura antiga;
- ferrugem ativa em gradil/portões;
- rufo com tinta antiga não suprimida;
- calçada com manchas antigas aparentes;
- pó solto sobre superfícies;
- resíduos de adesivo antigo em ACM;
- qualquer superfície sem preparo para receber revestimento ou pintura.

EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA REFERENTES A ESTA FASE

- proibido uso de lixadeira sem óculos e máscara PFF2;
- proibido trabalhar próximo a pedestres sem isolamento;
- obrigatória verificação do estado das máquinas;
- proibido operar lixadeira em altura sem cinturão NR35;
- obrigatório desligamento de circuitos próximos;
- obrigatório manter cabos longe de áreas de circulação.

CONCLUSÃO / FINALIZAÇÃO DA ETAPA DE REMOÇÃO

A conclusão desta etapa somente será considerada finalizada e aprovada pelo Gestor/Fiscal somente quando:

- todas as superfícies estiverem prontas para correção e revestimento;
- as áreas de instalação (fachadas, calçadas, gradis, portões, rufos, pisos) estiverem lisas, limpas e firmes;
- toda a base antiga tiver sido removida;
- o totem e freebook estiverem limpa e tecnicamente prontos para receber reinstalações;
- os resíduos tiverem sido descartados corretamente;
- a área estiver limpa e segura para iniciar a próxima etapa.

5.1.10. ETAPA 2 — CORREÇÕES, REGULARIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES

(Argamassa AC3, selagem, fundo preparador, massa acrílica, resinas, correções de alvenaria, rodapés, pisos e rufos)

Este sistema ocorre imediatamente após o término das remoções e lixamentos, garantindo que cada superfície esteja tecnicamente apta para receber revestimentos, pinturas, placas, adesivos, fixações ou estruturas metálicas.

É um sistema de tratamento, reforço, correção geométrica, estabilização e preparação, sustentado em normas técnicas e procedimentos profissionais de engenharia civil.

OBJETIVO DO SISTEMA

Garantir que todas as superfícies — alvenaria, concreto, rufos, gradis, portões, piso (ardósia), calçada (367 m²), áreas deterioradas, rodapés e bases de instalação — estejam:

- planas;
- coesas;
- limpas;
- niveladas;
- seladas;
- livres de patologias;
- compatíveis com revestimentos, pinturas e adesivos.

Esta etapa define as condições mínimas que qualquer elemento deve apresentar antes de receber os sistemas posteriores

(ACM, faixa PMESP, pintura, sinalização, placas, totens e postes).

NORMAS APLICÁVEIS

- ABNT NBR 7200 – Execução de revestimentos argamassados;
- ABNT NBR 13245 – Execução de revestimentos de paredes e tetos;
- ABNT NBR 15575 – Desempenho;
- ABNT NBR 9452 – Preparação de superfícies para pintura;
- ABNT NBR 9574/9575 – Impermeabilização (em casos específicos);
- ABNT NBR 13528 – Inspeção visual de revestimentos;
- NR18, NR21, NR35 – Segurança durante a execução;
- Manuais técnicos dos fabricantes de AC3, tintas e resinas.

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS DETALHADOS

VERIFICAÇÃO DAS SUPERFÍCIES APÓS REMOÇÕES

A equipe deve realizar inspeção técnica minuciosa em:

- alvenaria exposta;
- reboco remanescente;
- superfícies de concreto;
- rufos metálicos (40 metros);
- gradil e portões (85 m²);
- piso de ardósia frontal, incluindo a escadaria (97,00m²)
- calçada (367 m²);
- bases de instalação.

Devem ser identificados:

- oco ao toque;
- destacamentos;
- fissuras;
- deslocamento;
- contaminações (óleo, graxa, umidade);
- trincas e rachaduras estruturais;

Nenhum revestimento deve ser aplicado antes da correção plena.

REGULARIZAÇÃO DA ALVENARIA COM ARGAMASSA - AC3

Preparação da área

- Remover pó da superfície a ser reparada com água em abundância;
- Identificar áreas críticas (oco, trinca, destacamento), em todos os casos de correção deves obrigatoriamente reabrir o local o diâmetro da área e profundidade até a estrutura de tijolos para maior aderência da argamassa.

Aplicação da argamassa

- Utilizar marcas recomendadas (Quartzolit, Sika, Portokoll, Ceramfix, Fortaleza);
- Aplicar camada média de 3 a 8 mm conforme necessidade;
- Em áreas de grande irregularidade (>10 mm), aplicar em duas camadas;
- Utilizar desempenadeira metálica e régua de alumínio para planar;
- Manter prumos e níveis rigorosos.

Cura

- Cura mínima de 72 h antes da aplicação do fundo preparador.

CORREÇÃO DOS RODAPÉS DE ARDÓSIA

Recolocação

- Realinhar a peça com régua metálica;
- Assentar com argamassa AC3;
- Espessura de junta: conforme existente no local;
- Rejuntamento com argamassa flexível específica;

Critérios de aceitação

- Zero movimentação ao toque;
- Nivelamento contínuo em toda a extensão.

PREPARAÇÃO DO PISO DE ARDÓSIA (97,00 m²)

- Considerar que o Lixamento já foi executado na Etapa 1
- Aplicação da resina acrílica
- Aplicar com rolo de lã curta;
- Duas demãos cruzadas;
- Intervalo de secagem: 4 h.

Critério técnico:

- O piso deve apresentar leve uniformidade de brilho e baixa absorção.

PREPARAÇÃO DA CALÇADA (367,00 m²)

Após lixamento

- Inspeção geral para detectar:
- Fissuras;
- Reentrâncias;
- Desplacamentos;
- Manchas persistentes.

Correções

- Selagem de fissuras com poliuretano ou acrílico;
- Em caso de falhas profundas (>10 mm), recompor com argamassa cimentícia.

Condição final

A calçada deve estar:

- Lisa;
- sem pó;
- seca;
- com permeabilidade adequada para receber demarcações posteriores.

PREPARAÇÃO DOS RUFOS (40 metros)

Considerar que o lixamento já ocorreu na Etapa 1

- Limpeza com solução desengraxante;
- Aplicação de fundo preparador supergalvite.

Critérios técnicos

- A película deve apresentar adesão uniforme;
- Sem manchas ou pontos sem primer.

PREPARAÇÃO DO GRADIL E PORTÕES (85,00 m²)

Condição da superfície

- Já lixada e desoxidada no sistema anterior.

Aplicação de fundo anticorrosivo

- Primer zarcão ou fundo epóxi, conforme especificação;
- Duas demãos, cobrindo uniformemente todos os elementos tubulares e chapas.

Tolerância

- Espessura mínima por demão: 40 µm.

Critério de aceitação

- Ausência total de pontos descobertos ou falhas de cobertura.

APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ACRÍLICO NA ALVENARIA

Procedimento

- Aplicação com rolo ou pistola;
- Consumo médio: 0,15 L/m²;
- Uniformizar absorção e consolidar substrato.

Critérios profissionais

- Deve penetrar completamente na base;
- Não pode formar película superficial espessa.

APLICAÇÃO DE MASSA ACRÍLICA (SOMENTE ÁREAS INTERNAS COBERTAS)

Procedimento

- Aplicar 2 ou 3 demãos;
- Lixar entre demãos com lixa grão 220;
- Remover pó entre camadas.

Critério de aceitação

- Superfície lisa e uniforme ao toque e à luz rasante.

TOLERÂNCIAS, ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO DA ETAPA 2

Tolerâncias técnicas

- Cobertura mínima do AC3: espessura uniforme;
- Secagem mínima antes da pintura: 48 h;
- Resistência superficial mínima (ensaio pull-off): > 0,4 Mpa.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- Nenhuma fissura aberta;
- Nenhuma área com reboco oco;
- Nenhuma superfície pulverulenta;
- Rufos totalmente selados e preparados;
- Gradil e portões com primer integral;
- Piso e calçada uniformes;
- Rodapés perfeitamente alinhados.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- Presença de pó ou textura antiga;
- Falhas do primer nos rufos ou gradil;
- Reentrâncias no reboco;
- Irregularidades geométricas visíveis;
- Superfície úmida sem cura adequada.

CONCLUSÃO

A etapa 2 só será considerada concluída quando:

- os rufos estiverem selados;
- os portões estiverem com primer anticorrosivo;
- a calçada estiver regularizada;
- o piso de ardósia estiver resinado;
- toda a base visual estiver tecnicamente apta para receber instalações dos sistemas seguintes.

5.1.11. ETAPA 3 — INFRAESTRUTURA E FIXAÇÕES

(Cantoneiras, chumbamentos, perfurações, escavações, suportes, alinhamento e preparação das bases de instalação)

Este sistema corresponde ao coração estrutural das instalações do ACM, Totem, Faixas de Identificação, Placas,

Sinalização e demais elementos fixados em alvenaria ou concreto.

É o sistema que transforma as superfícies preparadas na etapa 2 em bases estruturalmente confiáveis, planas,

perfeitamente alinhadas e aptas a suportar esforços permanentes e variáveis, incluindo vento (NBR 6123), peso próprio, vibrações e dilatação térmica.

A execução desta etapa exige rigor geométrico, qualificação profissional, ferramentas adequadas e procedimentos

específicos, pois qualquer erro aqui compromete a instalação final.

NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- ABNT NBR 8800 — Estruturas de aço;
- ABNT NBR 14762 — Perfis formados a frio;
- ABNT NBR 16288 — Chumbadores estruturais;
- ABNT NBR 6123 — Ações do vento;
- ABNT NBR 9452 — Preparação de superfícies para fixação;
- ABNT NBR 5410 — Instalações elétricas (interface com a ETAPA 4);
- NR18, NR21, NR26, NR35 — Segurança.

OBJETIVO DO SISTEMA

Garantir que todas as estruturas necessárias para instalação dos elementos visuais e metálicos estejam:

- rigidamente fixadas;
- alinhadas e niveladas em três eixos;
- resistentes a esforços mecânicos e ambientais;
- compatíveis com ACM, suportes, faixas e placas;
- instaladas com precisão de engenharia.

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS — ETAPA POR ETAPA

Marcação técnica dos pontos de fixação

Definição dos planos e eixos

- Marcação horizontal (plano X);
- Marcação vertical (plano Y);
- Marcação do afastamento da superfície (plano Z), considerando a espessura dos perfis, ACM e folgas de dilatação.

Conferência com projeto ou layout

- Todo ponto de furação ou chumbamento deve ser conferido com desenhos e com o posicionamento final dos elementos visuais.

PERFURAÇÕES EM ALVENARIA OU CONCRETO

Ferramentas obrigatórias

- Martelete elétrico;
- Furadeira/hammer SDS+ ou SDS Max;
- Brocas específicas para concreto;
- Limitador de profundidade.

Procedimento

- Perfuração sem impacto inicial para centralização.
- Após estabilização da broca, ativar impacto.
- Profundidade conforme especificação do chumbador:
- mínimo 70 mm para buchas;
- mínimo 110 mm para chumbadores metálicos;
- mínimo 120 mm para ancoragens químicas.

Limpeza da perfuração

- Usar soprador + escova de aço;
- Livre de pó (exigência para chumbadores químicos).

Critério de aceitação:

- Furo alinhado, sem lascamento, sem ovalização e sem desvio angular.

INSTALAÇÃO DE CANTONEIRAS E SUPORTES METÁLICOS

- Esses elementos servirão de base para:
- Faixas de identificação;
- Placas de ACM;
- Placas de sinalização;
- Suportes de Totem;
- Estruturas auxiliares.

Cantoneiras

- Material: aço carbono, espessura mínima 1/8" (3,17 mm);
- Fixação mínima: 3 pontos por metro linear.

Instalação

- Posicionar cantoneira conforme marcação;
- Conferir alinhamento com régua de 2 m e nível a laser;
- Realizar pré-fixação manual com parafuso;
- Fixar definitivamente com bucha/âncora adequada;
- Preencher folgas com calço rígido quando houver desnível da alvenaria.

FIXAÇÃO COM CHUMBADORES (BUCHAS, ANCORAGENS E PARAFUSOS)

Tipos recomendados

- Chumbadores metálicos tipo guarda-chuva (M16);
- Parafusos com bucha S10 ou S12;
- Parabolts M8/M10/M12;
- Chumbadores químicos (para áreas de grande carga ou vibração).

Cargas mínimas exigidas

Resistência à tração mínima por ponto: > 1,0 kN para fixações leves;

> 2,5 kN para fixações estruturais de ACM;

> 25 kN para chumbadores do poste (especificação própria do sistema de fundação).

Procedimento

- Inserir o chumbador no furo limpo;
- Realizar aperto prévio.

Finalizar com torque adequado:

- M8 → 10 a 12 N·m;
- M10 → 20 a 25 N·m;
- M12 → 40 a 50 N·m;
- M16 → 90 a 110 N·m.

Critérios de aceitação

- Zero movimentação lateral;
- Torque final atingido;
- Inserção perpendicular ao plano da parede.

REGULARIZAÇÃO DOS PLANOS DE FIXAÇÃO

- Após instalação das estruturas:

Verificação tridimensional

- Eixo X (horizontal), Y (vertical) e Z (profundidade);
- Desnível máximo permitido: ± 2 mm em qualquer eixo.

Correções

- Utilizar calços rígidos (não compressíveis);
- Reapertar fixações após correção;
- Não utilizar calços de madeira ou plástico frágil.

PREPARAÇÃO FINAL DAS BASES DE INSTALAÇÃO

- Antes de seguir para a ETAPA 4 (instalações), é obrigatório:

Em estruturas metálicas

- Conferir ausência de ferrugem residual;
- Verificar aplicação correta do fundo anticorrosivo;
- Checar integridade de soldas antigas.

Em superfícies de alvenaria

- Fundo preparador aplicado (Sistema 2);
- Sem pó, umidade ou partes ocas.

ENSAIOS, VERIFICAÇÕES E TESTES

Teste de arrancamento (pull-out) dos chumbadores

Ensaiai pelo menos 5% dos pontos de fixação;

Carga mínima:

- 1,0 kN fixações leves;
- 2,5 kN fixações estruturais;
- 25 kN chumbadores do poste (conforme especificação);

Verificação de prumo

Desvio máximo: 1,5 mm/m.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- O sistema só é aceito se:
- todas as cantoneiras apresentarem rigidez sem movimentação;
- todos os chumbadores apresentarem torque final especificado;
- todas as bases estiverem niveladas e alinhadas em três eixos;
- superfícies prontas para receber ACM, faixas, totens ou placas;
- não houver qualquer flecha perceptível;
- não houver folgas entre estrutura e parede.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- desalinhamento superior a 2 mm;
- deformação visível das estruturas;
- flecha superior a 1 mm/m;
- chumbadores fora do prumo;
- pontos de fixação frouxos;
- estruturas empenadas ou torcidas;
- calços inadequados (madeira, EVA, borracha).

CONCLUSÃO

- A etapa 3 só é considerado concluído e liberado para o próximo sistema (ACM, Totem ou Faixas) quando:
- bases metálicas e fixações estiverem tecnicamente prontas;

- alinhamento e nivelamento forem aprovados;
- ensaios atendidos;
- todas as áreas de fixação estiverem dentro das tolerâncias normativas;
- zero patologia identificada.

5.1.12. ETAPA 3A — FUNDAÇÃO DO BLOCO DE CONCRETO PARA POSTE COM BANDEIRA

(Escavação, compactação, lastro, armadura, gabarito, chumbadores, concretagem, cura, ensaios e critérios de aceitação)

Posicionamento cronológico na obra: entre a Etapa 3 (infraestrutura e fixações) e a Etapa 4 (instalação do poste com bandeira).

Este sistema é o elemento estrutural mais crítico de toda a instalação externa, pois é a fundação que receberá e transmitirá ao solo todos os esforços permanentes (peso próprio do poste, bandeira e refletores) e variáveis (vento — NBR 6123, impacto accidental, vibração). Um erro nesta etapa compromete irreversivelmente a estabilidade do conjunto.

NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- ABNT NBR 6118 — Projeto e execução de estruturas de concreto armado;
- ABNT NBR 6122 — Projeto e execução de fundações;
- ABNT NBR 6123 — Ações do vento;
- ABNT NBR 5738 — Moldagem e cura de corpos de prova;
- ABNT NBR 5739 — Ensaio de compressão de corpos de prova;
- ABNT NBR 7211 — Agregados para concreto;
- ABNT NBR 14931 — Execução de estruturas de concreto;
- ABNT NBR 7480 — Aço destinado a armaduras;
- ABNT NBR 16288 — Chumbadores estruturais;
- NR18, NR21, NR35 — Segurança do trabalho.

OBJETIVO DO SISTEMA

Executar o bloco de fundação em concreto armado dimensões 60 × 60 × 70 cm (largura × comprimento × altura), com:

- resistência característica à compressão $f_{ck} \geq 25$ MPa;
- armadura em aço CA-50 Ø8 mm;
- 6 chumbadores M16 tipo "guarda-chuva" perfeitamente posicionados e nivelados;
- eletroduto Ø1" embutido para passagem do cabo elétrico PP 2,5 mm²;
- cura úmida mínima de 15 dias;
- capacidade de suportar momento fletor de ≥ 15 kN·m no topo (equivalente a poste de 6 m com bandeira sob vento de 120 km/h conforme NBR 6123).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO BLOCO

Parâmetro	Parâmetro
Dimensões nominais	60 × 60 × 70 cm (L × C × A)
Volume do concreto	0,252 m ³ por bloco

Concreto	Usinado, fck 25 MPa, slump 18 ± 2 mm
Brita	Brita 1 (19mm)
Armadura longitudinal	4 barras CA-50 Ø8 mm (4 por direção)
Armadura Transversal	4 barras CA-50 Ø8 mm (4 por direção)
Cobrimento mínimo	5,0 cm
Chumbadores	6 unidades M16 × 400 mm tipo guarda-chuva
Tolerância de posição dos chumbadores	± 2 mm em cada direção
Eletroduto embutido	Mangueira corrugada Ø1" antichama
Cura	15 dias com lona + água

4. PROCEDIMENTO EXECUTIVO — PASSO A PASSO

Marcação e locação do bloco

Definição do eixo

- Utilizar teodolito ou nível a laser para definição do eixo do poste;
- Marcar o centro do bloco com piquete metálico;
- Materializar o perímetro de 70 × 70 cm (folga executiva de 5 cm de cada lado em relação ao bloco nominal de 60 × 60 cm).

Tolerância de locação

- Desvio máximo permitido do centro do bloco em relação ao projeto: ± 1 cm.

ESCAVAÇÃO

Dimensões da cava

- Largura: 80 cm;
- Comprimento: 80 cm;
- Profundidade: 75 cm (5 cm adicionais para lastro de brita).

Procedimento

- Escavação manual ou mecânica com retroescavadeira de pequeno porte (limitador de profundidade obrigatório);
- O fundo da cava deve ser plano e nivelado, sem deformações ou desníveis;

- Paredes devem ser escoradas sempre que houver risco de desmoronamento (solo arenoso/instável).

Tolerâncias

- Profundidade: ± 3 cm;
- Largura: ± 5 cm;
- Desnível do fundo: ≤ 1 cm / 1 m.

Critério de aceitação da escavação

- Fundo firme, limpo, seco (sem acúmulo de água), sem materiais orgânicos ou soltos;
- Paredes estáveis.

COMPACTAÇÃO DO FUNDO DA CAVA

Método

- Compactação manual com soquete vibratório ou sapo mecânico;
- Teor de umidade do solo ajustado próximo à umidade ótima (ensaio Proctor);
- Grau de compactação mínimo: 95% Proctor normal.

Verificação

- Inspeção visual + cravação de haste metálica de 10 mm.
- A haste não deve penetrar mais que 2 cm sob golpe de martelo de 2 kg.

Rejeição

- Fundo com penetração excessiva → recompactar.

LASTRO DE BRITA

Aplicação

- Brita nº 1 (19 mm), isenta de finos e matéria orgânica;
- Espessura do lastro: 5 cm após compactação;
- Espalhamento manual + nivelamento com régua;
- Compactação leve com soquete manual.

Tolerância

- Espessura: ± 1 cm
- Nivelamento: ≤ 5 mm / 1 m

INSTALAÇÃO DO ELETRODUTO EMBUTIDO Ø1"

Posicionamento

- Eletroduto corrugado antichama Ø1" conforme NBR 15465;
- Inserido antes da montagem da armadura, passando pelo interior do bloco até emergir na lateral voltada para o ponto de energia;
- Curva no topo para conectar-se ao poste (saída vertical dentro da área dos chumbadores);
- Amarrar com arame recozido nas armaduras para evitar deslocamento durante a concretagem.

Critérios

- Não pode haver dobras fechadas que impeçam a passagem do cabo;
- Ambas as extremidades devem ser vedadas com fita crepe para evitar entrada de concreto.

MONTAGEM DA ARMADURA (CA-50S Ø8 mm)

Armadura longitudinal / Transversal

- Barras CA-50 Ø8 mm, dispostas uniformemente nas dimensões necessárias (4 em cada direção X e Y);
- Comprimento das barras: Dimensões necessárias para fechar totó o perímetro do estribo e sobrepor a dobra com 5,0 cm (Respeitar a dimensão de 5 cm de cobrimento em cada extremidade);
- Amarração com arame recozido 18 BWG em todos os cruzamentos, ou utilização de pontos de solda elétrica.

Cobrimento

- Garantir cobrimento mínimo de 5 cm em todas as faces;
- Utilizar espaçadores plásticos (tipo "carrinho") em todas as faces e fundo.

Critérios de aceitação da armadura

- Espaçamento uniforme entre barras (desvio ≤ 5 mm);
- Cobrimento ≥ 5 cm em todos os pontos;
- Amarrações firmes (sem deslocamento ao toque);

INSTALAÇÃO DO GABARITO METÁLICO E CHUMBADORES M16

- Esta é a etapa de maior precisão de todo o sistema, pois o posicionamento dos chumbadores define o alinhamento de todo o poste.

Gabarito metálico

- Chapa metálica 3/16" com furação para os 6 chumbadores, com as medidas: 35,0 x 35,0cm;
- O gabarito deve ser nivelado e alinhado com o eixo do poste;
- Fixado rigidamente no topo da cava, apoiado em suas bordas;
- A chapa metálica deverá ter um furo do centro de no mínimo 1" de diâmetro para passagem da mangueira de energia.

Posicionamento dos chumbadores

- 6 unidades M16 x 600 mm, aço ASTM A36, tipo guarda-chuva

- Dispostos em chapa retangular com as medidas: 35,0cm x 35,0cm
- Rosca exposta para cima, com altura emergente de 100 ± 5 mm acima do topo do bloco, ou da chapa de base.

Nivelamento e alinhamento

- Prumo verificado com nível a laser 360°;
- Tolerância de posicionamento em X e Y: ± 2 mm;
- Tolerância de prumo (verticalidade) dos chumbadores: ≤ 1 mm / 100 mm de altura;
- Tolerância de nivelamento das rosas: ≤ 1 mm entre o ponto mais alto e o mais baixo.

Fixação

- Chumbadores amarrados com arame recozido nas armaduras;
- Posição final conferida antes da concretagem;
- Aplicar graxa nas rosas e proteger com fita para evitar contaminação com concreto.

Critério de aceitação

- Todos os chumbadores dentro das tolerâncias;
- Gabarito removível sem alterar posição;
- Nenhum chumbador frouxo ou desalinhado.

CONCRETAGEM

Preparação

- Verificar posição final da armadura e chumbadores;
- Umedecer levemente a cava (evitar saturação);
- Garantir acesso de caminhão betoneira ou betoneira estacionária;
- Executar o “Pescoço do Pilar” sob a face acabada do bloco com a dimensão de: 5,0cm em concreto, com as seguintes dimensões: 40 x 40 x 5cm (medidas externas), (Usar um gabarito de madeira para tal finalidade), Havendo duvidas, fazer contato com Gestor/Fiscal para maiores esclarecimentos.

Especificação do concreto

- Concreto usinado, fck 25 Mpa;
- Slump (abatimento): 18 ± 2 mm (consistência plástica/firme);
- Brita 1 (19 mm);
- Cimento CP-IV ≥ 350 kg/m³;
- Relação água/cimento $\leq 0,55$.
- Caso o concreto seja executado in-loco, com a utilização de betoneira, a empresa devesse obedecer fielmente ao traço determinado com a relação (Areia, Brita, Cimento e Água), pelo Gestor/Fiscal do contrato, *não será aceito em hipótese nenhuma, que a execução do traço do concreto seja realizado diretamente sob o piso.*

Lançamento

- Lançamento em camadas de 20 a 25 cm;
- Altura máxima de queda livre: no máximo 0,50 m (se necessário usar calha);

- Proibido lançar concreto diretamente sobre os chumbadores.

Adensamento

- Vibrador de imersão Ø25 mm;
- Adensar cada camada por 10 a 15 segundos;
- Distância entre pontos de vibração: máximo 40 cm;
- Proibido encostar o vibrador nas armaduras ou chumbadores;
- O adensamento cessa quando a pasta aflora na superfície e cessa a liberação de bolhas.

Acabamento superficial

- Nivelar o topo do bloco com régua metálica e desempenadeira para acabamento final;
- Acabamento final com desempenadeira de aço (alisamento);
- O topo deve ficar perfeitamente nivelado com desnível máximo de 1 mm/m.

Corpo de prova (Concreto usinado / Manual)

- Moldar no mínimo 4 corpos de prova por bloco (2 para 7 dias, 2 para 28 dias);
- Procedimento conforme NBR 5738;
- Identificar com data, obra, bloco, horário.

CURA DO CONCRETO

Método

- Cura úmida contínua por 15 dias ininterruptos;
- Após 12 horas da concretagem:
- Cobrir o bloco com lona plástica preta vedada nas bordas;
- Molhar a superfície 3 vezes ao dia (manhã, meio-dia, fim da tarde) em dias secos;
- Em dias chuvosos, manter cobertura para evitar lavagem da superfície.

Temperatura

- A temperatura do concreto durante a cura não deve ultrapassar 35°C;
- Em dias de calor extremo (>35°C), aumentar frequência de molhagem para 5 vezes ao dia.

Proteção mecânica

- Isolar a área com barreiras para evitar pisoteamento ou impacto no bloco durante a cura.

Critério de aceitação da cura

- Superfície sem fissuras de retração plástica;
- Aos 7 dias, resistência do corpo de prova $\geq 17,5$ MPa (70% do fck);
- Aos 28 dias, resistência ≥ 25 MPa (100% do fck).

RECOMPOSIÇÃO DO SOLO (APÓS CURA)

- Após a cura completa, reaterro do entorno com solo compactado manualmente em camadas de 10 cm;
- Compactar cada camada com soquete manual.

ENSAIOS E VERIFICAÇÕES

Ensaio de compressão dos corpos de prova (NBR 5739)

- Romper 2 corpos de prova aos 7 dias (controle);
- Romper 2 corpos de prova aos 28 dias (aceitação final);
- Resistência mínima: 25 MPa aos 28 dias.

Verificação dimensional do bloco

- Medir com trena metálica:
- Largura: 60 ± 1 cm;
- Comprimento: 60 ± 1 cm;
- Altura: 70 ± 1 cm;
- Pescoço do Pilar: 5,0cm.

Verificação do gabarito / posição dos chumbadores

- Após a cura e retirada do gabarito:
- Conferir posição com gabarito de verificação (template rígido);
- Tolerância: ± 2 mm em relação ao projetado;
- Conferir altura emergente da rosca: 120 ± 5 mm.

Verificação de prumo vertical dos chumbadores

- Nível de bolha magnético acoplado ao chumbador;
- Tolerância: $\leq 1,5^\circ$ de inclinação.

Ensaio de arrancamento

- Ensaio em 2 dos 6 chumbadores (amostragem);
- Carga de tração mínima: 25 kN por chumbador;
- Método: cilindro hidráulico com manômetro calibrado;
- Deverá obrigatoriamente ser executado após 28 dias de cura do concreto.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SISTEMA

O sistema é aprovado quando:

- resistência do concreto atinge $f_{ck} \geq 25$ MPa aos 28 dias;
- chumbadores posicionados com tolerância ± 2 mm;
- chumbadores com altura emergente 100 ± 5 mm;
- planicidade do topo ≤ 1 mm/m;
- prumo dos chumbadores dentro do limite;
- cobertura da armadura ≥ 5 cm;

- eletroduto desobstruído (passagem de guia confirmada);
- ausência de fissuras ou falhas aparentes;
- corpo de prova atende resistência.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

O sistema é rejeitado e deve ser refeito quando:

- resistência do concreto inferior a 25 MPa aos 28 dias;
- deslocamento de qualquer chumbador > 5 mm da posição projetada;
- chumbadores com inclinação > 1,5°;
- bloco com fissuras estruturais (> 0,3 mm de abertura);
- eletroduto obstruído ou rompido dentro do bloco;
- concreto com segregação ou brocas visíveis;
- armadura exposta (cobrimento < 3 cm em qualquer ponto);
- gabarito final não encaixa nos chumbadores.

CONDIÇÕES DE LIBERAÇÃO PARA A ETAPA 4

A execução da Etapa 4 — Instalação do Poste com Bandeira só pode ser iniciada APÓS:

- cura completa de 28 dias;
- aprovação dos ensaios de resistência do concreto;
- verificação dimensional e posicional aprovada;
- liberação formal do fiscal técnico.

5.1.13. ETAPA 4 — INSTALAÇÃO DO POSTE COM BANDEIRA

(Estrutura metálica, posicionamento, alinhamento, torque, conferências e liberação final)

Este é um dos sistemas mais sensíveis do TR, pois envolve elemento vertical exposto ao vento, com riscos de tombamento, fadiga e falha estrutural, especialmente na PMESP, onde o Poste com Bandeira possui caráter institucional e alta visibilidade.

Aqui, o detalhamento técnico será máximo, observando:

- critérios estruturais da NBR 8800 (aço);
- requisitos geométricos da NBR 14762 (perfis formados a frio);
- esforços do vento conforme NBR 6123;
- critérios de montagem conforme NBR 14931;
- e segurança NR35 e NR18.

Este sistema ocorre após:

- Etapa 1 (remoções);
- Etapa 2 (correção e preparação);
- Etapa 3 (infraestrutura e fixações);
- Execução da base de concreto (item do TR, mas tratado na Etapa 3A).

OBJETIVO DO SISTEMA

Garantir a instalação segura, alinhada, nivelada e estruturalmente correta do Poste com Bandeira de 6 metros de altura, garantindo:

- prumo perfeito;
- rigidez à flexão;
- fixação com chumbadores M16 (6 unidades);
- torque adequado;
- estabilidade ao vento;
- proteção anticorrosiva;
- integração ao sistema elétrico e de iluminação.

NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- NBR 8800 — Projeto e execução de estruturas de aço;
- NBR 14762 — Perfis formados a frio;
- NBR 6123 — Ações do vento;
- NBR 6118 — Estruturas de concreto;
- NBR 14931 — Execução de estruturas de concreto;
- NR18 — Segurança na construção;
- NR35 — Trabalho em altura;
- NBR 16288 — Chumbadores estruturais;
- NBR 5410 — Instalações elétricas (integração com a Etapa 5).

PRÉ-REQUISITOS ANTES DE INICIAR A INSTALAÇÃO

A instalação do poste só pode começar se:

A base de concreto tiver:

- 28 dias de cura úmida mínima;
- Resistência compatível ($f_{ck} \geq 25$ MPa);
- Dimensões 60L x 60L x 70P cm;
- Pescoço do Pilar: 40,0 x 40,0 x 5,0cm;
- Armadura conforme CA50S Ø8 mm;
- Superfície nivelada;
- Chumbadores tipo guarda-chuva M16 previamente instalados por gabarito metálico, totalmente alinhados.

O local estiver:

- isolado e sinalizado;
- livre de tráfego;
- com APR (Análise Preliminar de Risco) realizada.

Ferramentas disponíveis:

- chave de torque ajustável;
- nível a laser 360°;
- arruelas de nivelamento;
- graxa anticorrosiva;
- jogo de porcas, contra porcas e arruelas M16 novas.

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS — INSTALAÇÃO DO POSTE COM BANDEIRA

Posicionamento inicial do poste

Elevação

- Devido as dimensões e peso do Poste com bandeira, deverá obrigatoriamente ser analisado pela empresa o uso de (Munck ou guincho) para elevar e posicionar o poste no local correto.
- Proibido arrastar a base metálica sobre o concreto.

Acomodação sobre os chumbadores

- A placa-base fixada diretamente na base do poste, com as dimensões mínimas: 35,0cm x 35,0cm x 12mm, devendo ser descida verticalmente e posicionada, evitando impacto ou torção;
- O encaixe deve ocorrer simultaneamente nos 6 chumbadores.

Alinhamento e nivelamento da base

Após o poste estar apoiado:

Uso de arruelas de regulagem

- Inserir arruelas niveladoras sob os pontos necessários;
- Nivelar o plano da placa-base em dois eixos (X e Y).

Tolerâncias

- Desvio máximo aceitável entre cantos da placa base: ≤ 1 mm;
- Diferença de altura entre lados opostos: $\leq 1,5$ mm.

Verificação geométrica do prumo

Ferramenta

Nível a laser com alcance mínimo de 10 m.

Procedimento

- Realizar medição em dois eixos ortogonais;
- Ajustar enquanto os parafusos ainda estão em pré-aperto.

Tolerância

- 1,5 mm/m de altura do poste;
- Como o poste tem 6 m: → Desvio máximo admissível: ≤ 9 mm no topo.

Aperto e torque dos chumbadores M16

Sequência de aperto

- Realizar préaperto cruzado (em forma de X);
- Ajustar nivelamento e prumo novamente;
- Realizar torque final.

Torque recomendado para M16

- 90 a 110 N·m, seguindo manuais de fabricantes de ancoragem estrutural;
- Aplicar torque com chave calibrada.

Critério técnico obrigatório

- Após o torque final, o poste deve permanecer estável sem deslocamento lateral perceptível.

TRATAMENTO ANTICORROSIVO DA FIXAÇÃO

Aplicação da graxa anticorrosiva

- Aplicar graxa “apenas” nas roscas expostas e contra-porcas;
- Nunca aplicar sob a placa-base.

Proteção da área exposta

- Opcionalmente instalar capa de proteção plástica sobre os chumbadores.

INSPEÇÕES E VERIFICAÇÕES

Verificação de estabilidade mecânica (Após 28 dias de cura do concreto)

- Empurrar o poste lateralmente com força moderada (~20 kgf);
- Não deve ocorrer movimentação perceptível ou estalos.

Verificação dimensional

- Repetir medição do prumo após o torque final.

Verificação da placa-base

- Deve encostar de forma contínua nas arruelas de apoio;
- Somente 3 pontos de apoio ou base irregular implicam REPROVAÇÃO.

Verificação dos chumbadores

- Altura emergente uniforme;
- Porcas totalmente rosqueadas;
- Sem folgas;
- Sem empenamento dos parafusos.

Teste de tração nos chumbadores – Uso do Torquímetro

- Testar o aperto das porcas de todos os 6 chumbadores;
- Resistência mínima: 25 kN.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SISTEMA

A etapa 4 está aprovada quando:

- prumo final dentro da tolerância (≤ 9 mm);
- torque final atingido (90–110 N·m);
- placa-base totalmente apoiada;
- nenhuma oscilação lateral;
- chumbadores íntegros, alinhados e nivelados;
- graxa aplicada corretamente;
- poste firmemente instalado e apto a receber o sistema elétrico (Etapa 5).

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- poste fora de prumo acima do limite;
- movimentação perceptível ao toque;
- folga entre base e arruelas;
- chumbadores tortos, espanados ou sem torque;
- falta de arruelas niveladoras quando necessárias;
- placa base apoiada em apenas 2 ou 3 pontos;
- ruídos ou estalos estruturais após o aperto.

LIBERAÇÃO DO SISTEMA

Somente é liberado para instalação dos refletores, relé foto elétrico e luminotécnica após:

- aprovação do fiscal;
- assinatura do relatório de montagem;
- registro fotográfico;
- e aferição final de prumo.

5.1.14. ETAPA 5 — INSTALAÇÃO ELÉTRICA INTEGRADA

(Relé fotoelétrico, eletrodutos Ø1", cabo PP 2,5 mm², refletores LED IP68, conexões, testes e critérios de aceitação).

Este sistema compreende toda a infraestrutura elétrica associada ao Totem, ao Poste com Bandeira e às Faixas de Identificação, incluindo o fornecimento, instalação, proteção, fixação e ensaio de todos os componentes, garantindo segurança, funcionamento contínuo e conformidade com NR10 e NBR 5410.

O detalhamento a seguir assume rigor técnico máximo, apropriado para instalações externas, com exposição a intempéries e exigência institucional.

OBJETIVO DO SISTEMA

- Garantir a instalação segura, estanque, durável e tecnicamente correta do circuito elétrico destinado à iluminação institucional;
- Implantar infraestrutura enterrada e aparente (Eletroduto Ø1" antichama);
- Implementar sistema de controle automático via Relé Fotoelétrico Magirus RFE10 (500 W);
- Alimentar corretamente os Refletores LED 100 W – IP68 – 9.000 lúmens;
- Garantir proteção elétrica adequada via disjuntor DIN, selecionado conforme corrente do circuito;
- Utilizar cabo PP 2,5 mm² conforme especificações de isolamento e flexibilidade para instalações externas.

NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS

Normas ABNT

- NBR 5410 — Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR 16612 — Condutores isolados;
- NBR 7288 / 7287 — Cabos flexíveis;
- NBR 5597 e 5598 — Eletrodutos de PVC rígido e corrugado;
- NBR 5419 — Proteção contra descargas atmosféricas (análise caso a caso).

Normas regulamentadoras

- NR10 — Segurança em instalações elétricas;
- NR18 — Segurança no ambiente de construção;
- NR21 — Trabalho a céu aberto;
- NR35 — Trabalho em altura.

Critérios de Boas Práticas

- Diagramas e padrão de cores conforme PMESP;
- Condutores com isolamento duplo em áreas externas;

Grau de proteção dos dispositivos:

- luminárias: IP68;
- relé fotoelétrico: IP65 ou superior;
- conexões: IP54 ou superior.

MATERIAIS DO SISTEMA

Condutores

- Cabo PP 2,5 mm², dupla isolação, flexível;
- Resistência térmica: 70°C contínuo;
- Aplicação: alimentação dos refletores e relé fotoelétrico;

Cor:

- Fase: preto;
- Neutro: azul;
- Terra: verde.

Eletrodutos

- Mangueira corrugada preta Ø1" antichama, conforme NBR 15465;
- Enterrada ou aparente conforme layout exigido pelo local a ser instalado;
- Acessórios: curvas, conectores, caixas de passagem.

Dispositivo de controle

- Relé Foto eletrônico Magirus RFE10 – 500 W;
- Instalação vertical, protegido contra intempéries;
- Lente voltada para a direção com menor interferência de iluminação artificial.

Refletores

- LED 100 W – 9.000 lúmens – IP68;
- Carcaça em alumínio fundido;
- Temperatura de operação: -20°C a 45°C;
- Vida útil: ≥ 50.000 h.

Proteção

- Disjuntor bipolar ou unipolar + neutro, curva C, dimensionado entre 6 e 10 A, dependendo da quantidade de luminárias e distância do cabo.

ETAPAS EXECUTIVAS

PLANEJAMENTO E MARCAÇÃO DO TRAJETO DO CABEAMENTO

Verificação do percurso

Definir rotas para o Eletroduto entre:

- base do poste;
- ponto de energia;
- relé fotoelétrico;
- refletores do Totem e das Faixas.

Profundidade mínima (instalação subterrânea)

- 30 a 40 cm do solo;

Afastamento mínimo:

- 30 cm de tubulações de água;
- 60 cm de redes de gás.

INSTALAÇÃO DO ELETRODUTO

Execução subterrânea

- Abrir vala conforme percurso definido;
- Compactação manual do fundo.
- Assentamento do eletroduto Ø1" sem deformações;
- Instalar caixas de passagem a cada 15 m ou mudanças de direção acentuadas;
- Aterramento mínimo de 20 cm de areia sobre o Eletroduto;
- Fechamento com solo original compactado.

Execução aparente

- Fixação com abraçadeiras metálicas;
- Distância entre fixadores: a cada 70 cm;
- Proibição: eletroduto pendente ou com flecha.

PASSAGEM DO CABO PP 2,5 mm²

Testes prévios

- Verificar continuidade do eletroduto com guia.

Execução

- Passar os condutores utilizando guia de aço;
- Evitar tensão excessiva para não danificar a isolação;
- Realizar identificação em ambas as extremidades.

CrITÉrios

- Cabo deve correr livremente, sem pontos de estrangulamento;
- Proibido uso de emendas dentro do eletroduto.

INSTALAÇÃO DO RELÉ FOTOELÉTRICO MAGIRUS RFE10

Posicionamento

- Fixação em local com exposição ao céu aberto;
- Longe de luminárias que possam gerar acionamento falso;
- Altura recomendada: 2,0 a 3,0 m.

Conexões

Entrada:

- Fase da rede → terminal “Linha”;
- Saída: Fase controlada → terminal “Carga”;
- Neutro comum → borne dedicado.

Fixação e proteção

- Abrir furação correta para o suporte;
- Garantir proteção contra infiltrações;
- Caixa de proteção com IP54 ou superior.

INSTALAÇÃO DOS REFLETORES LED IP68 – 100 W

Fixação mecânica

- Suportes metálicos aparafusados em superfície rígida;
- Distância mínima do solo:
- Totem: $\geq 6,00$ m;
- Bandeira: $\geq 6,00$ m.

Conexões elétricas

- Emenda por conectores IP68 ou tubo termoretrátil;
- Proibido uso de fita isolante como único isolante.

Direcionamento luminoso

- Ajustar o ângulo de forma a iluminar Totem e Bandeira com uniforme distribuição luminosa;
- Evitar ofuscamento para pedestres e motoristas.

INSTALAÇÃO DO DISJUNTOR E QUADRO DE PROTEÇÃO

Disjuntor

- Curva C;
- Entre 6 A e 15 A (conforme cálculo da carga total);
- Fixado em quadro DIN protegido (IP68 externo).

Ligação

- Fase da rede → disjuntor → relé fotoelétrico → luminárias;
- Neutro comum;
- Condutor de proteção (terra).

TESTES E ENSAIOS TÉCNICOS

Ensaio obrigatórios NR10

- Teste de continuidade do condutor de proteção;
- Teste de isolação dos condutores (mínimo 1 M Ω);
- Teste de ausência de tensão antes da energização final;
- Verificação de polaridade.

Teste funcional do sistema

- Simular ambiente escuro cobrindo o sensor → refletores devem acender;
- Expor o sensor à luz intensa → refletores devem apagar;
- Medir consumo elétrico;
- Verificar aquecimento anormal.

Teste de impermeabilidade

- Jato leve de água sobre conexões externas;
- Nenhuma falha deve ocorrer.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SISTEMA

Considerar o sistema aprovado quando:

- Todas as conduções estiverem perfeitamente protegidas e identificadas;
- Eletrodutos devidamente fixados, sem flechas;
- Condutores sem danos, sem emendas internas;
- Relé Magirus funcionando com precisão;
- Refletores acendendo e apagando corretamente;
- Grau de proteção IP68 preservado;
- Não houver fuga de corrente;
- O disjuntor correto estiver instalado e protegido;
- Sistema entregue com diagrama unifilar;
- Testes elétricos atendidos.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- Eletroduto amassado, quebrado ou com flecha;
- Conector sem proteção IP;
- Emendas improvisadas;
- Relé acionando de forma intermitente;
- Iluminação irregular ou ofuscante;
- Falta de aterramento;
- Testes NR10 reprovados;
- Ausência de proteção do disjuntor;
- Equipamentos instalados fora de alinhamento ou altura recomendada.

LIBERAÇÃO DO SISTEMA

- A instalação somente pode ser integrada ao restante da obra quando:
- Todos os ensaios forem aprovados;
- Documentação técnica (diagrama, fotos, relatório) entregue;
- Equipe da PMESP validar o funcionamento;
- Área estiver limpa e sem riscos elétricos.

5.1.15. ETAPA 6 - INSTALAÇÃO DE ACM

(Fixação sobre cantoneiras, dilatação, encaixes, tolerâncias, estanqueidade, alinhamento e critérios de aceitação)

Este sistema descreve o processo completo de instalação das placas de ACM — 4 mm, acabamento PVDF Kynar 500 — sobre as bases já corrigidas e preparadas pelas Etapas nº1, 2 e 3, com foco exclusivo na execução em campo, sem etapas de fabricação.

Trata-se de uma instalação que exige rigidez geométrica, controle de prumo, organização milimétrica dos planos, asseguramento da dilatação térmica e vedação adequada para garantir durabilidade, evitando infiltrações, empenamentos e deslocamentos.

NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- ABNT NBR 15758 — Revestimentos de fachadas;
- ABNT NBR 8094 — Alumínio e ligas;
- ABNT NBR 6123 — Ações do vento;
- ABNT NBR 16288 — Chumbadores;
- NR18 — Segurança;
- NR35 — Trabalho em altura.

OBJETIVOS DO SISTEMA

- Assegurar a instalação estável, alinhada, segura e duradoura das placas de ACM;
- Garantir o desempenho frente às ações de vento (pressão/sucção);
- Assegurar estanqueidade por meio de vedação apropriada;
- Permitir dilatações térmicas sem fissuração ou empenamento;
- Obter aparência visual uniforme, compatível com padrão institucional PMESP.

CONDIÇÕES PRÉVIAS PARA COMEÇAR A INSTALAÇÃO

A instalação somente pode iniciar quando:

Cantoneiras e suportes (Sistema 3) estiverem:

- Firmes;
- Nivelados;
- com flecha ≤ 1 mm/m;
- com todos os chumbadores bem torquados.

Superfícies de alvenaria (Sistema 2) estiverem:

- planas;
- sem poeira;
- sem partes ocas;
- tratadas com fundo preparador.

Circuitos elétricos externos (Etapa 5, quando próximos) estiverem:

- concluídos;
- identificados;
- protegidos.

Todo material de instalação (parafusos, fitas, niveladores) estiver disponível.

PROCEDIMENTO EXECUTIVO — INSTALAÇÃO DO ACM

INSPEÇÃO DAS PEÇAS ANTES DA INSTALAÇÃO

Verificar:

- integridade do acabamento PVDF;
- ausência de empenamento;
- esquadros corretos;
- ausência de amassados;
- filme de proteção intacto.

Peças danificadas não devem ser instaladas.

DEFINIÇÃO DA ORIGEM DE INSTALAÇÃO (PAINEL MESTRE)

O primeiro painel é o painel mestre, referência de todo o módulo.

Critérios:

- Escolher o ponto mais visível da fachada;
- Garantir prumo e nível perfeitos neste painel;
- Qualquer desvio aqui se multiplica nos painéis seguintes.

POSICIONAMENTO DO PAINEL SOBRE AS CANTONEIRAS

- Apoiar o painel sobre calços provisórios rígidos;
- Verificar alinhamento superior e lateral com nível a laser;
- Manter espaçamento (folga) para dilatação térmica:

Folgas obrigatórias para dilatação do ACM

- Entre painéis: 3 a 5 mm;
- Entre painel e esquadria/canto: 6 a 8 mm;
- Entre painel e solo ou cobertura: ≥ 10 mm;
- (A dilatação do alumínio pode chegar a 2,3 mm por metro linear).

FIXAÇÃO DO ACM NAS CANTONEIRAS

As placas utilizam:

- parafusos autobrocantes em alumínio ou aço inox;
- pontas com arruela EPDM para estanqueidade.

Procedimento:

- Realizar a pré-furação quando necessário (furadeira com limitador);
- Utilizar parafusos com torque controlado (evitar esmagamento do ACM);
- Fixar sempre do centro para as extremidades, evitando tensões.

Distâncias obrigatórias:

- Distância da borda do ACM: mínimo 15 mm

Distância entre fixações:

- máximo 25 cm nas bordas;
- máximo 40 cm no miolo do painel.

VERIFICAÇÃO DO PRUMO, NÍVEL E PLANICIDADE

Ferramentas:

- Nível a laser 360°;
- Régua de alumínio 2 m;
- Esquadro grande.

Tolerâncias:

- Desvio de prumo: ≤ 2 mm/m;
- Desvio de nível: ≤ 2 mm a cada 3 m;
- Emperramento: ≤ 3 mm a cada 2 m.

TRATAMENTO DAS JUNTAS ENTRE PAINÉIS

Juntas abertas (padrão ACM ventilado)

- Garantir espaçamento regular entre 3 e 5 mm;
- Instalar fita dupla-face estruturadora quando especificado para nivelamento posterior;
- Vedação opcional com silicone neutro preto ou cinza (quando indicado no projeto).

Juntas fechadas (quando a estética exigir)

- Aplicar silicone neutro;
- Alisar e retirar excesso com espátula plástica;
- Garantir acabamento retilíneo.

ACABAMENTOS, QUINAS E TRANSIÇÕES

Cantos externos

- Instalar perfil de canto em alumínio ou utilizar painel vinco dobrado;
- Manter alinhamento contínuo;

Encontros com alvenaria

- Realizar vedação com silicone neutro UV;
- Manter junta de 6 a 8 mm.

Encontros com esquadrias

- Aplicar calços para evitar vibração;
- Selar o perímetro total após alinhamento.

ESTANQUEIDADE E SELAGEM FINAL

Selante:

- Silicone neutro, cor preta, cinza escuro ou cinza claro conforme estética PMESP;
- Grau de resistência UV: mínimo 5 anos.

Requisitos do acabamento:

- Zero bolhas;
- Zero falhas;
- Junta contínua e uniforme;
- Cantos limpos;
- Selagem sem interrupções.

RETIRADA DO FILME DE PROTEÇÃO

- Após instalação completa:
- Remover integralmente o filme com atenção para não deixar resíduos;
- Não retirar sob sol intenso (risco de aderência);
- Nunca deixar película protetora após 48 h da instalação — risco de manchas.

ENSAIOS, TESTES E VERIFICAÇÕES

Ensaio de arrancamento dos fixadores

- Testar 5% do total;
- Força mínima: 1,5 kN por fixador.

Verificação visual

- Painéis livres de amassados ou empenamento;
- Folgas regulares e alinhadas;
- Juntas homogêneas;
- Sem manchas, arranhões ou irregularidades.

Teste estrutural simples

Aplicar força moderada (~20 kgf) na parte central do painel:

- Não pode haver deslocamento perceptível;
- Não pode haver vibração excessiva;

- Não pode haver ruído de folga.

Teste de estanqueidade (local crítico)

- Simulação com borrifador ou teste leve com água;
- Não deve haver infiltração através das juntas;
- Selante deve manter integridade.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- Painéis perfeitamente alinhados;
- Diferença máxima de plano: ≤ 3 mm;
- Folgas uniformes;
- Fixações invisíveis ou discretas;
- Zero batida ou ruído ao toque;
- Selagem linear e contínua;
- Acabamento compatível com padrão PMESP.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- Painéis visivelmente tortos;
- Folgas irregulares;
- Fixadores aparentes ou desalinhados;
- Silicone falhado;
- Vibração perceptível;
- Emendas abertas;
- Painéis com película protetora aderida ou manchas após remoção;
- Encontro com cantos sem acabamento.

LIBERAÇÃO DO SISTEMA

- A instalação de ACM é considerada concluída quando:
- Todas as peças estiverem fixadas, seladas e alinhadas;
- Testes realizados e aprovados;
- Registros fotográficos feitos;
- Fiscalização PMESP emitir aceite preliminar.

5.1.16. ETAPA 7 - INSTALAÇÃO DAS FAIXAS DE IDENTIFICAÇÃO PMESP

(Estrutura metálica, revestimento em ACM 4 mm PVDF, cores institucionais, pintura automotiva PU, películas de alta durabilidade, tipografia Lato Extra Bold, alinhamento e critérios de aceitação).

As Faixas de Identificação PMESP compõem os elementos visuais horizontais aplicados às fachadas das edificações, seguindo rigorosamente a padronização institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

A execução deste sistema envolve estrutura metálica, revestimento em ACM, pintura automotiva, aplicação de filmes vinílicos, nivelamento geométrico e conferência dimensional.

NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

Normas ABNT

- NBR 15758 – Revestimento de fachadas com painéis metálicos;
- NBR 14762 – Perfis formados a frio;
- NBR 8800 – Estruturas metálicas;
- NBR 6123 – Ações do vento;
- NBR 16288 – Chumbadores;
- NBR 9452 – Preparação de superfícies;
- NBR 12567 / NBR 15731 – Películas e adesivos;

Normas de segurança

- NR10, NR18, NR21, NR26, NR35.

OBJETIVO DO SISTEMA

- Garantir a instalação correta das Faixas de Identificação PMESP, atendendo:
- dimensões normativas PMESP (altura = 10% da largura da fachada);
- proporção de letras (30% da altura da faixa);
- tipografia obrigatória Lato Extra Bold;
- cores institucionais PMESP;
- acabamento automotivo PU com resistência UV;
- estabilidade estrutural;
- perfeito alinhamento horizontal e vertical.

DADOS TÉCNICOS E PARÂMETROS PMESP (OBRIGATÓRIO)

Cores institucionais oficiais PMESP

- Branco: RGB #ffffff;
- Cinza escuro: RGB #464648 – Pantone 200013 TPM;
- Cinza claro: RGB #616469 – Pantone 200007 TPM;
- Vermelho: RGB #ed1c24 – Pantone 200061 TPM.

Tipografia

- Fonte: Lato Extra Bold;
- Altura das letras: 30% da altura total da faixa.

Dimensões

- Altura da faixa: 10% da largura da fachada;
- ACM: 4 mm – PVDF Kynar 500;
- Estrutura: Metalon (espessura mínima 1,5 mm).

ETAPAS EXECUTIVAS — PASSO A PASSO

VERIFICAÇÃO PRELIMINAR DO LOCAL

Antes da instalação:

- verificar a planicidade e limpeza da superfície (Etapa 2);
- certificar-se de que as cantoneiras e suportes (Etapa 3) estão fixados e alinhados;
- garantir que o eletroduto e instalações elétricas próximas estejam protegidos (Etapa 5);
- garantir que não há feixes estruturais, tubulações ou interferências.

INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA (METALON)

Fixação do metalon na fachada

- Perfis metálicos em aço carbono galvanizado, seção mínima 20×20×1,5 mm;
- Fixação com buchas S12 ou chumbadores M8 conforme substrato;
- Distância entre pontos de fixação: máximo 60 cm;
- Distância mínima da parede: conforme necessidade de nivelamento.

Tolerâncias

- Flecha máxima admissível: 1 mm por metro;
- Desvio de nível: ≤ 2 mm em toda a extensão da faixa.

Tratamento anticorrosão

- Aplicar fundo epóxi anticorrosivo sobre toda a estrutura;
- Secagem mínima: 6h.

INSTALAÇÃO DO ACM SOBRE A ESTRUTURA

Todo painel deve:

- estar com película de proteção até final do processo;
- ser aparafusado com parafusos inox ou alumínio com arruela EPDM;
- respeitar folga de dilatação de 3 a 5 mm entre placas.

Fixação

- Fixar do centro para as extremidades;
- Distância das bordas: ≥ 15 mm;
- Distância entre fixações:
- Borda: ≤ 25 cm;
- Miolo: ≤ 40 cm.

Tolerâncias

- Prumo: ≤ 2 mm/m;
- Nivelamento: ≤ 2 mm a cada 3 m;
- Emperramento: ≤ 3 mm.

PINTURA AUTOMOTIVA PU (QUANDO APLICA)

- Para as cores institucionais aplicadas diretamente no ACM.

Preparação

- Desengraxe total;
- Aplicação de primer automotivo;
- Lixamento leve com grão 600.

Pintura PU automotiva

- 2 a 3 demãos cruzadas;
- Secagem entre demãos: 15 minutos;
- Secagem final: 12 h.

Critério técnico

- Brilho uniforme;
- Zero escorrimento;
- Zero manchas;
- Resistência UV mínima 5 anos.

APLICAÇÃO DAS PELÍCULAS (3M OU AVERY DENNISON)

Preparação

- Superfície limpa com álcool isopropílico;
- Sem poeira ou oleosidade;
- Aplicação a sombra e sem ventos fortes.

Parâmetros

- Filme polimérico ou cast premium;
- Durabilidade mínima: 5 a 7 anos.

Execução

- Aplicar com espátula de feltro;
- Evitar bolhas e dobras;
- Temperatura ideal: 18°C a 28°C.

Tipografia

- Lato Extra Bold;
- Altura das letras = 30% da altura total da faixa, conforme PMESP;

- Espaçamento e alinhamento padronizados.

FIXAÇÃO DAS FAIXAS NA FACHADA

Processo

- Posicionar a faixa no ponto definido pelo projeto;
- Conferir nível longitudinal com laser;
- Fixar na estrutura metálica com parafusos galvanizados ou inox;
- Selar pontos de encontro com silicone neutro UV.

Dilatação

- Deixar folgas laterais de 3 a 5 mm entre módulos de ACM.

FINALIZAÇÃO, ACABAMENTOS E LIMPEZA

- Remover película protetora após 24–48 horas;
- Limpar com pano macio e álcool isopropílico;
- Verificar continuidade das cores;
- Conferir aderência de todos os elementos.

TESTES, MEDIÇÕES E VERIFICAÇÕES TÉCNICAS

Verificação geométrica

- Nível: ≤ 2 mm por toda a extensão;
- Prumo: ≤ 2 mm/m;
- Planicidade com régua de 2 m: ≤ 3 mm.

Verificação da película

- Zero bolhas;
- Zero rugas;
- Aderência firme nas bordas.

Verificação estrutural

- Aplicar força leve (~10 kgf) → faixa não pode vibrar excessivamente;
- Checar fixação dos parafusos.

Verificação da pintura PU

- Sem riscos, furos, escorrimentos ou áreas foscas.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

A faixa está aprovada quando:

- dimensões obedecem exatamente às proporções PMESP (10% e 30%);
- cores correspondem às especificações (RGB/Pantone);
- tipografia aplicada corretamente;
- nenhum defeito visual detectado em distância de 2 m;
- fixação rígida e sem pontos soltos;
- selagem perimetral contínua;
- juntas e cantos uniformes;
- acabamento automotivo PU com brilho homogêneo.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- desalinhamento perceptível (> 2 mm);
- bolhas/ondas na película;
- falhas de pintura;
- parafusos visíveis sem acabamento;
- folgas irregulares entre módulos;
- deformação do ACM;
- cores fora do padrão PMESP;
- letras fora da tipografia ou dimensões exigidas.

LIBERAÇÃO DO SISTEMA

- O sistema é liberado apenas quando:
- todos os ensaios forem aprovados;
- a inspeção PMESP validar prumo, nível e fidelidade visual;
- registro fotográfico for concluído;
- relatórios de cores e tipografia forem anexados.

5.1.17. ETAPA 8 — INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

(Placas institucionais, placas de vagas, placas de restrição, placas informativas e sinalizações diversas — ACM, PVC 4mm, aplicação de películas, fixação mecânica, alinhamento e critérios de aceitação).

As placas de identificação e sinalização fazem parte do conjunto de comunicação visual institucional da PMESP, compreendendo placas fixas, sinalização de vagas, placas especiais (PCD, visitantes, veteranos) e identificação de setores /unidades conforme especificado no Termo de Referência.

Este sistema estabelece o método executivo completo apenas da INSTALAÇÃO, independentemente do processo de fabricação.

NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

Normas ABNT

- NBR 7195 — Cores de segurança;
- NBR 12667 — Sinalização vertical;
- NBR 13434 — Sinalização de emergência;
- NBR 15758 — Revestimento de fachadas (para ACM);
- NBR 12567 / NBR 15731 — Películas e adesivos;

- NBR 16288 — Chumbadores.

Normas de segurança

- NR10, NR18, NR21, NR26, NR35.

Padrão PMESP

- Cores oficiais;
- Textos institucionais;
- Tipografia padronizada para cada tipo de placa.

OBJETIVO DO SISTEMA

Regular e padronizar o processo técnico de instalação das placas, abrangendo:

- placas de PVC 4 mm (vaga, PCD, visitantes, veteranos);
- placas de ACM 3/4 mm;
- placas em chapa galvanizada #18;
- aplicação de películas de alta durabilidade (3M/Avery);
- fixação mecânica com buchas, parafusos e ilhós;
- alinhamento geométrico horizontal e vertical;
- acabamento final, estanqueidade e resistência mecânica.

TIPOS DE PLACAS ABRANGIDAS (CONFORME TR)

Placas de Vagas de Estacionamento

- Visitantes — 65,5 × 46,5 cm (5 unidades);
- Deficiente Físico — 65,5 × 46,5 cm (1 unidade);
- Veteranos — 40 × 50 cm (1 unidade).

Placas de Identificação Institucional

- Nome da unidade;
- Setores específicos;
- Informações operacionais;
- Identificações diversas conforme necessidade.

Material base

- PVC 4 mm;
- ACM 3–4 mm;
- Chapa galvanizada #18.

Acabamentos

- Películas 3M™ ou Avery Dennison® — premium UV;

- Ilhós metálicos;
- Fixadores com proteção anticorrosiva.

PROCEDIMENTO EXECUTIVO — PASSO A PASSO

PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE DE INSTALAÇÃO

Independentemente do tipo de placa, a superfície deve estar:

- limpa e seca;
- sem poeira ou resíduos de tinta;
- sem partes soltas;
- plana dentro das tolerâncias;
- previamente lixada e preparada no Sistema 1 e Sistema 2.
- Tolerância de planicidade: → 3 mm a cada 2 metros
- Proibido: → Instalar placa sobre superfície irregular, quebradiça ou úmida.

MARCAÇÃO TÉCNICA DO POSICIONAMENTO

Nivelamento

- Utilizar nível a laser horizontal e vertical;
- Determinar eixo central da placa.

Altura padrão

- Placas de identificação: 1,60 m a 1,70 m do piso até o eixo central;
- Placas de vagas: altura conforme modelo existente (TR determina “vide modelo da unidade”).

Alinhamento

- Todas as placas devem manter alinhamento horizontal contínuo quando instaladas em série;
- O desalinhamento máximo permitido entre placas: → ≤ 2 mm

FIXAÇÃO PARA PLACAS DE VAGAS (PVC 4 mm COM ILHÓS)

Furação da parede

- Utilizar broca 6 mm (para bucha S6);
- Profundidade mínima: 40 mm;
- Limpar pó interno.

Instalação da placa

- Posicionar placa alinhada com marcação;
- Inserir parafusos com arruelas plásticas ou cromadas;
- Apertar sem deformar o PVC.

Distância entre fixações

- Em 4 pontos (1 por ilhós).
- Posição obrigatória conforme modelo PMESP.

FIXAÇÃO PARA PLACAS EM ACM OU GALVANIZADA #18

Suporte via cantoneira ou chapa metálica

- Instalar suporte metálico já tratado anticorrosivo;
- Distância entre fixadores: a cada 40 cm.

Fixação da placa

- Utilizar parafusos de aço inox ou galvanizados, cabeça escareada ou soberba;
- Torquímetro manual para evitar empenamento.

Selagem

- Em instalações externas, aplicar silicone neutro UV nas bordas.

Folgas obrigatórias

- Entre placas: 3–5 mm (dilatação).

APLICAÇÃO DE PELÍCULAS (ANTES OU DEPOIS DA INSTALAÇÃO, CONFORME SITUAÇÃO)

Materiais

- Películas 3M™ ou Avery Dennison®;
- Classificação: polimérica ou cast premium;
- Durabilidade: 5–7 anos UV.

Procedimento

- Limpeza da superfície com álcool isopropílico;
- Aplicação com espátula de feltro;
- Remoção de bolhas e bolhas;
- Cura de 24 h.

Critérios PMESP

- Cores conforme modelo existente;
- Ícones, figuras e textos idênticos ao padrão institucional.

FIXAÇÃO EM MUROS OU ALVENARIA LEVE

- Quando o substrato for frágil ou com baixa resistência:

- Utilizar bucha basculante metálica;
- Realizar pré-correção com AC3;
- Garantir torque máximo de aperto sem arrancamento.

INSPEÇÃO FINAL

Cada placa deve ser inspecionada quanto a:

- alinhamento horizontal e vertical;
- fixação rígida;
- distâncias padronizadas;
- ausência de trincas;
- ausência de empenamento;
- integridade da película;
- nitidez dos elementos gráficos;
- acabamento das bordas (sem rebarbas).

TOLERÂNCIAS TÉCNICAS

Elemento	Tolerância
Desvio de prumo	$\leq 2 \text{ mm/m}$
Desvio de nível	$\leq 2 \text{ mm por placa}$
Distância entre placas	Max. Variação 1mm
Reco lateral entre as placas	3-5mm
Fixador desalinhado	Max. 1mm do eixo
Vibração ao toque	zero

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

O sistema é aceito quando:

- todas as placas estiverem perfeitamente alinhadas;
- película aplicada sem bolhas, rugas ou falhas;
- parafusos íntegros e bem acabados;
- ilhós sem deformidades;
- cores institucionais fiéis ao padrão PMESP;
- placas de vagas corretamente posicionadas conforme modelo;
- vedação perimetral contínua em placas externas.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- desalinhamento visível;
- placa inclinada ou torcida;
- película com bolhas;
- fixador aparente sem acabamento;
- folga irregular entre placas;
- incompatibilidade estética com padrão PMESP;
- placa instalada em superfície irregular;
- falha de colagem da película.

LIBERAÇÃO DO SISTEMA

A instalação somente é liberada após:

- inspeção técnica final;
- registro fotográfico;
- verificação do fiscal da PMESP;
- aprovação formal para continuidade da obra.

5.1.17. ETAPA 9 — TRATAMENTO E PINTURA DO GRADIL E PORTÕES (85 m²)

(Decapagem, correção, preparação anticorrosiva, pintura esmalte sintético acrílico, critérios de desempenho e aceitação).

Este sistema contempla 85,00 m² de superfícies metálicas (gradil e portões), assegurando sua recuperação estrutural, proteção anticorrosiva e pintura de acabamento com desempenho compatível ao ambiente externo de segurança pública.

Ele ocorre após as Etapas 1 e 2 (remoção, lixamento e preparação geral) e antes da etapa 10 (pintura e recuperação da fachada), pois trata de elementos metálicos que possuem metodologia distinta da alvenaria.

NORMAS APLICÁVEIS

- NBR 9452 — Preparação de superfícies para pintura;
- NBR 13245 — Execução de revestimentos de paredes e tetos (aplicável à metodologia de preparação);
- NBR 15465 — Materiais para pintura;
- NBR 16173 — Requisitos de desempenho para tintas;
- NR18, NR21, NR35 — Segurança;

Diretrizes de proteção anticorrosiva para metais expostos.

OBJETIVOS DO SISTEMA

- Recuperar integralmente o gradil e portões metálicos deteriorados;
- Realizar tratamento anticorrosivo completo;
- Garantir pintura com filme homogêneo, resistente a intempéries e raios UV;
- Assegurar acabamento uniforme e padrão institucional PMESP;
- Prolongar a vida útil das estruturas metálicas expostas.

DIMENSÃO TOTAL DO SERVIÇO

- Área total: **85,00 m²** (gradil + portões frontais + portão de carga e descarga).

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS — PASSO A PASSO

PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE (APÓS ETAPA 1)

A Etapa 1 já garantiu:

- remoção total da pintura existente;
- lixamento pesado;
- remoção de ferrugem e descascamentos.
- Agora ocorre a fase de tratamento técnico controlado.

Inspeção técnica parcial

- Identificar:
- pontos com corrosão profunda;
- soldas expostas;
- áreas com metal vivo;
- deformações localizadas.

Correções estruturais finas

- Remoção de ferrugem residual com escova aço rotativa.
- Aplicação de convertedor de ferrugem quando necessário.
- Correção de pequenas falhas com massa polimérica para metais (quando aplicável).

Critério técnico de conclusão desta etapa:

- A superfície deve apresentar metal limpo, sem pontos soltos, sem oxidação ativa.

DESENGRAUXE E LIMPEZA FINAL

Processo

- Aplicar solução desengraxante para metais;
- Remover óleos, resíduos e impurezas;
- Secagem total antes do primer.

Tolerância

- Nenhum resíduo gorduroso é permitido antes da pintura.

APLICAÇÃO DO FUNDO ANTICORROSIVO (PRIMER)

Material recomendado

- Primer epóxi ou zarcão anticorrosivo, conforme exigência do ambiente externo.

Aplicação

- Aplicação com pistola ou rolo espuma alta densidade;
- Duas demãos cruzadas, com intervalo de secagem de 2 a 3 h.

Espessura mínima

- 40 µm por demão (filme seco);
- Espessura final mínima: 80 µm.

Critérios de aceitação

- Cobertura total da superfície;
- Zero falhas de aderência;
- Ausência de pontos descobertos.

APLICAÇÃO DA PINTURA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACRÍLICO)

Materiais recomendados

- Marcas permitidas (linha premium):
- Suvinil;
- SherwinWilliams;
- Coral;
- Novacor;
- Mazza Total Protect;
- ou equivalente técnico comprovado.

Aplicação

- Aplicar duas a três demãos cruzadas de esmalte sintético acrílico;
- Intervalo entre demãos: 2 a 4 horas, dependendo da temperatura;
- Aplicação preferencial com pistola para garantir uniformidade.

Espessura final mínima do filme seco

- 70–100 µm dependendo da tinta utilizada.

Condições ambientais

- Temperatura: 15°C a 35°C;
- Umidade máxima: 80%;
- Proibido pintar sob sol intenso ou chuva iminente.

PINTURA DE PORTAS E GRADIS COMPLEXOS

- Portões podem possuir geometrias irregulares e reentrâncias.

Procedimentos especiais

- pulverizar tinta para alcançar áreas internas;
- aplicar demãos extras em cantos e soldas;
- utilizar pincel de precisão para acabamento fino.

SECAGEM, CURA E PROTEÇÃO

Secagem ao toque

1 a 2 horas.

Secagem total

- 12 horas.

4.6.3. Cura completa

- 5 a 7 dias;
- (não lavar ou friccionar antes da cura total).

Proteção da pintura

- Evitar impacto ou abrasão durante os primeiros 48h.

ENSAIOS, TESTES E VERIFICAÇÕES

Aderência da tinta

- Método: teste da fita (crosscut);
- Resultado aceitável: nível 0 a 1 na escala ISO 2409.

Espessura do filme seco

- Medir com espessímetro digital;
- Valor mínimo: 70 µm total.

Uniformidade visual

Verificações:

- sem escorrimentos;
- sem manchas;
- sem áreas foscas;
- sem pontos com acúmulo de tinta;

- sem “casca de laranja” excessiva.

Proteção anticorrosiva

- Portões e gradil não podem apresentar pontos luminosos de metal vivo;
- Primer deve cobrir toda a área.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO FINAL DO SISTEMA

O Etapa 9 será considerado aprovado quando:

- toda a área de 85 m² estiver regular e totalmente pintada;
- primer aplicado de forma homogênea;
- película final sem defeitos visuais;
- espessura mínima atingida;
- aderência satisfatória;
- sem qualquer ponto de ferrugem aparente;
- acabamento limpo, sem borões ou respingos na alvenaria.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

- presença de ferrugem ativa;
- falhas de pintura ou primer;
- superfícies foscas, manchadas ou com escorrimentos;
- descascamento parcial;
- tinta mal distribuída, com película fina;
- irregularidades visuais perceptíveis a 2 metros;
- acabamento incompatível com padrão PMESP.

LIBERAÇÃO DO SISTEMA

A liberação só ocorre após:

- aprovação dos ensaios;
- inspeção do fiscal de engenharia PMESP;
- registros fotográficos completos;
- confirmação da cura inicial da tinta.

5.1.18. ETAPA 10 — RECUPERAÇÃO DO LAYOUT DA FACHADA / MEMORIAL DE HERÓIS

(Serviços de reparo, regularização, preparação, pintura, tratamento de elementos construtivos, recomposição do Free-Book, grafismo e entrega final). Este sistema constitui a intervenção mais abrangente e complexa do Termo de Referência, envolvendo o conjunto completo de serviços de recuperação e revitalização da fachada das edificações do 43º BPM/I e suas unidades subordinadas.

Como interface visual direta com a sociedade e elemento de identidade institucional da PMESP, deve ser tratada com o mais rigoroso padrão técnico, integrando:

- correções estruturais e de revestimento;
- preparação química e mecânica das superfícies;

- pintura acrílica premium com resistência UV;
- recomposição de elementos arquitetônicos (Free-Book, rodapés, rufos);
- tratamento de pisos, calçadas e gradis já iniciado nos sistemas anteriores;
- grafismo institucional;
- proteção final e limpeza técnica.

NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

- ABNT NBR 13245 — Execução de revestimentos de paredes e tetos;
- ABNT NBR 7200 — Execução de revestimentos argamassados;
- ABNT NBR 9452 — Preparação de superfícies para pintura;
- ABNT NBR 15575 — Desempenho de edificações;
- ABNT NBR 9574/9575 — Impermeabilização;
- ABNT NBR 11702 — Tintas para construção civil;
- NR18 — Segurança na construção;
- NR35 — Trabalho em altura;
- NR26 — Sinalização de segurança;
- Padrões institucionais PMESP — Cores, tipografia e grafismo.

PRÉ-REQUISITOS OBRIGATÓRIOS ANTES DE INICIAR

Nenhum serviço de pintura, revestimento ou acabamento da fachada pode ser iniciado sem que todos os sistemas anteriores estejam concluídos e liberados:

Sistema	Status	Condição para início
Etapa 1 - Remoções e lixamentos	Fachada limpa, sem pintura/textura antiga	
Etapa 2 - Correções e preparação	Reboco regularizado, fissuras seladas	
Etapa 3 - Infraestrutura e fixações	Cantoneiras instaladas e niveladas	
Etapa 4 - Instalação do Poste com Bandeira	***	
Etapa 5 - Instalação elétrica	Cabos, Eletrodutos e pontos concluídos	
Etapa 6 - ACM	Painéis instalados e vedados	
Etapa 7 - Faixas de identificação	Fixadas e alinhadas	
Instalação de placas de identificação e sinalização	***	
Etapa 9 – Gradil e portões	Pintura concluída e curada	

A fachada deve estar:

- limpa, seca e sem pó;
- com todas as correções de argamassa AC3 já realizadas e curadas (mín. 72 h);
- sem superfícies ocas ao toque;
- com fundo preparador aplicado nas áreas de alvenaria exposta;
- com rufos, calhas e elementos metálicos já preparados e com primer;
- com as áreas de ACM, faixas, placas e sinalizações devidamente protegidas contra respingos.

ITENS DA FACHADA ABRANGIDOS

Superfícies verticais

Toda a extensão da alvenaria externa, incluindo:

- paredes frontais e laterais;
- áreas sob marquises e beirais;
- platibandas e cimalhas;
- pilares e colunas aparentes.

Elementos complementares

- Rodapés de ardósia — recolocação e regularização (Etapa 2);
- Piso de ardósia da varanda frontal — lixamento e resinagem (Etapa 2);
- Rufos metálicos — preparação e pintura (Etapa 2);
- Calçada frontal — lixamento e regularização (Etapas 1 e 2);
- Gradil e portões — pintura já concluída (Etapa 9).

Elementos especiais — Sede do Batalhão

- Cobertura do Free-Book — remoção e instalação do novo elemento da cobertura (Policarbonato) e novo grafismo;
- Placa de Inauguração do Free-Book — remoção e reinstalação;
- Memorial de Heróis — revitalização completa do granito, metais e iluminação.

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS DETALHADOS

Proteção dos elementos que não serão pintados

Antes de qualquer aplicação de tinta ou revestimento, todos os elementos que NÃO devem ser pintados devem ser protegidos:

- Cantoneiras e estruturas metálicas;
- Faixas de Identificação PMESP já instaladas;
- Placas de ACM já fixadas;
- Placas de sinalização instaladas;
- Vidros, esquadrias, soleiras;
- Portões e gradil (Etapa 9 concluído);
- Caixas elétricas, refletores, sensores.

Materiais de proteção obrigatórios:

- Fita crepe de alta aderência (largura mínima 25 mm);
- Lona plástica resistente (espessura mínima 50 micras);
- Papel kraft ou papelão ondulado para áreas extensas.

Critério: Após a pintura, nenhum respingo ou mancha pode ser encontrado nos elementos protegidos.

REPAROS FINAIS EM SUPERFÍCIES

Inspeção de controle antes da pintura

Antes de iniciar a pintura, realizar varredura minuciosa em toda a fachada para identificar:

- fissuras residuais não seladas;
- depressões na argamassa AC3;
- pontos com baixa aderência do fundo preparador;
- áreas onde a textura antiga permaneceu.

Correções de última hora

- Fissuras até 0,5 mm → selante acrílico elástico;
- Depressões > 2 mm → massa acrílica ou AC3 fino;
- Áreas com baixa aderência → lixamento localizado + nova demão de fundo.

APLICAÇÃO DO FUNDO PREPARADOR ACRÍLICO

O fundo preparador já deve ter sido aplicado na Etapa 2.

Caso haja áreas corrigidas recentemente, aplicar novamente:

- Produto: Fundo preparador acrílico fosco;
- Consumo: 0,15 a 0,20 L/m² por demão;
- Aplicação: Rolo de lã de carneiro 23 mm ou pistola;
- Secagem: 4 h entre demãos;
- Demãos: 1 a 2 conforme absorção do substrato.

Critério de aceitação:

- A superfície deve apresentar absorção uniforme, sem manchas de brilho ou áreas foscas.

APLICAÇÃO DE MASSA CORRIDA ACRÍLICA (SOMENTE ÁREAS INTERNAS COBERTAS)

Aplica-se exclusivamente a áreas protegidas de intempéries — varandas cobertas, saguões de entrada, marquises.

Procedimento

- Aplicar com desempenadeira de aço inox.

- Camada fina (1 a 2 mm);
- Aguardar secagem de 12 h;
- Lixar com lixa grão 220;
- Remover pó entre demãos;
- Repetir até obtenção de superfície lisa.

Tolerância

- ≤1 mm de irregularidade a cada 2 m de régua.

Número de demãos

- Mínimo: 2 demãos;
- Recomendado: 3 demãos em áreas de grande exigência visual.

APLICAÇÃO DE TINTA ACRÍLICA PREMIUM — FACHADA

Materiais

Marcas obrigatórias (linha premium):

- SherwinWilliams — Linha profissional;
- Coral — Linha Total Protect;
- Suvinil — Linha Profissional ou Toque de Giz;
- Novacor — Linha Premium;
- Mazza — Linha Total Protect;
- Ou equivalente técnico, mediante comprovação e aprovação da administração;

Tipo: Tinta acrílica premium, fosca ou semi-brilho conforme padrão.

Preparação

- Lixamento leve (grão 220) em toda a superfície regularizada;
- Remoção completa do pó com trincha ou pano seco;
- Verificação da ausência de gordura ou contaminação.

Aplicação

- Ferramenta: Rolo de lã de carneiro 23 mm (textura lisa) ou pistola sem ar (airless);
- Demãos: 2 a 3 demãos cruzadas;
- Intervalo entre demãos: 4 h (condições normais: 25°C, 60% UR);
- Consumo: 0,25 a 0,35 L/m²/demão (depende da porosidade);
- Diluição: Conforme orientação do fabricante (tipicamente 5 a 10%).

Condições ambientais obrigatórias

Parâmetro	Faixa aceitável

Temperatura ambiente	15°C a 35°C
Umidade relativa	80%
Vento	15 km/h
Superfície	Seca (sem umidade ascendente)
Insolação direta	Evitar pintura sob sol pleno

Proibido pintar:

- em dias de chuva ou com previsão de chuva nas próximas 12 h;
- com temperatura em queda durante a aplicação;
- sobre superfície com temperatura superficial > 40°C.

Critérios de desempenho

- Aderência ao substrato: $\geq 1,0$ MPa (ensaio de arrancamento);
- Permeabilidade ao vapor d'água: conforme NBR 11702;
- Resistência à intempérie: mín. 5 anos sem alteração cromática perceptível;
- Brilho: uniforme em toda a fachada.

PINTURA DOS RUFO (40 metros)

Nota: A preparação (lixamento + supergalvite) foi executada na Etapa 2.

Pintura

- Tinta: Esmalte sintético acrílico (mesmo padrão do gradil);
- Cor: Conforme padrão existente (a definir com fiscalização);
- Aplicação: Pincel trincha ou pistola;
- N° de demãos: 2;
- Fundo: Primer supergalvite já aplicado.

Critério

- Cobertura homogênea;
- Sem escorrimentos;
- Sem falhas nas bordas;
- Secagem total antes de exposição à chuva.

PINTURA DA FAIXA DE DEMARCAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO

Produto

- Tinta acrílica específica para as faixas de demarcação das vagas de estacionamento (Amarelo segurança);

- Cor: Branco (padrão) e Azul (vaga PCD);
- Resistência a tráfego leve de veículos e pedestres.

Marcação e execução

- Definir e marcar o eixo da faixa com linha de giz, seguindo a mesma angulação do local;
- Aplicar fita crepe nas bordas para delimitação;
- Aplicar tinta com rolo ou pistola;
- Retirar fita crepe ainda com tinta úmida.

Espessura

- Seca: mín. 150 µm;
- Molhada: mín. 300 µm.

Sinalização específica

- Vagas comuns: linhas brancas;
- Vaga PCD: pintura azul no piso com pictograma → Símbolo internacional de acesso em branco → Dimensões conforme NBR 9050 → Sinalização vertical complementar (Etapa 8).

Critérios

- Linhas retas, sem borrões;
- Largura uniforme (10 cm típico);
- Tinta sem escorrimento;
- Aderência ao concreto lixado.

RECUPERAÇÃO DA ÁREA DO FREE-BOOK E GRAFISMO (SEDE DO BATALHÃO)

- Este item aplica-se exclusivamente à Sede do 43º BPM/I;
- Placa em Policarbonato acrílico de 10mm na cor fumê nas dimensões necessárias.

Remoção da cobertura antiga

- Retirar a cobertura de policarbonato existente;
- Remover a placa de inauguração em aço inox;
- Desmontar estrutura de suporte se necessário;
- Descartar materiais conforme legislação ambiental.

Instalação da nova cobertura

- Conferir estrutura de apoio existente;
- Corrigir pontos de oxidação ou desalinhamento;
- Instalar nova cobertura em policarbonato:
- Espessura: conforme modelo existente;
- Fixação com parafusos + arruelas vedantes;

- Inclinação mínima: conforme existente no local;
- Selar todos os pontos de fixação com silicone neutro UV.

Instalação da nova placa de inauguração

- Nova placa em aço inox (Utilizar o Padrão existente);
- Fixação com parafusos inox escareados;
- Alinhamento conforme modelo existente;
- Conferência de nivelamento.

Aplicação do grafismo institucional PMESP

- Limpeza total da superfície (policarbonato ou ACM de fundo);
- Aplicação de película adesiva de alta durabilidade (3M ou Avery Dennison);
- Dimensões e layout conforme:
- Modelo existente e instalado no local;
- Padrão PMESP;
- Cura de 24 h.

Critérios de aceitação

- Grafismo fiel ao padrão PMESP;
- Nenhuma bolha ou ruga na película;
- Cobertura centralizada e alinhada;
- Placa de inox sem riscos ou manchas;
- Estrutura estável e sem vibração.

REVITALIZAÇÃO DO MEMORIAL DE HERÓIS

Desmontagem e Preparação

- Registro Fotográfico e Gabarito: Fotografe o memorial inteiro. Para os números "922", tire medidas exatas do espaçamento entre os números e a distância para as bordas. Se possível, faça um molde (gabarito) com papel kraft ou papelão encostando nos números antes de retirá-los, para garantir o alinhamento perfeito na reinstalação.
- Remoção das Placas de Bronze: Solte os parafusos das placas planas com cuidado e guarde as ferragens.
- Remoção dos Números "922" (Letra Caixa): Técnica de extração: Como costumam ser colados, não faça alavanca com chaves de fenda para não lascas o granito nem amassar a chapa do número. Passe um fio de nylon (linha de pesca) ou uma espátula bem fina por trás dos números para "cortar" o adesivo (PU ou silicone) que fica entre o metal e a pedra. Puxe a peça de forma reta (perpendicular à pedra) para que os pinos de fixação saiam dos furos sem entortar.
- Remoção dos Spots Antigos: Desligue o disjuntor, retire as luminárias antigas, isole os fios provisoriamente e deixe os nichos vazios.

Limpeza e Polimento dos Metais (Em Bancada)

- Limpeza Estrutural dos Números: Com o auxílio de um estilete ou removedor químico, limpe todo o resíduo de cola (PU/silicone) antigo que ficou no verso dos números "922" e nos pinos de fixação.
- Polimento Geral: Aplique o polidor de metais (Brasso/Silvo) com estopa nas placas e nos números "922". Nas letras caixa, dê atenção especial às laterais (profundidade) para garantir um brilho 3D uniforme.

- Lustro: Finalize com pano de microfibra limpo até atingir o brilho espelhado. Embale as peças em panos secos.

Revitalização do Granito Preto São Gabriel

- Desobstrução e Lavagem: Remova os restos de cola que ficaram presos nos furos do granito (onde os pinos do "922" se encaixam). Lave toda a base com detergente alcalino ou neutro, esfregando bem.
- Secagem Absoluta: Aguarde a secagem completa da pedra e do interior dos furos.
- Aplicação do Ativador/Impermeabilizante: Com a base livre de qualquer obstáculo, aplique o Total Black ou Pek Blecaute com rolo de lã curta por toda a extensão do granito.
- Remoção do Excesso: Após 10 a 15 minutos, remova todo o excesso com microfibra seca antes que o produto seque na superfície, garantindo a penetração nos poros e o acabamento sem manchas.

Instalação Elétrica (Spots Quentes)

- Instale os novos spots de LED (Branco Quente 3000K, IP65 ou IP67).
- Faça as emendas utilizando fita de autofusão para vedação total contra umidade.
- Encaixe as luminárias e teste o sistema cobrindo o relé fotoelétrico para simular a noite.

Reinstalação das Peças e Acabamento Final

- Fixação das Placas: Reposicione as placas de bronze e aperte os parafusos com moderação para não tensionar o granito.
- Instalação dos Números "922": Posicione o gabarito feito na Fase 1 para garantir o alinhamento. Injete uma pequena quantidade de adesivo estrutural (recomenda-se Adesivo PU 40, ideal para áreas externas e fixação de metais em pedras) dentro dos furos no granito e um pouco no verso dos números. Encaixe os pinos nos furos e pressione.
- Limpeza imediata: Se o PU vazar pelas bordas, limpe imediatamente antes que cure, pois ele pode manchar o granito recém-tratado. Utilize fita crepe para travar os números na posição correta até a cura inicial do adesivo (geralmente de 2 a 4 horas).
- Inspeção Final: Limpe eventuais marcas de dedo nos metais com uma flanela seca.

PINTURA DO GRADIL, PORTÃO FRONTAL E PORTÃO DA ÁREA DE CARGA E DESCARGA

O serviço completo já foi executado na Etapa 9. Apenas retoques pontuais podem ser necessários, caso haja danos decorrentes das atividades dos sistemas intermediários.

Processo de retoque

- Lixamento localizado (grão 220)
- Aplicação de primer nas áreas lixadas;
- Pintura com esmalte sintético acrílico;
- Integração cromática com a pintura original.

PINTURA DA VAGA DE PCD NO PISO DA CALÇADA

Demarcação

- Delimitar o retângulo da vaga com fita crepe (largura mín/conforme local, comprimento mín. 5,00 m, conforme NBR 9050);

- Pintar o fundo com tinta acrílica azul específica para pisos;
- Aguardar secagem mín. 4 h;
- Aplicar pictograma internacional de acesso com molde e tinta branca.

Critérios

- Pictograma centralizado;
- Dimensões $\geq 0,80$ m de altura;
- Pintura uniforme, sem escorrimento;
- Sinalização vertical correspondente (Etapa 8).

ENSAIOS, VERIFICAÇÕES E TESTES

Ensaio de aderência da tinta (crosscut)

- Norma: ISO 2409;
- Classificação aceitável: 0 ou 1;
- Realizar em 3 pontos da fachada (topo, meio, base).

Verificação de uniformidade

- Inspeção visual a 5 metros de distância;
- Critério: sem manchas, falhas, escorrimentos, áreas foscas ou bolhas.

Ensaio de película seca

- Espessura mínima total do sistema de pintura:
- Fundo preparador: 30–50 μm ;
- Massa (quando aplicada): espessura média 500 μm ;
- Tinta acrílica: 60–100 μm (2–3 demãos).

Verificação dos elementos especiais

- Free-Book: estrutura firme, grafismo fiel ao padrão;
- Placa de inox: limpa e alinhada;
- Cobertura de policarbonato: sem trincas, vedada;
- Demarcação de vagas: visível, cores vivas.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

A recuperação da fachada é considerada ACEITA quando:

Acabamento geral

- pintura uniforme em todas as superfícies;
- sem falhas, bolhas, escorrimentos ou manchas;
- cor fiel ao padrão PMESP;
- brilho homogêneo;
- transições entre demãos imperceptíveis.

Elementos construtivos

- rufos pintados e sem oxidação;
- calçada lixada e delimitada;
- faixas de estacionamento retas e uniformes;
- vaga PCD demarcada conforme NBR 9050;
- rodapés de ardósia recolocados e nivelados;
- piso de ardósia resinado e uniforme.

Free-Book (Sede)

- nova cobertura instalada e vedada;
- grafismo aplicado conforme padrão PMESP;
- placa de inauguração instalada e alinhada.

CRITÉRIOS DE REJEIÇÃO

A recuperação da fachada será REJEITADA se:

- pintura apresentar manchas, falhas, escorrimentos ou diferença cromática evidente;
- textura antiga não tiver sido completamente removida;
- fissuras abertas forem detectadas após a pintura;
- demarcações de vagas estiverem tortas ou fora do padrão;
- grafismo do Free-Book não corresponder ao padrão PMESP;
- cobertura de polycarbonato apresentar trincas ou má vedação;
- pintura dos rufos apresentar falhas;
- houver respingos de tinta sobre elementos protegidos (ACM, faixas, placas, vidros, esquadrias);
- Memorial de Heróis: granito opaco ou manchado, metais oxidados ou mal fixados, falha na iluminação

PROTEÇÃO E CUIDADOS PÓS-PINTURA

Prazo de cura

- Secagem ao toque: 2 h;
- Secagem total: 24 h;
- Cura completa: 7 dias (evitar lavagem, fricção ou contato com produtos químicos durante este período).

Sinalização de áreas pintadas

- Manter isolamento e sinalização visível;
- Tempo mínimo sem circulação sobre pintura de piso: 48 h.

LIMPEZA TÉCNICA FINAL

Após conclusão de todos os serviços de pintura e acabamento:

- remover todas as proteções (fitas, lonas, papéis);
- recolher resíduos de lixamento e sobras de material;

- lavar calçadas e pisos que não receberam pintura;
- conferir limpeza de vidros, esquadrias e ACM;
- vistoriar a área para garantir que nenhum vestígio de obra permaneça.

LIBERAÇÃO DO SISTEMA

A recuperação da fachada só é liberada quando:

- todos os itens dos critérios de aceitação estiverem atendidos;
- o gestor/fiscal da Engenharia da PMESP emitir aceite formal;
- a unidade estiver visual e funcionalmente pronta para uso.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s):

OPM	LOCAL DA EXECUÇÃO	TELEFONE
43ºBPM/I - Sede	Av. João Pignatta, 922, Jd. São Sebastião - Sertãozinho/SP	(16) 3946-0336
1ªCia PM - Sede	Rua Álvaro Antônio Mossin, 291, Jd. Diamante - Sertãozinho/SP	(16) 3945-2477
Posto Policial	Rua XV de Novembro , 974, Distrito de Cruz das Posses - Sertãozinho/SP	***
1ºPel da 1ªCia	Rua São Paulo, 109, Centro - Pitangueiras/SP	(16) 3952-1499
2ºPel/PM - 1ªCia /PM	Rua Urbano Velludo, 58, Parque Mogi - Barrinha/SP	(16) 3943-1593
3ºPel/PM - 1ªCia /PM	Rua Expedicionário Benedito Moreira, 700 – Jd. São Francisco - Pontal/SP	(16) 3953-2223
1ºGp/PM - 1ªCia /PM	Praça Gregório Guindolini, 58, Jd. Tangará - Dumont/SP	(16) 3944-1232
2ªCia PM - Sede	Rua Antonieta Aleixo de Souza, 70, Jd. Morumbi - Jaboticabal/SP	(16) 3202-2700
1ºPel/PM - 2ªCia /PM	Rua Gustavo de Godoy, 684, Centro - Monte Alto/SP	(16) 3242-1116
2ºPel/PM - 2ªCia /PM	Av. Presidente Castelo Branco, 1541, Jd. Monte Alegre - Guariba/SP	(16) 3251-2019
1ºGp/PM - 2ªCia /PM	Av. Presidente Vargas, 1188 - Centro - Pradópolis/SP	(16) 3981-1109
2ºGp/PM - 2ªCia /PM	Rua do Cafezal, 756 - Centro - Taquaral/SP	(16) 3958-6233

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sextas-feiras das 8h00m às 12h00 e das 14h00 às 7h00m.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Utilizando-se das seguintes ferramentas: Lixadeira orbital elétrica 7", lixadeira angular 4½" com disco flap, lixadeira industrial de placas diamantadas, soprador industrial, escova de aço rotativa, escova de aço manual, espátula de aço, martelo demolidor leve, furadeira de impacto SDS+ / SDS Max, furadeira comum, soprador de pó, vassoura industrial, pá, picareta, enxadão, carrinho de mão, régua de alumínio 2 m, nível a laser 360° com tripé, nível de bolha 1,20 m, nível de bolha magnético, teodolito, prumo de centro, trena metálica 10 m, esquadro metálico 60 cm, desempenadeira metálica, desempenadeira de aço, colher de pedreiro, talocha, misturador mecânico para argamassa, betoneira estacionária, retroescavadeira de pequeno porte, soquete vibratório, sapo mecânico, vibrador de imersão Ø25 mm, alicate de corte, alicate de desencapar, ferro de amarrar, torquímetro (chave de torque ajustável 3 a 120 N·m), chave combinada (conjunto 8 a 19 mm), chave de fenda isolada (conjunto), chave Phillips isolada, chave Allen, marreta de borracha, martelo de 2 kg, haste metálica de 10 mm, talha manual, esticador, calços rígidos de nivelamento, gabarito metálico em cantoneira 1/4", gabarito de verificação pós-cura, moldes cilíndricos para corpo de prova 10×20 cm, multímetro digital com função de continuidade e isolamento, pistola de pintura com compressor, compressor de ar, rolo de espuma de alta densidade, rolo de lã curta, rolo de lã média, pincel de precisão, bandeja para tinta, pistola para silicone, espátula plástica, espátula de feltro, estilete, serra para eletroduto PVC, lima para rebarbas, guia de aço para passagem de cabos, abraçadeiras metálicas, abraçadeiras de nylon, andaime tubular, torre de acesso móvel, escada extensiva 8 m, cinturão de segurança NR-35 com talabarte duplo, extensão elétrica 30 m, caixa de ferramentas completa, lanterna de cabeça, extintor de incêndio ABC, kit de primeiros socorros, cones de sinalização, fita zebreada de isolamento, lonas plásticas pretas, placas de advertência.

5.4.2. Utilizando-se dos seguintes materiais listado aqui e também aqueles não listados: lonas plásticas pretas, fita zebreada de isolamento, cones de sinalização, placas de advertência, solução desengraxante para pisos, álcool isopropílico, discos de lixa para concreto grão 36–60, discos flap para metal grão 40–80, lixa para parede grão 80–120, lixa para ardósia grão 60–100, escova de aço rotativa, massa polimérica para metais, panos de limpeza, argamassa AC3, selante acrílico elástico para fissuras, selante poliuretano, tela de poliéster para micro-fissuras, fundo preparador acrílico, massa acrílica, lixa grão 20 e 220, resina acrílica para ardósia, primer zarcão anticorrosivo, primer epóxi anticorrosivo, supergalvite, solução desengraxante para metais, argamassa flexível para rejuntamento, cantoneiras de aço carbono 1/8", perfis metalon 0×20×1, 5 mm, chumbadores metálicos tipo guarda-chuva M8 M10 e M12, buchas S6 S8 S10 e S12, parabolts M8 M10 e M12, chumbadores químicos, arruelas lisas e de pressão, porcas galvanizadas, parafusos soberbos galvanizados, parafusos auto-brocantes em aço inox, calços rígidos de nivelamento metálicos ou nylon, arame recozido 18 BWG, espaçadores plásticos tipo carrinho, graxa anticorrosiva, concreto usinado fck 25 MPa slump 18±2 mm brita 1, aço CA-50 Ø8 mm, aço CA-60 Ø5 mm, brita nº 1 para lastro, chumbadores M16 × 400 mm tipo guarda-chuva, gabarito metálico em cantoneira 1/4", mangueira corrugada antichama Ø1", fita crepe, desmoldante para fôrmas, moldes cilíndricos para corpo de prova 10×20 cm, solo selecionado para reaterro, poste metálico cônico 6 m com placa-base e bandeira, arruelas de nivelamento metálicas, porcas M16 novas, capa de proteção plástica para chumbadores, tinta esmalte sintético para retoque, cabo PP 2,5 mm² nas cores preto azul e verde, caixas de passagem IP54, relé fotoelétrico Magirus RFE-10 500 W com suporte, refletores LED 100 W IP68 9.000 lúmens, disjuntor bipolar curva C 6 a 10 A com suporte DIN, quadro de distribuição IP54 externo, conectores elétricos IP68, tubo termo-retrátil, fita isolante de auto-fusão 3M Scotch 23, abraçadeiras metálicas, abraçadeiras de nylon, areia média para aterramento, placas de ACM 4 mm acabamento PVDF Kynar 500, parafusos auto-brocantes em alumínio ou aço inox com arruela EPDM, silicone neutro UV nas cores preto cinza

escuro e cinza claro, fita dupla-face estruturadora de alta resistência, perfil de canto em alumínio, tinta automotiva PU nas cores PMESP branco cinza escuro cinza claro e vermelho, película 3M ou Avery Dennison cast premium, primer automotivo, estrutura metalon 20×20×1,5 mm galvanizado, placas de PVC 4 mm para vagas, chapa galvanizada #18, ilhós

metálicos, buchas basculantes metálicas, arruelas plásticas ou cromadas, convertedor de ferrugem, esmalte sintético acrílico premium marcas Suvinil Sherwin-Williams Coral Novacor ou Mazza Total Protect, solvente ou diluente conforme fabricante, fita isolante, caneta marcadora permanente, estilete, e pano macio para limpeza final.

5.4.3. Garantir que todas as ferramentas, equipamentos e materiais necessários estejam disponíveis e em boas condições.

5.4.4. A empresa deverá fornecer, sem ônus para a Contratante, todo o material de consumo instrumental, equipamentos de proteção individuais (EPI'S), ferramentas e demais aparelhagens necessárias, bem como mão de obra especializada e necessária para execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19.1. Avaliação da qualidade do serviço prestado;

6.19.2. O prazo a ser realizado para a execução dos serviços.

Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu

desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.26. Serão nomeados como Gestor e Fiscal do presente instrumento de prestação de serviços:

6.26.1. 1º Ten PM Claudemir Ramos de Souza Pinatti – Gestor;

6.26.2. Cb PM Ricardo Santos Ferreira – Fiscal Técnico.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto, observará o disposto nesta seção:

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar, as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, a contar de 30 (trinta) dias uteis, após o início dos serviços com base nos termos do §5º do art. 141 da Lei 14.133/21, competindo à CONTRATADA apresentar à fiscalização, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução, a documentação comprobatória dos serviços realizados no período.

7.3.2. A medição será aferida in loco pela fiscalização, que confrontará os quantitativos executados com o cronograma físico-financeiro e com as especificações técnicas do Termo de Referência, considerando:

a) a execução física do objeto (cumprimento das etapas e quantitativos previstos);

b) a qualidade da execução (aderência a padrões técnicos, normativos e de segurança);

c) a compatibilidade dos materiais empregados com as especificações do TR;

d) a conformidade com os prazos parciais estabelecidos no cronograma.

7.3.3. A documentação mínima para instrução da medição deverá conter:

a) planilha de medição detalhada por unidade/unidade policial atendida, com descrição dos serviços, quantitativos

executados, respectivos preços unitários e totais;

b) relatório fotográfico das frentes de trabalho;

7.3.4. A fiscalização terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de apresentação da medição para atestar ou glosar parcialmente os serviços, mediante parecer técnico fundamentado.

7.3.5. Constatada irregularidade na execução, será indicada a retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme disposto no item 7.1.1.

7.3.6. O pagamento será processado em até 30 (trinta) dias, contados da data da aprovação da medição pela fiscalização, conforme art. 141, XIV, "a", da Lei 14.133/21.

7.3.7. Fica vedado o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao cronograma físico financeiro, nos termos do art. 145 da Lei 14.133/21.

7.3.8. O atesto da medição não implicará na aceitação definitiva dos serviços, que ocorrerá apenas por ocasião do recebimento definitivo do objeto, conforme arts. 140 e 141 da Lei 14.133/21.

7.3.9. Para fins de medição, a contratada deverá estruturar planilha específica por unidade/unidade policial atendida, organizada segundo os 10 (dez) sistemas executivos definidos no Termo de Referência, permitindo a aferição individualizada dos quantitativos executados em cada frente de trabalho.

7.3.10. A planilha de medição deverá conter, no mínimo, os seguintes campos:

a) unidade policial atendida (Município / Companhia / Pelotão);

b) sistema executivo (Etapa 1 a Etapa 10);

c) descrição do serviço executado;

d) unidade de medida (m², m, un, vb, etc.);

e) quantidade contratada;

f) quantidade executada no período;

g) quantidade acumulada executada;

h) saldo remanescente;

i) preço unitário (R\$);

j) valor total do período (R\$);

k) valor acumulado (R\$);

l) percentual físico acumulado (%);

m) observações e justificativas técnicas.

7.3.11. A planilha deverá ser entregue em formato editável (.xlsx ou .ods) e em PDF assinado pelo responsável técnico da contratada, acompanhada de:

a) relatório fotográfico por sistema e por unidade e data;

7.3.12. Cada sistema executivo será medido com base nos seguintes critérios de aceitação, conforme detalhado nos métodos executivos deste TR.

Sistema	Critério de medição	Unidade
Etapa 1 – remoções e preparação	Área efetivamente lixada, removida, aferida in loco	M ²
Etapa 2 – correções e regularização	Área regularizada com AC3, selada e com fundo preparador	M ²
Etapa 3 – Infraestrutura e fixações	Cantoneiras instaladas por metro linear, pontos de fixação conferidos	M ²
Etapa 3A – fundação do bloco	Bloco concluído, com resistência de concreto comprovada (fck ≥ 25Mpa)	Un
Etapa 4 – Poste com bandeira	Poste Instalado, nivelado, torquado e liberado para fiscalização	Un
Etapa 5 – Instalação elétrica	Pontos elétricos, refletores e disjuntor instalados e testados	Un / M
Etapa 6 – ACM	Painéis instalados, alinhados, selados e sem vibração	M ²
Etapa 7 – faixas de identificação	Faixas instaladas, com tipografia e cores PMESP aprovadas	M ² / Un
Etapa 8 – Placas de sinalização	Placas fixadas, alinhadas e com película conforme padrão	Un
Etapa 9 – Gradil e portões	Área tratada, com primer e pintura acrílica, filme ≥ 70 µm	M ²
Etapa 10 – Recuperação da fachada	Fachada concluída conforme especificações técnicas	VB

7.3.13. Todas as planilhas de medição conterão, em seu cabeçalho, o número do contrato, o período de medição e a identificação do responsável técnico da contratada e da fiscalização, com campos para:

- a) data da medição;
- b) assinatura do preposto da contratada;
- c) assinatura e visto do fiscal técnico;

d) assinatura do gestor do contrato.

7.3.14. O modelo padrão da planilha de medição será fornecido pela Administração por ocasião da assinatura do contrato, sendo vedada sua alteração unilateral pela contratada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#), e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo

constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dias 10 (dez) úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal,

constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no

“Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitado por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da **Empresário individual** Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quando o imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

Qualificação Técnica

- 8.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;
- 8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do Contratado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 8.21. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- a) Para o Engenheiro Civil, Engenheiro Elétrico, Engenheiro Mecânico, Engenheiro Metalúrgico ou Engenheiro Industrial, responsável pela execução de serviços com estruturas metálicas e afins.
- 8.21.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e

operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

8.22.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.22.1.2. Comprovação de, no mínimo, 50% da quantidade total estimada em contratos para todos os serviços descritos;

8.22.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.22.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.22.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 244.227,80 (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.](#)

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Plano de Recursos e Orçamento do Estado/SP.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) UASG/Unidade Contemplada: 180158/43°BPMI;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 06181181949930000;

IV) Elemento de Despesa: 33903980;

V) Plano Interno: 006.031.0664

Sertãozinho, 29 de maio de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação:

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO SANTOS
FERREIRA - ENG.
CIVIL CREA/SP
Nº5071247542

Assinado de forma digital
por RICARDO SANTOS
FERREIRA - ENG. CIVIL
CREA/SP Nº5071247542
Dados: 2026.06.08
08:25:27 -03'00'

RICARDO SANTOS FERREIRA

Cb PM – Aux. Técnico de Finanças e Logística do 43ºBPM/I



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 08:24:01.

ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI

Estudo Técnico Preliminar 79/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: SEI Nº057.00062007/2026-99

2. Descrição da necessidade

2.1 A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade institucional de implantação, atualização e padronização da comunicação visual em todas as unidades pertencentes ao 43º Batalhão de Polícia Militar do Interior, abrangendo a sede do Batalhão e suas unidades operacionais subordinadas. A comunicação visual constitui elemento essencial para a adequada identificação das edificações públicas, para a orientação dos usuários, para o fortalecimento da identidade institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo e para a garantia de organização e clareza informacional nos ambientes vinculados à prestação do serviço de segurança pública.

2.2 O conjunto atual de elementos visuais das unidades encontra-se fora do padrão PMESP, com peças desgastadas ou insuficientes, o que compromete a harmonia visual, a orientação do público e a imagem institucional, tornando necessária a contratação, nos termos dos arts. 5º, 18 e 24 da Lei nº 14.133/2021, que exigem planejamento prévio, eficiência e adequação da solução às finalidades administrativas.

2.3. No caso específico da sede do 43º BPM/I, verificou-se que a fachada destinada à instalação do novo sistema de comunicação visual encontra-se em condições precárias, impossibilitando a aplicação direta das peças previstas. Durante as vistorias técnicas, constatou-se que a textura existente se encontra deteriorada, com necessidade de remoção integral até o substrato original. As camadas de tinta antiga apresentam descascamentos, bolhas e perda de aderência, exigindo também remoção completa. A calçada frontal encontra-se com acúmulo de tinta inadequada, devendo ser limpa e preparada para receber o novo padrão visual. A alvenaria contém imperfeições que demandam correção com argamassa AC3, garantindo nivelamento e estabilidade.

2.4. Adicionalmente, identificou-se a ausência ou danificação de peças de rodapé em ardósia, que precisam ser recolocadas, bem como a necessidade de lixamento e aplicação de resina no piso de ardósia da entrada, para uniformização e proteção. Após essas etapas de preparação, é indispensável a aplicação de fundo preparador em toda a superfície, seguida de pintura acrílica de alta qualidade, rigorosamente em conformidade com os padrões cromáticos da PMESP. Somente então o sistema de comunicação visual poderá ser instalado com plena aderência, durabilidade e segurança, evitando retrabalhos e garantindo resultado eficiente, conforme preceitua o princípio do planejamento e a gestão de riscos prevista no art. 25, §4º, da Lei 14.133/2021.

2.5 A não realização desses serviços geraria impactos negativos diretos para a Administração, mantendo a fachada da sede e as demais unidades em condições visuais inadequadas, com desgaste acentuado e perda de legibilidade institucional. A não execução das correções na sede impediria a instalação adequada das peças de comunicação visual, podendo resultar em desprendimento, falhas de aderência, danos ao patrimônio ou degradação acelerada das superfícies, culminando em retrabalhos mais onerosos e contrários aos princípios da economicidade e da eficiência. Além disso, a falta de padronização visual entre as unidades continuaria prejudicando a identificação imediata das instalações policiais, comprometendo a orientação dos cidadãos e a imagem institucional da Polícia Militar perante a comunidade.

2.6. Permanecer nessa situação implicaria risco de perda estética, risco de contratação fragmentada futura, dificuldade de manutenção e aumento progressivo de custos, contrariando os arts. 5º, 11, 18, 24 e 25 da Lei nº 14.133/2021, que exigem planejamento, prevenção de riscos, busca de resultado satisfatório e racionalidade nas contratações.

2.7. Assim, a contratação apresenta-se como medida necessária, adequada e indispensável para garantir a correta implantação do novo sistema de comunicação visual, precedido das intervenções técnicas exigidas na sede do Batalhão, assegurando qualidade, segurança, padronização, valorização institucional e atendimento ao interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE LOGISTICA DO 43ºBPM/I	CB PM RICARDO SANTOS FERREIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação, a ser executada por meio de Pregão Eletrônico, tem por finalidade implementar de forma integral, padronizada e tecnicamente qualificada o sistema de comunicação visual das unidades que compõem o 43ºBatalhão de Polícia Militar do Interior (43º BPM/I). A contratação inclui a fabricação, fornecimento e instalação de Faixas de Identificação, Postes com Bandeira, Totem institucional, Placas de Identificação e sinalização de vagas de estacionamento, além da instalação de todo o sistema elétrico e de iluminação necessário.

4.1.1. A comunicação visual adequada é elemento essencial para:

- a identificação inequívoca das unidades policiais,
- o cumprimento das normas de sinalização,
- o reforço da percepção de segurança pública,
- a padronização visual das edificações da PMESP,
- e a melhoria da relação com a comunidade, conforme previsto nos princípios da eficiência, planejamento e padronização da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A deterioração natural dos materiais existentes — decorrente de sol, chuva, vento, poluição e tempo de uso — comprometeu a legibilidade, integridade e imagem institucional das unidades, tornando necessária a substituição total do sistema de comunicação visual, de modo a resgatar a confiança, a segurança e a organização visual das instalações policiais.

4.3. Abrangência Territorial da Contratação

4.3.1 O sistema será instalado nas unidades pertencentes às áreas operacionais da 1ª Companhia e da 2ª Companhia, além da Sede do Batalhão E.M, abrangendo:

- Sede do Batalhão - Sertãozinho
- Sede da 1ªCia – Sertãozinho
- 1º Pelotão – Pitangueiras
- 2º Pelotão – Barrinha
- 3º Pelotão – Pontal
- 1º Grupamento – Dumont
- Posto Policial – Cruz das Posses

- Posto Policial – Ibitiúva

Área da 2ª Companhia (2ªCia) – Jaboticabal

- Sede da 2ªCia – Jaboticabal
- 1º Pelotão – Monte Alto
- 2º Pelotão – Guariba
- 1º Grupamento – Pradópolis
- 2º Grupamento – Taquaral

4.3.2 Todas as unidades receberão elementos de comunicação visual em conformidade com o layout oficial vigente da

Polícia Militar do Estado de São Paulo.

4.4. Especificações técnicas do objeto

As marcas e modelos indicados no Termo de Referência — incluindo ALUCOBOND®, LARSON®, películas 3M™ e Avery Dennison®, perfis estruturais Gerdau e CSN, fixadores estruturais Hilti e Fischer, argamassas Quartzolit e Sika, tintas premium SherwinWilliams, Coral, Suvnil, Novacor ou equivalente técnico, refletores LED 100W IP68, relé fotoeletrônico Magirus RFE10, cabos PP 2,5 mm², tubos metalon com pintura automotiva, películas institucionais de alta durabilidade, sistemas metálicos padronizados e demais insumos correlatos — possuem reconhecida qualidade técnica, consolidada aceitação no mercado e comprovada resistência para aplicações em comunicação visual institucional e infraestrutura externa.

Essas marcas apresentam:

- elevada durabilidade e resistência às intempéries, adequadas à exposição contínua ao ambiente externo;
- fidelidade cromática rigorosa, indispensável para manutenção do padrão visual oficial da PMESP;
- compatibilidade total com os materiais já instalados nas unidades do 43º BPM/I, preservando uniformidade estética;
- ampla disponibilidade de peças e manutenção em território nacional;
- conformidade integral com normas ABNT e requisitos de segurança aplicáveis;
- desempenho superior em estruturas metálicas, revestimentos em ACM, iluminação externa, películas adesivas e acabamento arquitetônico;
- confiabilidade técnica amplamente reconhecida, sendo utilizadas por instituições públicas, empresas de engenharia e fabricantes de referência.

A indicação dessas marcas não representa preferência comercial, mas sim necessidade técnica essencial para:

- garantir padronização visual institucional;
- preservar a integridade estética e funcional das instalações;
- assegurar compatibilidade entre elementos novos e existentes;
- manter a continuidade do padrão PMESP;
- evitar divergências de tonalidade, durabilidade e resistência;
- assegurar reposição futura com materiais equivalentes e compatíveis.

Diante disso, a presente contratação está integralmente amparada na legislação vigente, especialmente no art. 41 da Lei nº14.133/2021, que autoriza a Administração, em caráter excepcional, a indicar marcas ou modelos quando tecnicamente justificado.

Em conformidade com o referido dispositivo legal:

Diante dos aspectos apresentados, justifica-se a real necessidade da contratação com fundamento nos seguintes critérios previstos na legislação.

O artigo 41 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, em caráter excepcional, a Administração poderá indicar ou excluir marca ou modelo, tanto de produtos como de serviços, nas hipóteses previstas a seguir:

Inciso I – Indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- Alínea a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- Alínea b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.
- Alínea c) considerando ainda que a legislação permite indicar marca e modelo como parâmetro de compreensão técnica do objeto;
- Alínea d) quando a descrição do objeto puder ser mais bem compreendida mediante identificação de determinada marca ou modelo, aptos a servir apenas como referência.

Assim, a manutenção dessas marcas é não apenas juridicamente permitida, mas tecnicamente indispensável para garantir:

- unidade estética,
- desempenho adequado,
- segurança,
- durabilidade,
- confiabilidade,
- compatibilidade técnica,
- e preservação total da identidade visual da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

4.5. Requisitos Técnicos do Sistema de Comunicação Visual

Placas de Alumínio Composto (ACM).

Deverão obrigatoriamente ser utilizadas placas de ACM de 4 mm, com acabamento em PVDF Kynar 500, atendendo às normas:

- ABNT NBR 15758 – Revestimentos de fachadas;
- ABNT NBR 8094 – Alumínio e ligas;
- ABNT NBR 6123 – Ações do vento;

Marcas aceitas: ALUCOBOND®, LARSON®, ou equivalentes mediante certificação técnica a ser verificada/comprovada pela administração.

As películas e adesivos deverão ser das marcas 3M™ ou Avery Dennison®, tipo polimérico ou cast premium, com durabilidade mínima de 5 a 7 anos, conforme:

- ABNT NBR 12567
- ABNT NBR 15731

4.6. Totem Institucional da sede do 43º BPM/I

Na Sede do 43ºBPM/I, será reaproveitado a estrutura metálica existente do Totem, substituindo-se apenas:

- o revestimento externo em ACM 4 mm;
- a película institucional;
- e o sistema de iluminação.

O Totem deverá ser iluminado com refletores LED 100 W (9.000 lúmens, IP68), acionados por Relé Foto elétrico

Magirus RFE10 – 500 W, utilizando cabo PP 2,5 mm² dimensionado para o circuito e disjuntor com amperagem correta.

4.7. Postes com Bandeira

Todas as unidades que receberão Poste com Bandeira deverão utilizar obrigatoriamente estrutura em aço,

A base de concreto destinada ao Poste com Bandeira tem a finalidade de garantir estabilidade, segurança, rigidez e resistência à estrutura metálica instalada, considerando:

- ABNT NBR 8800 – Estruturas de aço;
- ABNT NBR 14762 – Perfis formados a frio;
- ABNT NBR 6494 – Soldagem;
- ABNT NBR 6123 – Ações do vento.
- ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto;
- ABNT NBR 6122 – Projeto e execução de fundações;
- ABNT NBR 6123 – Ações do vento;
- ABNT NBR 5738 – Moldagem e cura de corpos de prova;
- ABNT NBR 5739 – Ensaio de compressão do concreto;
- ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto;
- NR18, NR35 e NR21 – Segurança na construção civil e trabalho em altura;

4.8. Detalhamento Técnico da Base de Concreto para Poste com Bandeira:

- Altura: 6 metros
- Seção: 20 x 20 x cm — aço estrutural – Chapa #3,16" (4,75mm)
- Pintura automotiva PU semi-fosca preta
- Fixação por chumbadores em base de concreto
- Fabricantes recomendados de aço: Gerdau, CSN, Arcelormital

4.9. Dimensões e Características da Base de Concreto

Dimensões gerais da fundação Execução de bloco de concreto armado que servirá de base para o porte da estrutura e dos esforços atuantes (predominantemente vento), recomenda-se a execução de bloco de fundação maciço, com dimensões mínimas:

- Seção da base: 60 cm × 60 cm
- Profundidade: 70 cm
- Volume aproximado: 0,252 m³ de concreto (por bloco)

Essas dimensões garantem massa, lastro e rigidez suficientes para suportar o Poste com Bandeira de 6 m.

4.9.1. Características físicas do Concreto

- Tipo: Concreto usinado;
- Resistência característica (fck): mínimo 25 MPa (C25);
- Slump (abatimento): $\pm 18/20$ mm para facilitar adensamento;
- Agregados: dentro de especificação NBR 7211;
- Cura úmida: mínima de 15 dias.

4.9.2. Aço, Chumbadores e Conexões

Aço estruturado e ferragens:

Deverão ser utilizadas barras CA50, com bitola mínima:

- CA50 Ø 8,0 mm para armaduras verticais e horizontais

A armadura deverá ser dimensionada conforme NBR 6118, garantindo confinamento e controle de fissuração.

4.9.3. Chumbadores para fixação do poste

O poste deverá ser fixado à base por meio de:

- Chumbadores metálicos tipo “guarda-chuva”
- Quantidade: 6 unidades
- Diâmetro mínimo: M16
- Comprimento mínimo: 25 cm
- Resistência mínima à tração: > 25 kN

A placa base do poste deve ser nivelada e ancorada ao bloco com uso de porcas, contra porcas e arruelas M16.

4.9.4. Escavação, Abertura e Preparação do Terreno

Escavação:

A escavação deverá:

- Possuir dimensões maiores que o bloco (10 cm de folga nas laterais);
- Ser executada conforme NBR 6484 (considerações geotécnicas gerais);
- Prever escoramento quando necessário.
- Preparação do fundo da cava
- Compactar fundo até atingir 95% Proctor;
- Aplicar lastro de brita nº 1 com espessura de 5 cm, para evitar recalques e melhorar o assentamento.

4.9.5. Montagem, Forma, Armadura e Concretagem

- Montagem da armadura:

- Fixar as armaduras horizontais e verticais a cada 10 cm;
- Amarrar com arame recozido 18 BWG;
- Garantir cobertura mínimo: 5 cm.

4.9.6. Alinhamento e posicionamento dos chumbadores

Os chumbadores devem ser:

- Instalados sobre gabarito metálico,
- Perfeitamente alinhados com os furos da placa base do poste,
- Posicionados no centro geométrico da fundação,
- Com prumo conferido através de nível a laser.

4.9.7. Instalação Elétrica e Iluminação do Poste com Bandeira

- A base deverá prever passagem para o cabo PP, e no solo deverá ser utilizado o Eletroduto embutidos (Mangueira flexível corrugada preto antichama de 1"), para passagem dos condutores de forma subterrânea.
- A iluminação do sistema seguirá obrigatoriamente:
- Relé foto eletrônico Magirus RFE10 (500 W);
- Cabo PP 2,5 mm², dimensionado conforme percurso;
- Refletores LED 100 W – 9.000 lúmens – IP68.
- Disjuntor na amperagem correta.
- Todo o sistema deve estar conforme NR10 (segurança elétrica).

4.10. Instalação do Poste sobre a Base

Após cura do concreto:

- A placa base deve ser acomodada sobre os chumbadores.
- Deve-se nivelar o poste com arruelas de regulagem.
- As porcas M16 devem ser torquedadas/apertadas até o limite necessário.
- Deve-se aplicar graxa anticorrosiva nos chumbadores (somente nas roscas)
- O conjunto “base fixa x base poste” deve ser inspecionado quanto ao prumo e estabilidade (utilizar gabarito com furação semelhante a base do poste durante a concretagem)

4.10.1. Ensaios, Controle Tecnológico e Aceitação

A contratada deverá:

- Fornecer notas e laudos do concreto quando “usinado”, quando realizado “in loco” seguir o traço determinado pelo gestor/fiscal do contrato;
- Disponibilizar croqui de implantação;
- Garantir que a inspeção final seja realizada pela Seção de Engenharia/Logística do 43º BPM/I.

4.11. Faixas de Identificação

As Faixas de Identificação deverão ser confeccionadas com:

- Estrutura em tubos metálicos;
- Revestimento em ACM 4 mm – PVDF;
- Pintura automotiva com resistência UV,
- Aplicação de textos e símbolos em películas de alta durabilidade.

Cores obrigatórias (PMESP):

- Branco: RGB #ffffff
- Cinza Escuro: RGB #464648 – Pantone 20-0013 TPM
- Cinza Claro: RGB #616469 – Pantone 20-0007 TPM
- Vermelho: RGB #ed1c24 – Pantone 20-0061 TPM
- Tipografia obrigatória:
- Fonte: Lato Extra Bold

Dimensões normatizadas:

- Altura da faixa: 10% da largura da fachada
- Altura das letras: 30% da altura da faixa

4.12. Placas de Sinalização de Vagas de Garagem

- Material “Base” de PVC 4mm
- Medidas / Quantidade: 65,5cm (L) x 46,5cm (A) – Total: 05 unid. “VISITANTES” (Vide modelo existente na unidade)
- Medidas / Quantidade: 65,5cm (L) x 46,5cm (A) – Total: 01 unid. “DEFICIENTE FÍSICO” (Vide modelo existente na unidade)
- Medidas / Quantidade: 40,0cm (L) x 50,0cm (A) – Total: 01 unid. “VETERANOS” (Vide modelo existente na unidade)
- Sistema de Furos nas extremidades com acabamento em ilhós (Vide modelo existente na unidade)
- Aplicação de textos e símbolos em películas de alta durabilidade ultra resistente contra Raios UVA/UVB
- Cores obrigatórias (PMESP) - Vide modelo existente na unidade.

4.13. Processo de Fixação dos Elementos

Cantoneiras de aço chumbadas fixadas na alvenaria por meio de parafusos e buchas

Sistema de Iluminação

O sistema completo será composto por:

- Refletores LED 100 W – 9.000 lúmens – IP68;
- Relé Foto eletrônico Magirus RFE10 – 500 W;
- Cabo PP 2,5 mm².

4.14. Aplica-se ao Totem, Postes com Bandeira e Faixas de Identificação

Instalação conforme:

- NR10 – Instalações elétricas;

- NR18 – Segurança na construção;
- NR21 – Trabalho a céu aberto;
- NR26 – Sinalização de segurança;
- NR35 – Trabalho em altura.

4.15. Placas de Identificação e Sinalização de Vagas de Estacionamento

As placas deverão seguir:

- ABNT NBR 7195 – Cores de segurança
- ABNT NBR 13434 – Sinalização de emergência
- ABNT NBR 12667 – Sinalização vertical
- Substrato: ACM 3 ou 4 mm ou chapa galvanizada #18.
- Películas: 3M™ ou Avery Dennison®.

4.16. A contratação compreenderá o fornecimento e instalação de: Totem, Postes com Bandeira, Faixa de

Identificação, Placa na seguinte conformidade:

- Sede do Batalhão = Totem + Faixa de Identificação + Placa de Identificação + Placa de Vagas + Iluminação;
- Sede da 1ªCia – Sertãozinho = Faixa de Identificação + Poste com Bandeira + Iluminação;
- 1º Pel/Pitangueiras = Faixa de Identificação + Poste com Bandeira + Iluminação;
- 2º Pel/Barrinha = Faixa de Identificação + Poste com Bandeira + Iluminação;
- 3º Pel/Pontal = Faixa de Identificação + Poste com Bandeira + Iluminação;
- 1º GP/Dumont = Faixa de Identificação + Iluminação;
- Posto Policial – Cruz das Posses = Faixa de Identificação + Placa de Identificação + Iluminação;
- Sede da 2ªCia – Jaboticabal = Faixa de Identificação + Poste com Bandeira + Iluminação;
- 1º Pel/Monte Alto = Faixa de Identificação + Poste com Bandeira + Placa de Identificação + Iluminação;
- 2º Pel/Guariba = Faixa de Identificação + Poste com Bandeira + Iluminação;
- 1º GP/Pradópolis = Faixa de Identificação + Placa de Identificação + Iluminação;
- 2º GP/Taquaral = Faixa de Identificação + Iluminação;

4.17. Requisitos quanto a Segurança do Trabalho e Qualificação Profissional

Toda execução deverá observar:

- NR18, segurança na construção;
- NR21, trabalho a céu aberto;
- NR26, sinalização;
- NR35, trabalho em altura;
- Plano de gerenciamento de riscos (PGR);
- Uso obrigatório de EPIs.

A instalação deverá ser realizada por equipe capacitada, seguindo:

- normas de segurança do trabalho,
- uso obrigatório de EPIs,
- cuidados com acessibilidade e preservação do patrimônio,

- execução limpa, precisa e tecnicamente qualificada.

4.17.1. Conformidade Legal

Toda a execução deverá obedecer:

- Lei 14.133/2021,
- Normas ABNT correlatas,
- Normas de segurança e engenharia,
- Padrões visuais oficiais da PMESP.

4.18. Serviços de Recuperação da Fachada

Remoção de Camadas Antigas

- Remoção total da pintura antiga com lixamento através de ferramentas elétricas ou mecânicas até o reboco
- Remoção total da textura existente com uso de ferramentas elétricas ou mecânicas até o reboco.

4.19. Correções da Alvenaria e Piso e Calçada

- Recuperação de todo o reboco nos locais onde estão danificados com uso de argamassa AC3, no meio das paredes ou nos rodapés;
- Recolocação de todas as peças de rodapé de ardósia.
- Realizar o lixamento total do piso de ardósia da varanda coberta localizada na parte frontal da unidade, com uso de máquina elétrica e lixa adequada ao serviço.
- Realizar o lixamento dos rufos instalados sob o muro da fachada;
- Realizar o lixamento total de toda a calçada frontal da unidade, com uso de máquina elétrica e lixa adequada ao serviço, removendo todo e qualquer traço de tinta existente.

4.20. Correções da Cobertura do Sistema Free-Book e Grafismo (Sede do Batalhão)

- Remover a cobertura do Free-Book em policarbonato;
- Remover a Placa de Inauguração do Free-Book em aço inox;
- Instalar nova Placa de Inauguração do Free-Book em aço inox, conforme padrão existente;
- Instalar nova cobertura em policarbonato do Free-Book seguindo modelo existente e instalado no local;
- Aplicar o novo grafismo padrão PMESP sob a cobertura em policarbonato do Free-Book, conforme modelo instalado no local.

4.21. Tratamentos e Acabamentos

- Aplicação de fundo preparador acrílico em toda a alvenaria;
- Aplicação de resina acrílica sob o piso de ardósia;
- Aplicação de massa corrida acrílica, somente nas áreas cobertas;
- Aplicação de fundo preparador "supergalvite" sob os rufos dos muros da fachada;
- Aplicar tinta esmalte sintético sob os rufos dos muros da fachada;
- Realizar a pinturas das faixas de demarcação de vagas de estacionamento com tinta específica;
- Realizar a pintura da vaga de PCD no piso da calçada;

- Pintura do gradil, portão frontal e portão da área de carga e descarga, com uso de tinta esmalte sintético acrílico;
- Pintura com tinta acrílica premium das marcas:
- SherwinWilliams
- Coral
- Suvinil
- Novacor
- Mazza; Linha Premium (Total Protect) e Linha de Pisos (Maza Super Piso Premium)
- ou equivalente técnico a ser verificado/comprovado pela administração

4.22. Recuperação do Memorial de Heróis do 43ºBPM/I

- Registro Fotográfico e Gabarito: Fotografe o memorial inteiro. Para os números "922", tire medidas exatas do espaçamento entre os números e a distância para as bordas. Se possível, faça um molde (gabarito) com papel kraft ou papelão encostando nos números antes de retirá-los, para garantir o alinhamento perfeito na reinstalação.
- Remoção das Placas de Bronze: Solte os parafusos das placas planas com cuidado e guarde as ferragens.
- Remoção dos Números "922" (Letra Caixa):
- Técnica de extração: Como costumam ser colados, não faça alavanca com chaves de fenda para não lascar o granito nem amassar a chapa do número.
- Passe um fio de nylon (linha de pesca) ou uma espátula bem fina por trás dos números para "cortar" o adesivo (PU ou silicone) que fica entre o metal e a pedra.
- Puxe a peça de forma reta (perpendicular à pedra) para que os pinos de fixação saiam dos furos sem entortar.
- Remoção dos Spots Antigos: Desligue o disjuntor, retire as luminárias antigas, isole os fios provisoriamente e deixe os nichos vazios.

4.22.1. Limpeza e Polimento dos Metais (Em Bancada)

- Limpeza Estrutural dos Números: Com o auxílio de um estilete ou removedor químico, limpe todo o resíduo de cola (PU/silicone) antigo que ficou no verso dos números "922" e nos pinos de fixação.
- Polimento Geral: Aplique o polidor de metais (Brasso/Silvo) com estopa nas placas e nos números "922". Nas letras caixa, dê atenção especial às laterais (profundidade) para garantir um brilho 3D uniforme.
- Lustro: Finalize com pano de microfibra limpo até atingir o brilho espelhado. Embale as peças em panos secos.

4.22.2. Revitalização do Granito Preto São Gabriel

- Desobstrução e Lavagem: Remova os restos de cola que ficaram presos nos furos do granito (onde os pinos do "922" se encaixam). Lave toda a base com detergente alcalino ou neutro, esfregando bem.
- Secagem Absoluta: Aguarde a secagem completa da pedra e do interior dos furos.
- Aplicação do Ativador/Impermeabilizante: Com a base livre de qualquer obstáculo, aplique o *Total Black* ou *Pek Blecaute* com rolo de lã curta por toda a extensão do granito.
- Remoção do Excesso: Após 10 a 15 minutos, remova todo o excesso com microfibra seca antes que o produto seque na superfície, garantindo a penetração nos poros e o acabamento sem manchas.

4.22.3. Instalação Elétrica (Spots Quentes)

- Instale os novos spots de LED (Branco Quente 3000K, IP65 ou IP67).
- Faça as emendas utilizando fita de auto fusão para vedação total contra umidade.
- Encaixe as luminárias e teste o sistema cobrindo o relé fotoelétrico para simular a noite.

4.22.4. Reinstalação das Peças e Acabamento Final

- Fixação das Placas: Reposicione as placas de bronze e aperte os parafusos com moderação para não tensionar o granito.
- Instalação dos Números "922":
- Posicione o gabarito feito na Fase 1 para garantir o alinhamento.
- Injete uma pequena quantidade de adesivo estrutural (recomenda-se Adesivo PU 40, ideal para áreas externas e fixação de metais em pedras) dentro dos furos no granito e um pouco no verso dos números.
- Encaixe os pinos nos furos e pressione.
- Limpeza imediata: Se o PU vazar pelas bordas, limpe imediatamente antes que cure, pois ele pode manchar o granito recém-tratado.
- Utilize fita crepe para travar os números na posição correta até a cura inicial do adesivo (geralmente de 2 a 4 horas).

4.23. Resultados Esperados

4.23.1 A execução integral dos serviços de comunicação visual deverá produzir melhorias visíveis, padronizadas e mensuráveis no conjunto das instalações pertencentes ao 43º BPM/I, refletindo diretamente na qualidade da identificação das unidades, na percepção de segurança pública e no alinhamento institucional.

4.23.2 A instalação das Faixas de Identificação, Postes com Bandeira, Totem institucional, Placas de Identificação e

Sinalização de Vagas deverá resultar em edificações com comunicação visual renovada, tecnicamente adequada e em total conformidade com o layout oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Esperasse que cada unidade passe a apresentar identidade visual uniforme, permitindo reconhecimento imediato por parte da população e melhor orientação para usuários, visitantes e viaturas.

4.23.3 O conjunto de melhorias visuais deverá proporcionar maior visibilidade das unidades policiais durante o dia e principalmente no período noturno, considerando a instalação de refletores LED de 100 W com 9.000 lúmens e grau de proteção IP68, acionados automaticamente por relé fotoelétrico Magirus RFE10, assegurando iluminação contínua, eficiente e resistente às intempéries. Esse nível de iluminação deverá eliminar pontos de baixa visibilidade, garantir a leitura clara das fachadas, faixas e bandeiras e reforçar a presença institucional em áreas urbanas e rurais.

4.23.4 A utilização de revestimento em ACM de 4 mm com acabamento PVDF deverá proporcionar acabamento superior, durabilidade prolongada, resistência ao desbotamento, planicidade e estabilidade estrutural, possibilitando que as peças permaneçam tecnicamente adequadas por vários anos mesmo sob condições climáticas severas. A implantação das películas de alta durabilidade das marcas 3M™ ou Avery Dennison® deverá assegurar fidelidade cromática permanente, garantindo que os elementos visuais mantenham o padrão institucional da PMESP ao longo de sua vida útil.

4.24. A construção e fixação dos Postes com Bandeira, executados integralmente em aço estrutural conforme NBR 8800 e NBR 14762, deverão garantir estabilidade contra ações de vento e resistência mecânica compatível com a altura de 6 metros, permitindo que o símbolo institucional seja visualizado a longas distâncias.

4.25. A execução das bases de concreto com dimensões de 55 × 55 × 70 cm, utilizando aço CA50 e chumbadores estruturais tipo guarda-chuva, deverá assegurar fixação rígida, resistência e desempenho adequado segundo as normas técnicas aplicáveis.

4.26. Espera-se que a substituição das antigas faixas, placas e bandeiras, muitas delas desgastadas, com desbotamento e perda de integridade visual, resulte em melhoria imediata da estética dos prédios e eliminação da percepção de

deterioração, promovendo sensação de zelo, organização e profissionalismo. A padronização visual entre todas as unidades da 1ª e 2ª Companhias deverá transmitir identidade coesa, facilitando a comunicação com a comunidade e reforçando a autoridade da instituição.

4.27. Para o público interno, o resultado esperado inclui orientação mais eficiente de policiais, visitantes e usuários, redução de ambiguidades, maior organização dos ambientes externos e melhoria do fluxo de circulação de veículos nas áreas de estacionamento, especialmente após a instalação das placas e sinalizações verticais.

Para o público externo, o impacto esperado é o fortalecimento da sensação de segurança e a percepção de que as unidades da PMESP estão adequadamente identificadas, cuidadas e alinhadas com padrões modernos de comunicação institucional.

4.28. O conjunto dos serviços deverá entregar edificações com comunicação visual completamente renovada, resistente, funcional e padronizada, representando fielmente a identidade da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Espera-se, por fim, que a implantação do sistema resulte em um ambiente institucional visualmente qualificado, tecnicamente seguro e plenamente condizente com a representatividade e a missão do 43º BPM/I.

- Garantia do funcionamento contínuo e eficiente de todos os sistemas de climatização das unidades contempladas;
- Melhoria da eficiência energética e redução do consumo de energia elétrica;
- Aumento da vida útil dos equipamentos;
- Conformidade com os parâmetros de qualidade do ar interior e segurança ambiental exigidos pela legislação;
- Redução de falhas e de custos corretivos emergenciais;
- Preservação das condições adequadas de conforto térmico e salubridade para os usuários.

4.29. Será requisitado o Atestado de Vistoria/Visita, emitido e assinado pelo representante da Contratante e pelo representante da Licitante, por ocasião da visita ao local do serviço ou declaração de dispensa de visita e vistoria, conforme modelos que estarão disponibilizados no Edital.

4.30. Caso a Licitante resolva não realizar a Vistoria/Visita, não poderá alegar desconhecimento das condições e graus de dificuldades existentes, principalmente os relacionados aos tipos serviços a serem executados em cada um dos Prédios da

Polícia Militar, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência do procedimento licitatório.

4.31. O Atestado de Vistoria poderá ser substituído por Declaração emitida pela Licitante de que conhece as condições e peculiaridades das edificações da Contratante, dos tipos de janelas e metragens individuais de cada uma delas, tendo informações suficientes para o correto dimensionamento da quantidade de empregados a serem alocados e para a especificação das metodologias, tecnologias e insumos (materiais e equipamentos) necessários para a execução dos serviços no 43ºBPM/I e unidades subordinadas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para estimar os custos e avaliar a viabilidade econômico financeira da contratação do Sistema de Comunicação Visual destinado às unidades do 43º BPM/I, foi realizado levantamento de mercado com base em preços unitários praticados por fornecedores especializados e em parâmetros oficiais de referência. Para assegurar padronização, transparência e conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, adotou-se como referência primária a Tabela de Custos Unitários da

CDHU – Versão 200, reconhecida nacionalmente por apresentar composições compatíveis com obras de pequeno e médio porte, inclusive elementos de serralheria, estruturas metálicas, revestimentos em ACM, instalações elétricas e fundações simples, que guardam similaridade com os serviços previstos nesta contratação.

5.2. O levantamento de mercado indica que os valores unitários para fabricação e instalação de elementos de comunicação visual — tais como Faixas de Identificação, Postes com Bandeira, Placas em ACM, Totem institucional e iluminação LED externa — variam conforme materiais aplicados, altura das estruturas, espessura do revestimento, área de cobertura e complexidade de montagem. Entretanto, verificou-se que as composições adotadas pela CDHU contemplam insumos equivalentes em termos de mão de obra, materiais e equipamentos, permitindo estabelecer estimativas confiáveis e alinhadas à realidade do setor.

5.3. Para o serviço de revestimento em ACM de 4 mm com acabamento PVDF, as composições da CDHU refletem custos de fabricação, cortes, dobras, pintura e instalação, compatíveis com produtos de alta durabilidade como ALUCOBOND® e

LARSON®. Da mesma forma, itens relativos à serralheria metálica, que incluem perfis tubulares, aço estrutural, soldagem, preparação e pintura industrial, apresentam variações próximas aos preços praticados pelos fabricantes nacionais utilizados no projeto (como Gerdau e CSN). As composições de instalações elétricas externas da CDHU também foram utilizadas para estimar os custos do sistema de iluminação com refletores LED de 100 W e relé foto eletrônico Magirus RFE10, além da passagem de cabos PP 2,5 mm² e Eletrodutos.

5.4. No que se refere às bases de concreto (0,60L × 0,60C × 0,70P) destinadas aos Postes com Bandeira, a Tabela CDHU contempla composições de blocos de fundação em concreto simples ou armado, escavação manual, preparo do terreno, armação CA50S, formas simples e concretagem, permitindo estimar com segurança o custo da execução de cada fundação individual.

5.5. Além da CDHU, foram consultados preços de mercado junto a empresas de comunicação visual, serralherias e fornecedores de ACM, especialmente para validar os insumos de maior impacto financeiro. As cotações demonstraram compatibilidade com os preços referenciais utilizados, confirmando que a adoção da Tabela CDHU – Versão 200 resulta em estimativa adequada, prudente e representativa do custo real dos serviços.

5.6. Assim, o levantamento de mercado confirma que os valores estimados são coerentes, razoáveis e suficientes para garantir a execução integral da comunicação visual prevista para as unidades do 43º BPM/I, permitindo que a

Administração adote parâmetros confiáveis no orçamento estimado, conforme determinam os artigos 18, 20 e 23 da Lei nº

14.133/2021. A metodologia utilizada atende aos princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, assegurando que a contratação possua robustez técnica e financeira, bem como aderência às práticas usuais do mercado de comunicação visual, metalurgia e instalação de equipamentos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Caracterização da Solução

A solução proposta para implantação do Sistema de Comunicação Visual do 43º BPM/I consiste em um conjunto estruturado, padronizado e tecnicamente integrado de elementos visuais, construtivos e elétricos, destinados a renovar, uniformizar e consolidar a identificação das unidades pertencentes às áreas da 1ª e da 2ª Companhia, bem como da sede do Batalhão. A solução envolve a fabricação, fornecimento, instalação e acabamento final de todos os componentes externos que compõem o padrão visual institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo, assegurando plena conformidade com diretrizes de comunicação visual, normas técnicas brasileiras e exigências específicas da Administração.

6.1.2 A solução contempla a instalação de Faixas de Identificação, Postes com Bandeira, Totem institucional, Placas de Identificação, sinalização de vagas de estacionamento e sistema de iluminação externa, todos fabricados com materiais de alto desempenho, capazes de resistir às intempéries, abrasão, umidade e exposição solar prolongada. Todos os componentes que utilizam revestimento em ACM deverão ser produzidos com placas de 4 mm com acabamento PVDF

Kynar 500, atendendo às normas ABNT NBR 15758, NBR 8094 e NBR 6123, garantindo desempenho estrutural e estético superior, além de longa vida útil mesmo em ambientes adversos. Para as aplicações de identificação visual, serão utilizados películas e adesivos de alta durabilidade das marcas 3M™ ou Avery Dennison®, assegurando fidelidade cromática e resistência ao desbotamento.

6.1.3 A implantação do sistema envolve a fabricação e montagem de estruturas metálicas conforme ABNT NBR 8800, NBR 14762 e NBR 6494, incluindo totens, postes e suportes, todos executados em aço estrutural fornecido por fabricantes como Gerdau ou CSN. Os Postes com Bandeira terão altura de 6 metros, seção estrutural de 20 × 20 cm, pintura automotiva semi-fosca e fixação sobre base de concreto armado de 55 × 55 × 70 cm, dimensionada conforme normas de fundação (NBR 6122) e ações do vento (NBR 6123). A fundação será armada com aço CA50 Ø 8 mm e fixada com chumbadores estruturais Hilti ou Fischer, garantindo rigidez, estabilidade e segurança mecânica.

6.1.4. Para a sede do 43º BPM/I, será reaproveitada a estrutura metálica existente do Totem institucional, substituindo apenas o revestimento externo em ACM e modernizando o conjunto visual. Nas demais unidades, serão instalados Postes com Bandeira e Faixas de Identificação conforme o layout oficial da PMESP, incluindo padronização cromática (RGB e Pantone), tipográfica (fonte Lato Extra Bold) e dimensional, assegurando uniformidade visual entre todas as instalações policiais.

6.1.5 O sistema de iluminação será composto por refletores LED de 100 W, 9.000 lúmens, com proteção IP68, instalados estrategicamente para garantir alta visibilidade noturna e reforço da presença institucional. O acionamento será automatizado por meio de relé foto eletrônico Magirus RFE10 (500 W), com toda a infraestrutura elétrica executada com cabo PP 2,5 mm², observando rigorosamente as normas de segurança do trabalho, incluindo NR10, NR18, NR21, NR26 e NR35. Todo o circuito será protegido, devidamente aterrado e dimensionado para operação contínua.

6.1.6 A solução como um todo visa garantir que cada unidade do 43º BPM/I apresente identificação visual clara, moderna e padronizada, reforçando a imagem institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo e proporcionando melhor orientação ao público, aumento da sensação de segurança e valorização estética das edificações. Além disso, a implantação do sistema contribui para a organização do fluxo de veículos por meio da sinalização de vagas, facilita o reconhecimento imediato das instalações e melhora a comunicação visual interna e externa.

6.1.7 A solução, portanto, integra materiais de alta tecnologia, processos construtivos normatizados, sistemas elétricos confiáveis e design institucional padronizado, resultando em um conjunto visual robusto, uniforme e durável, plenamente alinhado aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. O resultado final esperado é um sistema de comunicação visual moderno, seguro e funcional, capaz de atender às demandas operacionais do 43º BPM/I e reforçar a presença da Polícia Militar junto à comunidade.

6.2. Início da execução do objeto

A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do Início da execução do objeto: contrato, mediante autorização através de Ordem de Serviço, que deverá ser emitida pelo gestor do contrato com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do início da vigência contratual.

O serviço deverá ser agendado e executado em todo o prédio/área (s), O solicitante do serviço é responsável por informar a todos do prédio o dia do serviço e recolher assinatura de ciência de cada setor, e sempre informar o telefone de contato quando abrir a solicitação. Terceiros não poderão agendar ou entrar em contato com a LICITANTE VENCEDORA, já que contratualmente somente o gestor e fiscais são responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados. As ordens de Serviço (O.S.) serão encaminhadas por via eletrônica ou através de entrega direta à contratada. Iniciados os trabalhos no local determinado pela O.S., nas seguintes unidades: Sede do Batalhão, Sede da 1ªCia – Sertãozinho; 1º

Pelotão da 1ªCia – Pitangueiras, 2º Pelotão da 1ªCia – Barrinha, 3º Pelotão da 1ªCia – Pontal, 1º Grupamento da 1ªCia – Dumont, Posto Policial de Cruz das Posses, Sede da 2ªCia – Jaboticabal, 1º Pelotão da 2ªCia - Monte Alto, 2º Pelotão da 2ªCia – Guariba, 1º Grupamento da 2ªCia – Pradópolis, 2º Grupamento da 2ªCia – Taquaral, ambas pertencentes ao 43ºBPM/I, a LICITANTE VENCEDORA deverá encerrar os seus trabalhos dentro do prazo máximo de 17:30horas nos dias uteis da semana (Segunda a Sexta-Feira), salvo se o serviço exigir um tempo maior, fato este que deverá ser comunicado com antecedência, devendo esta extensão de prazo ser aprovada previamente ou não pelo Gestor/Fiscal do contrato sem questionamentos por parte da CONTRATADA. A quantidade de operadores na composição da equipe deverá ser planejada de acordo com a realidade da quantidade de trabalho a ser realizado na ocasião, para que não haja perda da qualidade do serviço prestado com o decorrer do tempo, devido a cansaço ou desgaste dos trabalhadores.

6.3. Local e horário da prestação de serviço

Os serviços deverão ser agendados de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h30, e realizados nos locais e endereços abaixo relacionados:

OPM	ENDEREÇO
Sede do 43ºBPM/I	Av. João Pignata, 922 – Jd. São Sebastião – Sertãozinho/SP
Sede da 1ªCia PM	Rua Álvaro Antônio Mossin, 291 - Jd. Diamante Sertãozinho/SP
1ºPel da 1ªCia	Rua São Paulo, 109 - Centro - Pitangueiras/SP
2ºPel/PM - 1ªCia /PM	Rua Urbano Velludo, 58 - Parque Mogi - Barrinha/SP
3ºPel/PM - 1ªCia /PM	Rua Expedicionário Benedito Moreira, 700 – Jd. São Francisco - Pontal/SP
1ºGp/PM - 1ªCia /PM	Praça Gregório Guindolini, 58 - Jd. Tangará - Dumont/SP
Posto Policial de Cruz das Posses	Rua XV de Novembro, 974 – Distrito de Cruz das Posses - Sertãozinho
Sede da 2ªCia	Rua Antonieta Aleixo de Souza, 70 - Jd. Morumbi - Jaboticabal
1º Pelotão da 2ªCia	Rua Gustavo de Godoy, 684 - Centro - Monte Alto
2º Pelotão da 2ªCia	Rua Presidenta Castelo Branco, 1541, Jd. Monte Alegre - Guariba
1º GP da 2ªCia	Av. Presidente Vargas, 1188 – Centro - Pradópolis
2º GP da 2ªCia	Rua do Cafezal, 756 – Centro - Taquaral

6.4. Cronograma de realização dos serviços

O cronograma, contendo data e horário de aplicações, será definido pela contratante e disponibilizado a empresa vencedora, a gestão do contrato e os setores solicitantes, considerando os horários e as datas que melhor atenderem as necessidades do 43ºBPM/I.

6.5. Monitoramento e avaliação

Após concluídos os serviços, haverá a metodologia de avaliação da execução dos serviços, no qual os mesmos deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- Atendimento das ordens de serviço dentro do prazo estipulado;
- Atendimento integral ao previsto no Termo de Referência, e, não obstante de qualquer material ou descrição de serviço que não fora descrito previamente, deverá a CONTRATADA utiliza-se de todos os meios necessários, seja ele material ou mão de obra para a realização total dos serviços;

Após a etapa da prestação do serviço, que deverá ser concluída em 60(sessenta) dias, de forma a comprovar a boa prática operacional na execução dos serviços de controle e mitigação de erros de procedimento ou de material inapropriado ou de baixa qualidade que fora utilizado. Sendo assim, a CONTRATADA, deverá imediatamente quando acionada, realizar assistência técnica corretiva, quando solicitado pela fiscalização do contrato, que consiste em rever instalações e substituições de todos os materiais em quantidade e especificação técnica necessária e sem qualquer custo adicional para a Contratante. A prestação do serviço de garantia deverá ser aplicada pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da data do recebimento definitivo, a depender da especificidade do serviço, já outros materiais deverão ter garantia conforme o fabricante determina.

6.6. Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os insumos (produtos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a perfeita execução dos serviços, de acordo com a área, ação, detalhamento, frequência e periodicidade, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Os materiais para execução dos serviços deverão estar em total consonância com as NBRs.

O Contratado deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços:

Os materiais deverão ter as características e especificações técnicas conforme previsto no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Com base no inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e considerando a necessidade de contratação de Serviços

Instalação de Sistemas de Comunicação Visual composto por: Faixa de Identificação, Poste com Bandeira e Placas em

ACM para as unidades subordinadas ao 43ºBPM/I, sendo imprescindível adotar medidas preventivas e corretivas no quesito “Eficiência e Segurança” nas áreas externas, neste momento, em todas as unidades elencadas, chegou-se ao quantitativo para a demanda apresentada, passando as necessidades de serviços de estimativa de execução uma única vez.

7.2. Para a realização dos serviços descritos, aplicou-se o levantamento por meio de orçamentos in loco e individual de cada uma das unidades a ser contempladas.

7.3. Desse modo, apresentamos os ajustes necessários para atender de forma mais assertiva a demanda institucional, com a estimativa de Serviços de Instalação de Sistemas de Comunicação Visual, a partir das informações sobre as áreas e estimativa anual de contratação abaixo:

Item	Siafisico	Compras	Descrição	UF	Qtd
01	234915	606343	Serviço de Manutenção/Instalação de Totem e Manutenção do Layout da fachada da unidade.	Unid.	01
02	234915	606343	Serviço de Instalação de Placas de Sinalização de Vagas de Garagem sendo: (20 - Visitantes); (03 - Deficiente Físico); (03 - Veteranos) (Batalhão / Pontal / Barrinha)	Unid.	26
03	234915	606343	Serviço de Instalação de Faixa de Identificação	Unid.	12
04	234915	606343	Serviço de Instalação de Poste com Bandeira	Unid.	07
05	234915	606343	Serviço de Instalação de Placa de Identificação	Unid.	04

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 244.227,80

8.1. A estimativa do valor total da contratação, fixado em R\$ 244.227,80 (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta centavos), foi obtida com base na Tabela de Referência de Custos Unitários da CDHU – Versão 200, adotada como fonte primária para composição dos custos dos serviços previstos. As composições constantes da tabela foram selecionadas conforme similaridade técnica com os serviços de comunicação visual, serralheria metálica, fundações, reparos civis, revestimentos, pintura e instalações elétricas, permitindo a obtenção de valores confiáveis, padronizados e alinhados ao mercado da construção civil. A partir dessas composições, foram calculados os custos unitários e quantitativos estimados, resultando no valor global apresentado para a execução integral do objeto.

8.2. A escolha pela utilização da Tabela CDHU como parâmetro de referência atende às diretrizes do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que autoriza o uso de bases de custos oficiais e reconhecidas para formação do preço estimado. Em conformidade com o dispositivo legal, os preços estimados foram obtidos a partir de composições padronizadas da tabela, refletindo custos médios de mercado já consolidados e atualizados, assegurando que não sejam

considerados valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados. Assim, os valores utilizados atendem ao critério de economicidade, razoabilidade e adequação ao objeto contratado.

8.3. Os preços unitários dos materiais e serviços contemplados na estimativa já consideram a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários para a plena execução do objeto, de forma analítica, englobando: mão de obra especializada, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários; fornecimento e transporte de materiais; mobilização e desmobilização de equipes; equipamentos e ferramentas; tributos incidentes; deslocamento entre unidades; taxa de administração; gerenciamento operacional; bem como quaisquer outras despesas inerentes ao cumprimento integral das atividades previstas. Esses valores refletem a composição total de custos prevista nas tabelas de referência, garantindo precisão, transparência e aderência às obrigações legais aplicáveis.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Fundamentação Legal para Avaliação do Parcelamento

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 47, determina que as contratações devem observar:

- I – o princípio da padronização, quando houver compatibilidade estética, técnica ou de desempenho;
- II – o princípio do parcelamento, desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Além disso, o §1º do mesmo artigo reforça que a decisão deve considerar:

- a responsabilidade técnica envolvida;
- o custo administrativo de diversos contratos frente às possíveis vantagens do parcelamento;
- a necessidade de ampliar a competição, evitando concentração de mercado.

O art. 40, §3º, I, da mesma lei, dispõe que o parcelamento não deve ser adotado quando:

“a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor”.

O posicionamento é reiterado pela Súmula 247 do TCU, que afirma:

“É obrigatória a divisão do objeto sempre que possível, desde que não haja perda de economia de escala ou prejuízo à execução”.

9.2. Avaliação Técnica Aplicada ao Objeto: Instalação do Sistema de Comunicação Visual

A presente contratação envolve serviços integrados, tais como:

- fabricação e instalação de Faixas de Identificação em ACM;
- instalação de Postes com Bandeira em aço;
- revitalização e revestimento do Totem institucional;
- instalação de Placas de Identificação;
- execução de fundações de concreto;
- implantação de sistema elétrico e luminotécnico;
- reparos civis essenciais (fachada e calçada).

Todos esses elementos formam um único sistema funcional, dependente de:

- padronização estética e dimensional,
- compatibilidade técnica entre estruturas,

- seguimento rigoroso das cores e layout da PMESP,
- execução sequencial e integrada,
- mão de obra especializada e coerente com normas ABNT e NRs.

O parcelamento resultaria em ruptura da padronização e comprometeria a unidade visual exigida institucionalmente.

9.3. Impactos do Parcelamento – Perda de Padronização e Integração Técnica

A divisão do objeto entre empresas distintas acarretaria:

- incompatibilidade na execução das cores e acabamentos do ACM;
- divergência nas películas, tonalidades e fontes (layout PMESP);
- diferenças construtivas nas estruturas metálicas;
- falta de uniformidade na instalação elétrica e luminotécnica;
- oscilações na qualidade do acabamento arquitetônico (reboco, pintura, textura, massas).

Como se trata de um sistema único, a fragmentação implicaria risco elevado de diferenças estéticas e de desempenho, violando o princípio da padronização (art. 47, I).

9.4. Perda de Economia de Escala e Aumento do Custo Global

A contratação de várias empresas resultaria em:

- aquisição descentralizada de ACM, aço, películas e insumos → perda de escala;
- preços maiores por lote reduzido;
- mobilizações múltiplas e repetidas;
- aumento do custo operacional;
- maior necessidade de deslocamentos;
- duplicidade de equipamentos, ferramentas, equipes e logística.

Na prática, o custo total seria significativamente maior, contrariando o art. 40, §3º, I da Lei nº 14.133/2021.

9.5. Complexidade Técnica e Operacional da Execução

O sistema exige:

- compatibilidade entre fundação, serralheria, ACM e iluminação;
- integração de serviços elétricos e metálicos em sequência lógica;
- marcação e alinhamento padronizado das instalações nas fachadas;
- aplicação uniforme de massas, tintas e fundo preparador;
- cronograma coordenado.

Se divididos, cada fornecedor dependeria do desempenho prévio do outro, criando risco de:

- atrasos,
- retrabalhos,
- conflitos técnicos,
- incompatibilidades visuais,

- impossibilidade de responsabilização objetiva.

Basta que uma empresa falhe para comprometer o andamento de todas as demais.

9.6. Aumento da Complexidade de Fiscalização

Com múltiplos contratos, a Administração teria:

- maior ônus fiscalizatório,
- necessidade de diferentes equipes técnicas,
- emissão de múltiplas ordens de serviço,
- elaboração de cronogramas paralelos,
- diferentes medições,
- multiplicação dos atos administrativos.

Isso aumenta o custo operacional, reduz a eficiência e contraria o princípio da economicidade (art. 5º, Lei 14.133/21).

9.7. Riscos Operacionais e Administrativos

O parcelamento geraria:

- diferentes prazos e ritmos de execução;
- diferentes níveis de qualidade;
- riscos de incompatibilidade técnica entre empresas;
- maior probabilidade de inexecução parcial;
- dificuldade de responsabilização em caso de falhas;
- atrasos sistêmicos.

Logo, a execução integrada é fundamental para garantir:

- unidade estética,
- coerência técnica,
- cumprimento dos prazos,
- qualidade final esperada.

9.8. Conclusão: Inviabilidade do Parcelamento

Diante da análise, conclui-se que o objeto NÃO deve ser parcelado, pois:

- exige padronização rígida (art. 47, I);
- depende de integração estreita entre todos os seus elementos;
- o parcelamento geraria aumento real de custos;
- comprometeria a execução e fiscalização;
- não resultaria em ganhos de competitividade;
- criaria riscos significativos de incompatibilidades técnicas;
- violaria a lógica de sistema único e integrado.

9.9. Forma de Adjudicação Recomendada

Diante do exposto, a contratação deverá ocorrer por MENOR PREÇO GLOBAL, pois:

- todos os elementos do sistema são interdependentes;
- a execução é única, contínua e integrada;
- a fragmentação do objeto prejudicaria padronização e qualidade;
- a unidade contratada garante maior eficiência, menor custo e maior controle.

9.10. Aplicação ao Objeto: Sistema de Comunicação Visual (Faixas, Postes e Placas em ACM)

A natureza do objeto — que inclui Faixa de Identificação, Poste com Bandeira, Placas em ACM, Totem, fundação, iluminação e reparos estruturais — exige execução integrada, sendo tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso o parcelamento. Portanto, não se recomenda o parcelamento da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes nesse momento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O Planejamento Estratégico do 43º BPM/I, estruturado com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), orienta as diretrizes de gestão, infraestrutura, modernização e eficiência administrativa das unidades subordinadas. O PDI funciona como documento norteador que estabelece objetivos, metas, prioridades e políticas institucionais, com foco no aprimoramento contínuo da prestação de serviços de segurança pública, no fortalecimento da imagem institucional e na melhoria da relação entre a Polícia Militar e a comunidade.

Nesse contexto, a presente contratação de serviços de comunicação visual inserese diretamente nas estratégias institucionais do PDI, especialmente nos eixos relacionados à gestão integrada da infraestrutura, padronização visual, requalificação de unidades operacionais e aperfeiçoamento da percepção de segurança pública. A padronização da identidade visual das edificações policiais contribui para reforçar a presença do Estado, aumentar a visibilidade das unidades e proporcionar maior clareza no acesso às instalações, em consonância com os objetivos estratégicos da Corporação.

11.2. Convergência da Contratação com as Ações de Infraestrutura e Governança

A contratação dos serviços de implantação do Sistema de Comunicação Visual está alinhada ao planejamento institucional ao:

- melhorar a identificação das unidades do 43º BPM/I, garantindo que a população reconheça com facilidade as instalações policiais;
- assegurar uniformidade estética conforme o padrão oficial da PMESP, reforçando a identidade organizacional;
- aprimorar a eficiência administrativa por meio da correção de deficiências visuais que prejudicam a apresentação institucional;
- prevenir deteriorações futuras do patrimônio, reduzindo a necessidade de intervenções emergenciais ou de maior custo no médio e longo prazo;
- otimizar a governança da infraestrutura, conforme determina a Lei nº 14.133/21 (art. 11), que exige que toda contratação pública esteja integrada ao planejamento da Administração.

Ao promover a requalificação visual das unidades e a reparação de fachadas e calçadas da sede, a contratação contribui diretamente para os objetivos estratégicos de:

- valorização do patrimônio público,
- melhoria da experiência do usuário,
- eficiência operacional,
- fortalecimento da imagem institucional,
- incremento da sensação de segurança da população,
- economia a longo prazo, evitando custos decorrentes de danos acumulados ou falta de manutenção.

11.3. Impacto no Resultado Institucional

Com esta contratação, o 43º BPM/I avança na consolidação de um ambiente físico adequado, moderno, identificável e compatível com os padrões de serviço público exigidos pela PMESP. A padronização e modernização da comunicação visual:

- facilitam a orientação do público e das viaturas;
- reforçam a presença institucional nas cidades atendidas;
- melhoram a percepção de organização e profissionalismo;
- integram a infraestrutura operacional às diretrizes estratégicas do PDI.

Dessa forma, a contratação está plenamente alinhada às políticas institucionais, fortalecendo a atuação do 43º BPM/I como unidade comprometida com a excelência operacional, eficiência administrativa e valorização da imagem da segurança pública perante a sociedade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Administração Pública moderna pauta-se nos princípios da eficiência, economicidade, efetividade e foco em resultados, conforme diretrizes constitucionais e exigências legais trazidas pela Lei nº 14.133/2021. A gestão pública vem se deslocando do modelo tradicional de controle de meios para um modelo que prioriza a gestão de resultados, buscando maximizar o retorno social de cada investimento realizado e garantir maior qualidade na prestação do serviço público.

Nesse sentido, a contratação do Sistema de Comunicação Visual do 43º BPM/I atende plenamente a essa orientação, ao buscar a melhor relação entre custo e benefício, otimizando recursos financeiros, humanos e materiais, evitando retrabalhos, prevenindo prejuízos futuros e assegurando o desempenho pleno das unidades operacionais.

12.2. Relação Preço-Qualidade e Adequação ao Cenário de Recursos Públicos

Em consonância com o Decreto nº 9.507/2018 e com as diretrizes de governança previstas na Lei nº 14.133/21, esta contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos, adotando critérios objetivos para assegurar:

- melhor custo-benefício;
- atendimento às necessidades operacionais;
- prevenção de gastos futuros por deterioração;
- aumento da vida útil das estruturas;
- padronização institucional;
- racionalização da manutenção predial.

A contratação de sistemas de comunicação visual padronizados evita gastos fragmentados com serviços emergenciais e substituições. As melhorias estruturais e visuais, especialmente nas fachadas e na sinalização, elevam a eficiência administrativa e contribuem para o cumprimento das metas estratégicas do 43º BPM/I.

12.3. Benefícios Diretos da Execução dos Serviços de Comunicação Visual

A contratação dos serviços de instalação de Faixa de Identificação, Poste com Bandeira, Placas em ACM, Totem Institucional, reforma de fachada, melhoria da calçada e sistema de iluminação proporciona um conjunto de benefícios mensuráveis, divididos da seguinte forma:

12.3.1. Valorização da Imagem Institucional

- Unidades visualmente padronizadas fortalecem a identidade da PMESP e demonstram organização, disciplina e profissionalismo.
- Ambientes modernos e bem apresentados melhoram significativamente a percepção de confiabilidade e credibilidade da instituição perante a sociedade.
- O uso de materiais nobres como ACM e pintura premium projeta maior seriedade e zelo pelo patrimônio público.

12.3.2. Aumento da Confiança e Sensação de Segurança da Comunidade

- Maior visibilidade e presença policial: estruturas bem iluminadas e identificadas demonstram atuação ativa e permanente.
- Reconhecimento rápido da unidade: em situações de emergência, a rápida identificação da instalação policial aumenta a eficiência da resposta e reduz riscos.
- Ambiente mais acolhedor: sinalização clara e fachada organizada reduzem barreiras psicológicas, aproximando o cidadão da polícia.

12.3.3. Transparência e Abertura à Comunidade

- Placas e faixas informativas permitem que o cidadão compreenda melhor a função da unidade, seus serviços e horários de atendimento.
- A comunicação visual clara fortalece o vínculo comunitário, incentivando a população a buscar apoio e informação diretamente na unidade policial.

12.3.4. Eficiência Operacional e Administrativa

- Fachadas restauradas eliminam infiltrações, deslocamentos e outros defeitos que poderiam gerar custos futuros.
- A padronização reduz a necessidade de manutenções emergenciais e facilita inspeções, auditorias e o gerenciamento patrimonial.
- A identificação visual melhora a circulação de viaturas, visitantes e equipes internas, reduzindo falhas de comunicação e tempo de deslocamento dentro das unidades.

12.3.5. Sustentabilidade e Responsabilidade Administrativa

- A substituição de materiais degradados por soluções duráveis reduz o impacto ambiental e o desperdício.

- A iluminação em LED de 100W/IP68 proporciona economia energética, durabilidade e menor manutenção.
- A contratação evita deterioração física progressiva, evitando intervenções mais caras no futuro, alinhando-se ao princípio da economicidade.

12.3.6. Melhoria do Acesso e Orientação ao Público

- Placas de sinalização e faixas padronizadas facilitam a orientação de usuários e visitantes.
- A navegação dentro das unidades torna-se mais intuitiva e rápida, reduzindo tempo de espera e aumentando a satisfação do público.
- A calçada renovada melhora o acesso de pedestres, garantindo segurança e acessibilidade.

12.3.7. Promoção do Sentimento de Cidadania e Pertencimento

- A presença de Postes com Bandeira reforça símbolos de civismo, hierarquia, disciplina e respeito à pátria.
- Elementos simbólicos fortalecem o vínculo emocional entre a comunidade e a instituição, promovendo respeito, cooperação e apoio à Polícia Militar.

12.4. Síntese dos Benefícios Esperados

A contratação resulta em:

- maior eficiência operacional;
- melhor aproveitamento dos recursos públicos;
- modernização das instalações;
- fortalecimento da identidade visual da PMESP;
- aumento da percepção de segurança;
- melhoria da relação com a comunidade;
- redução de custos futuros com manutenção corretiva;
- transparência e visibilidade institucional.

12.5. Conclusão

Os benefícios alcançados com esta contratação ultrapassam a simples implantação de elementos visuais. Trata-se de uma ação estratégica de gestão pública, que:

- valoriza o patrimônio institucional,
- melhora a experiência do cidadão,
- reforça a sensação de segurança,
- qualifica a imagem da Polícia Militar,
- alinha-se integralmente aos princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Assim, a contratação representa investimento necessário, oportuno e tecnicamente fundamentado, agregando valor para a corporação e para toda a comunidade atendida pelo 43º BPM/I.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Capacitação, Governança e Fiscalização da Execução Contratual

A adequada execução dos serviços descritos neste Estudo Técnico Preliminar exige que a Administração adote medidas de governança, capacitação e organização interna. Tornase essencial promover a capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização, gestão e acompanhamento contratual, considerando a complexidade técnica envolvida nas etapas de instalação, remoção, substituição, adequações arquitetônicas, obras civis, instalações elétricas e montagem das estruturas de comunicação visual. A Administração poderá, quando necessário, realizar a terceirização de apoio técnico especializado, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a correta condução dos processos, controle de qualidade e gestão de riscos associados ao objeto.

13.2. Providências Operacionais para Viabilização da Execução dos Serviços

A execução dos serviços de instalação de Faixas de Identificação, Postes com Bandeira, Placas em ACM, Totem Institucional e demais elementos previstos dependerá da adoção coordenada de providências administrativas, técnicas e logísticas. As ações abaixo descritas deverão ser observadas antes, durante e após a execução contratual para assegurar qualidade, eficiência e segurança.

13.3. Realização de Visita Técnica Obrigatória

A contratada deverá realizar visita técnica prévia em todas as unidades envolvidas, antes do início das atividades, a fim de:

- conhecer as condições locais e eventuais restrições físicas;
- identificar pontos de instalação, rotas de cabos, locais para fixação de estruturas e necessidades de reparos pré-existent;
- verificar interferências, riscos e necessidades específicas de mobilização;
- esclarecer dúvidas relacionadas ao projeto e às especificações contratuais.

A visita técnica é condição obrigatória para garantir que a execução ocorra com pleno conhecimento das instalações e sem improvisações.

13.4. Planejamento e Organização do Cronograma pela Contratada

A contratada deverá elaborar cronograma executivo detalhado, contemplando:

- etapas de desmontagem e retirada dos sistemas antigos;
- separação dos materiais a descartar e daqueles passíveis de reaproveitamento;
- comunicação prévia ao Fiscal do Contrato sobre destino dos materiais reaproveitáveis;
- programação para montagem, instalação, acabamento e testes;
- execução dos reparos civis complementares (fachada, calçada, pinturas, regularizações);
- execução das bases de concreto, instalações elétricas e iluminação;
- prazos compatíveis com a rotina operacional das unidades.

Não haverá reaproveitamento de estruturas ou materiais instalados previamente, salvo indicação expressa da Administração.

13.5. Minimização de Impactos no Funcionamento das Unidades

A execução deverá buscar o menor impacto possível nas atividades das unidades subordinadas ao 43º BPM/I. Para isso:

- Priorizar execução em períodos de menor circulação de usuários e viaturas;
- Realizar isolamento seguro das áreas de trabalho;

- Evitar, sempre que possível, interrupções prolongadas de acesso;
- Coordenar previamente com os responsáveis de cada unidade.

13.6. Designação de Responsável Técnico pela Contratada

A contratada deverá designar um responsável técnico habilitado, que ficará encarregado de:

- acompanhar presencialmente a execução;
- garantir o cumprimento das normas técnicas da ABNT e NRs aplicáveis;
- supervisionar a equipe e os procedimentos de instalação;
- assegurar conformidade com o Termo de Referência e o contrato;
- atuar como interlocutor técnico perante a fiscalização da Administração.

13.7. Testes, Ensaios e Inspeção Final

Após a conclusão dos serviços, a contratada deverá realizar:

- testes de resistência e fixação de todas as estruturas instaladas;
- testes elétricos e de iluminação, garantindo pleno funcionamento;
- inspeção visual completa dos revestimentos, pinturas e acabamentos;
- correções imediatas de eventuais não conformidades;
- apresentação do relatório final de entrega.

A inspeção final será conduzida pelo Fiscal do Contrato e deverá confirmar que todos os serviços seguem os padrões de segurança, qualidade e estética estabelecidos.

13.8. Verificação de Conformidade com o Contrato e TR

É responsabilidade da Administração:

- verificar a plena execução de todos os itens previstos no contrato;
- assegurar que os materiais utilizados correspondem às especificações técnicas;
- documentar a aceitação dos serviços por meio de relatórios, fotos e registros administrativos;
- formalizar a aprovação dos serviços conforme a legislação vigente.

13.9. Descarte Ambientalmente Adequado de Materiais

Todo resíduo gerado deverá ser descartado de acordo com normas ambientais vigentes, incluindo:

- restos de ACM, aço, estruturas metálicas;
- sobras de cabos, luminárias ou componentes elétricos;
- materiais pontiagudos ou cortantes;
- tintas, embalagens e restos de massa;
- entulhos de alvenaria.

A contratada deverá realizar o descarte em local apropriado, mantendo comprovantes e notas ambientais quando aplicável.

13.10. Comunicação e Integração com os Gestores das Unidades

A Administração deverá informar gestores e servidores responsáveis sobre:

- cronograma de execução;
- etapas que possam gerar restrições temporárias de acesso;
- necessidade de isolamento de áreas;
- medidas de segurança a serem observadas.

A comunicação clara garante alinhamento entre as equipes operacionais, evitando interrupções desnecessárias e promovendo maior fluidez na execução do contrato.

13.11. Garantia de Organização, Segurança e Qualidade da Execução

O conjunto das providências acima descritas assegura que:

- a execução ocorra de forma planejada e tecnicamente orientada;
- os serviços sejam realizados com segurança, responsabilidade e qualidade;
- as unidades do 43º BPM/I recebam instalações padronizadas e duráveis;
- as metas estratégicas e operacionais da corporação sejam plenamente atendidas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os Serviços de Instalação de Faixa de Identificação, Poste com Bandeira e Placas em ACM, envolve algumas atividades que podem gerar impactos ambientais. Embora esse tipo de serviço tenha impacto relativamente baixo, é importante considerar possíveis efeitos e adotar práticas que mitiguem qualquer dano ao meio ambiente. A seguir estão os principais potenciais impactos ambientais e medidas para minimizá-los.

Descarte Inadequado de Materiais Antigos:

14.2. Impacto: O descarte inadequado dos materiais danificados, composta por pequenas partes de materiais como aço galvanizado, chapas de aço, plásticos, adesivos danificados, painéis em telas, vidro ou cabos elétricos, pode gerar poluição do solo e contaminação de recursos naturais se esses materiais forem deixados em aterros comuns ou áreas não licenciadas.

Medida Mitigadora:

14.3. Realizar o descarte responsável dos materiais removidos por meio de empresas especializadas em reciclagem de metais, plástico e tecido, evitando o envio para aterros sanitários.

14.4. Seguir as normas de descarte de resíduos sólidos e assegurar que todos os materiais sejam encaminhados para reciclagem ou reutilização, sempre que possível.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.1.1. Identificação e Visibilidade: Precisamos instalar faixas de identificação, postes com bandeiras e placas de ACM para que as unidades e postos policiais sejam facilmente reconhecíveis. Isso ajuda tanto a população quanto os servidores a encontrarem os locais com facilidade.

15.1.2. Segurança: A iluminação adequada proporcionada pelos holofotes de LED é essencial para a segurança das instalações, evitando vandalismo e melhorando a visibilidade à noite.

15.1.3. Padronização: Utilizar faixas e placas padronizadas transmite uma imagem organizada e profissional das nossas instalações públicas, refletindo uma administração eficiente.

Benefícios para a Administração Pública:

15.2. Eficiência Operacional: Com a identificação clara das unidades, a comunicação e coordenação entre diferentes setores ficam mais fáceis, aumentando a eficiência operacional.

15.2.1. Acessibilidade: A visibilidade adequada facilita o acesso da população aos serviços, promovendo transparência e confiança na administração pública.

15.2.2. Economia de Recursos: Materiais duráveis como o ACM e a iluminação LED reduzem os custos de manutenção e consumo de energia, gerando economia a longo prazo.

15.2.3. Conformidade Legal: A contratação desses serviços está em conformidade com a Lei 14.133/21, garantindo transparência e legalidade nos processos licitatórios e contratuais.

15.2.4. Planejamento e Justificação: A contratação deve ser precedida por um planejamento detalhado e uma justificativa técnica e econômica que demonstre a necessidade e os benefícios dos serviços.

15.2.5. Transparência e Publicidade: Os processos licitatórios devem ser conduzidos de forma transparente, com ampla divulgação dos editais e resultados, conforme os princípios da Lei 14.133/21.

15.2.6. Competitividade: A seleção dos fornecedores deve ser realizada através de processos competitivos, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública.

15.2.7. Sustentabilidade: A contratação deve considerar critérios de sustentabilidade, como a eficiência energética dos holofotes de LED e a durabilidade dos materiais utilizados.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO SANTOS
FERREIRA - ENG.
CIVIL CREA/SP
Nº5071247542

Assinado de forma digital por
RICARDO SANTOS FERREIRA -
ENG. CIVIL CREA/SP
Nº5071247542
Dados: 2026.06.03 14:41:18
-03'00'

RICARDO SANTOS FERREIRA

Cb PM – Aux. Técnico de Finanças e Logística do 43ºBPM/I



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 09:12:50.



ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS
UASG – 180158

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **158/0032/26**

Processo Administrativo nº **057.00062007/2026-99 - 20260427454**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **CPI3/41/XXX**,
 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR
 INTERMÉDIO DO *COMANDO DE POLICIAMENTO DO*
INTERIOR TRÊS E A EMPRESA

.....

O Estado de São Paulo por intermédio do **Comando de Policiamento do Interior Três**, com sede na Avenida Cavalheiro Paschoal Innechi, 1538, Bairro Jardim Independência, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº **04.198.514/0092-91**, neste ato representado pelo Senhor Coronel de Polícia Militar **RODRIGO QUINTINO**, nomeado pelo Decreto de 21 de agosto de 2025, publicado no *DOE, Caderno Executivo, Seção Atos de Pessoal* de 22 de agosto de 2025, *portador da identificação funcional nº 920423-7*, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico nº 158/0032/26*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SERVIÇO DE REPARO, MANUTENÇÃO E PRODUÇÃO DE ITENS DE IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL DO 15ºBPM/I E 43º BPM/I**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	COD. BEC	COMPRAS GOV	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	104353	21334	Servico de Producao de Comunicacao Visual - Totem para Identificacao de Local 15° BPM/I	
2	104353	21334	Serviços De Manutenção, Produção E Instalação De Sistema De Comunicação Visual 43° BPM/I e subordinadas	
VALOR TOTAL				R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de XX (XXX), contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

- 7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*
- 7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*
- 7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **XX (XXX)** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*
- 8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se

refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação,

vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº](#)

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 180158/0001*
- II. Fonte de Recursos: 150010001*
- III. Programa de Trabalho: 06122181949920000*
- IV. Elemento de Despesa: 33903979*
- V. Plano Interno:*
- VI. Nota de Empenho:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Ribeirão Preto, XX de XXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

[CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL]



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº - PR-158/0032/26**Processo Administrativo nº **057.00062007/2026-99 - 20260427454**

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Banco Brasil: Ag Conta.....

ITEM	COD. BEC	COMPRAS GOV	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	104353	21334	Servico de Producao de Comunicacao Visual - Totem para Identificacao de Local 15º BPM/I	
2	104353	21334	Serviços De Manutenção, Produção E Instalação De Sistema De Comunicação Visual 43º BPM/I e subordinadas	
VALOR TOTAL				R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

LOCAL E DATA
NOME E CPF
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 158/0032/26, Processo nº 057.00062007/2026-99 - 20260427454, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 158/0032/26, Processo nº 057.00062007/2026-99 - 20260427454, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 158/0032/26, Processo nº 057.00062007/2026-99 - 20260427454, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 158/0032/26, Processo nº 057.00062007/2026-99 - 20260427454, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VII**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA****ANEXO VII.1****ITEM 01 - IDENTIDADE VISUAL DA SEDE DO 15º BPM/I - FRANCA/SP**

ITEM	SEM DESONERAÇÃO			UNID	QDT	PREÇOS MATERIAIS	TOTAL MATERIAIS	PREÇO MÃO-DE-OBRA	TOTAL DE MÃO-DE-OBRA	TOTAL DE PREÇOS (MATERIAIS + MÃO DE OBRA)
	REFERÊNCIA	CÓDIGO								
			IDENTIDADE VISUAL DA SEDE DO 15º BPM/I - FRANCA/SP							
1			TOTEM							
1.1	CDHU	21.03.153	Fornecimento de material e mão de obra para confecção e instalação de revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF, na cor preta, com adesivos nas devidas proporções, vide projeto - TOTEM	m²	12,84					
1.2	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura para para Tubo de aço dobrado 120x70x1,50mm (banzo), vide projeto	kg	53,69					
1.3	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura, tubo de aço dobrado 120x70x1,50mm (montantes superior e inferior, travamento), vide projeto	Kg	6,36					
1.4	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura, tubo de aço dobrado 40x40x1,50mm - montantes, vide projeto	Kg	6,71					

1.5	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura, tubo de aço dobrado 40x40x1,50mm - 12 diagonais - vide projeto	Kg	26,79					
1.6	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de base em chapa de aço soldada ao totem com abas de reforço e chumbada em base de concreto com 04 parafusos (1,15mx0,51mx1,50mm)	Kg	6,95					
1.8	CDHU	33.11.050	Fornecimento de material e mão de obra para pintura com esmalte à base água em superfície metálica, 1ª linha premium, na cor preta, inclusive preparo	m²	8,53					
1.9	CDHU	06.02.020	Fornecimento de material e mão de obra para escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5m, para bloco de fundação para fixação do TOTEM (1,20X1,20X1,00)	m³	1,44					
1.10	SINAPI	96545	Fornecimento de material e mão de obra para confecção e instalação de bloco de fundação, ferro 5/16", armado em todas as direções, dimensão do bloco 1,00 x 1,0x 0,80m	Kg	13,43					
1.11	CDHU	11.03.090	Fornecimento de material e mão de obra para Concreto preparado no local, fck = 20 Mpa, inclusive lançamento	m³	1,44					
2			FAIXA - ESTADO MAIOR (FACE PARA BANDEIRAS)							
2.1	CDHU	21.03.153	Fornecimento de material e mão de obra para confecção e instalação de revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 3 mm e acabamento em PVDF, na cor preta, com adesivos nas devidas proporções, vide projeto - FAIXA	m²	9,09					
2.2	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura, cantoneira com abas simétricas de 40mm, espessura de 4,00mm para fixação de fixa em acm em fachada. Vide projeto	kg	43,56					

			quanto as fixações tanto na fachada, como da faixa							
2.3	CDHU	33.11.050	Fornecimento de material e mão de obra para pintura com esmalte à base água em superfície metálica, 1ª linha premium, na cor preta, inclusive preparo	m²	2,88					
2.4	CDHU	41.11.116	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 5000 a 5500 lm - potência de 50W	unid.	2,00					
2.5	CDHU	41.10.060	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de braço em tubo de ferro galvanizado de 1" x 1,00 m para fixação de uma luminária, para faixa em ACM	unid.	2,00					
2.6	CDHU	39.21.010	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR, para as luminárias da faixa em ACM 90°C	m	40,00					
2.7	CDHU	37.13.600	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30A, para as luminárias da faixa em ACM	unid.	1,00					
2.8	CDHU	40.11.010	Fornecimento de material e mão de obra para instalação Relé fotoelétrico 50/60 Hz, 110/220 V, 1200 VA, completo, das luminárias da faixa em ACM	unid.	1,00					
3			FAIXA - CIA DE FORÇA TÁTICA							
3.1	CDHU	21.03.153	Fornecimento de material e mão de obra para confecção e instalação de revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 3 mm e acabamento em PVDF, na cor preta, com adesivos nas devidas proporções, vide projeto - FAIXA	m²	11,10					
3.2	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura, cantoneira com abas simétricas de 40mm, espessura de 4,00mm para fixação de fixa em acm em fachada. Vide projeto	kg	48,40					

			quanto as fixações tanto na fachada, como da faixa							
3.3	CDHU	33.11.050	Fornecimento de material e mão de obra para pintura com esmalte à base água em superfície metálica, 1ª linha premium, na cor preta, inclusive preparo	m²	3,20					
3.4	CDHU	41.11.116	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de luminária LED retangular para poste, fluxo luminoso de 5000 a 5500 lm - potência de 50W	unid.	2,00					
3.5	CDHU	41.10.060	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de braço em tubo de ferro galvanizado de 1" x 1,00 m para fixação de uma luminária, para faixa em ACM	unid.	2,00					
3.6	CDHU	39.21.010	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR, para as luminárias da faixa em ACM 90°C	m	40,00					
3.7	CDHU	37.13.600	Fornecimento de material e mão de obra para instalação de disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30A, para as luminárias da faixa em ACM	unid.	1,00					
3.8	CDHU	40.11.010	Fornecimento de material e mão de obra para instalação Relé fotoelétrico 50/60 Hz, 110/220 V, 1200 VA, completo, das luminárias da faixa em ACM	unid.	1,00					
4			PLACA							
4.1	CDHU	21.03.153	Fornecimento de material e mão de obra para confecção e instalação de revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 3 mm e acabamento em PVDF, na cor preta, com adesivos nas devidas	m²	0,60					

			proporções, 1,00 X 0,60, vide projeto - PLACA							
4.2	CDHU	15.03.030	Fornecimento de material e mão de obra para montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura, em metalon tubular quadrado, 0,50x0,50m, espessura de 1,90 mm para fixação de placa de identificação - vide projeto	kg	10,22					
4.3	CDHU	33.11.050	Fornecimento de material e mão de obra para pintura com esmalte à base água em superfície metálica, 1ª linha premium, na cor preta, inclusive preparo	m²	7,00					
4.4	CDHU	06.02.020	Fornecimento de material e mão de obra para escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5m, para bloco de fundação para fixação do TOTEM (1,20X1,20X1,00)	m³	0,05					
4.5	CDHU	11.03.090	Fornecimento de material e mão de obra para Concreto preparado no local, fck = 20 Mpa, inclusive lançamento	m³	0,05					
									TOTAL SEM BDI	
									TOTAL GERAL + 23% DE BDI	
VALORES DE REFERÊNCIA: BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS DA CDHU - SEM DESONERAÇÃO - VERSÃO 200 - NOV/25 - SINAPI - SEM DESONERAÇÃO - MÊS REFERÊNCIA AGO/25										
Obs.: Para melhor execução dos serviços é necessário a consulta todas as tabelas do Boletim Referencial de Custos da CDHU bem como Fichas de Especificações Técnicas Insumos SINAPI agosto/2025; os serviços a serem executados deverão seguir rigorosamente as normas vigentes, salientando as normas de segurança.										

ANEXO VII**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA****ANEXO VII.2****ITEM 02 – SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO VISUAL 43ºBPM/I E SUBORDINADAS- SERTÃOZINHO/SP**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO SINAPI CÓDIGO CDHU	CUSTO UNITÁRIO O MATERIAL L (R\$)	CUSTO UNITÁRIO MÃO-DE-OBRA (R\$)	CUSTO TOTAL MATERIAL (R\$)	CUSTO TOTAL MÃO-DE-OBRA (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO VISUAL						-	-	-
1.1	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Totem + Faixa de Identificação + Placa de Identificação + Placas de Sinalização de Vagas de estacionamento - Serviço de Pintura do Layout da Fachada - Sede do Batalhão - Vide Termo de Referência nº77/2026)	M²	60,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.2	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Poste com Bandeira + Faixa de Identificação - 1ªCia/Sertãozinho - Vide Termo de Referência nº77/2026)	M²	20,00	CDHU 21.03.151			-	-	-

1.3	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Poste com Bandeira + Faixa de Identificação + Placas de Sinalização de Vagas de estacionamento - 2ªCia/Jaboticabal - Vide Termo de Referencia nº77/2026)	M²	20,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.4	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Faixa de Identificação + Placa de Identificação - Posto Policial/Cruz das Posses - Vide Termo de Referencia)	M²	10,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.5	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Poste com Bandeira + Faixa de Identificação - 1ªPel da 1ªCia/Pitangueiras - Vide Termo de Referencia)	M²	20,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.6	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Poste com Bandeira + Faixa de Identificação + Placas de Sinalização de Vagas de estacionamento - 2ªPel da 1ªCia - Barrinha - Vide Termo de Referencia)	M²	20,00	CDHU 21.03.151			-	-	-

1.7	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Poste com Bandeira + Faixa de Identificação + Placas de Sinalização de Vagas de estacionamento - 3ºPel da 1ªCia/Pontal - Vide Termo de Referencia nº77/2026)	M²	20,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.8	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Faixa de Identificação - 1ºGP da 1ªCia/Dumont - Vide Termo de Referencia nº77/2026)	M²	10,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.9	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Poste com Bandeira + Faixa de Identificação + Placa de Identificação - 1ºPel da 2ªCia/Monte Alto - Vide Termo de Referencia nº77/2026)	M²	20,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.10	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Poste com Bandeira + Faixa de Identificação - 2º Pel da 2ªCia/Guariba - Vide Termo de Referencia nº77/2026)	M²	20,00	CDHU 21.03.151			-	-	-

1.11	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Faixa de Identificação + Placa de Identificação - 1ºGP da 2ªCia/Pradópolis - Vide Termo de Referência nº77/2026)	M²	10,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
1.12	Revestimento em Placa de Alumínio composto "ACM", espessura de 4mm e acabamento em PVDF - Sistema de Comunicação visual e Sinalização sendo composto por: Faixa de Identificação - 2º GP da 2ªCia/Taquaral - Vide Termo de Referência nº77/2026)	M²	10,00	CDHU 21.03.151			-	-	-
							-	-	-
2	SERVIÇOS COMPLEMENTARES						-	-	-
2.1	Limpeza final de obra com fornecimento de: material e a mão-de-obra necessários para a limpeza geral	M²	100,00	CDHU 55.01.020			-	-	-
									-
	TOTAL SEM BDI						-	-	-
BDI 15%									
TOTAL COM BDI								R\$	-